

Prioridades e projetos definidos na 22ª Assembléia Arquidiocesana

1ª PRIORIDADE: FAMÍLIA – IMPLANTAÇÃO DA PASTORAL FAMILIAR EM TODAS AS PARÓQUIAS.

PROJETOS: 1º) Setor pré-matrimonial - preparação para o matrimônio de acordo com o Diretório Arquidiocesano dos Sacramentos.
2º) Setor pós-matrimonial – acompanhamento de casais recém-casados por 05 anos.
3º) Setor casos especiais – acolhida aos casais em nova união.

2ª PRIORIDADE: ORGANIZAÇÃO DAS PARÓQUIAS EM REDES DE CEBs E OUTRAS PEQUENAS COMUNIDADES.

PROJETOS: 1º) Elaboração de uma cartilha sobre as CEBs e outras pequenas comunidades.
2º) Fortalecimento dos grupos de reflexão através da catequese de iniciação cristã de adultos.

3ª PRIORIDADE: PROMOÇÃO DA VIDA E AÇÃO SOCIAL.

PROJETOS: 1º) Implantação ou implementação da pastoral da saúde em todas as paróquias.
2º) Recuperação dos mananciais de água através de plantio da mata ciliar.

4ª PRIORIDADE: JUVENTUDE

PROJETOS: 1º) Carta pastoral sobre a juventude.
2º) Escola de formação missionária de líderes jovens.
3º) Criação da etapa de pastoral de adolescentes pós-crisma.

Sumário

APRESENTAÇÃO (Dom Anuar Batisti)..... 07

INTRODUÇÃO (Pe. Sidney Fabril) 09

CAPÍTULO I: OLHANDO PARA A NOSSA REALIDADE..... 11

1. Olhando para a nossa realidade sócio-econômica

(Jaime Graciano Trintin).....12

1.1. Caracterização da Arquidiocese de Maringá.....13

A. Aspectos sócio-econômicos14

A.1. Produção agropecuária15

A.2. Produção industrial.....22

A.3. Infra-estrutura de transporte.....34

A.4. Demografia35

A.5. Renda.....39

A.6. Entendendo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)42

B. Aspectos sociais.....44

B.1. Moradia.....45

B.2. Educação50

B.3. Demais indicadores sociais.....53

2. Olhando para a nossa realidade sócio-religiosa – pesquisa por

amostragem (Carlos Roberto do Carmo Leite)..... 56

3. Olhando para a nossa realidade intra-ecclesial..... 67

3.1. Síntese da avaliação das paróquias e regiões pastorais

(Pe. Israel Zago).....67

3.2. Síntese da avaliação das pastorais e movimentos

(Pe. Sidney Fabril).....70

3.3. Síntese da avaliação dos religiosos(as)

(Ir. Maria Vieira Feitoza).....74

CAPÍTULO II: QUEREMOS SER DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS

DE JESUS CRISTO NUMA IGREJA A SERVIÇO DA VIDA 79

1ª Parte: Justificativas e diretrizes de nossas prioridades e projetos

(Pe. Antônio de Pádua Almeida)79

1. Conteúdo da missão	80
2. O missionário evangelizador e a percepção do próximo.....	82
3. Uma Igreja humilde e capaz do diálogo e cooperação	82
4. Os membros dessa Igreja: missionários, mas antes discípulos	83
5. A identidade do missionário	84
6. O protagonismo dos leigos.....	84
2ª Parte: Luzes do Documento de Aparecida para orientar nossa interpretação da realidade e nossas ações pastorais	85
1. Primeiro texto: A proposta de Aparecida (<i>Pe. Agenor Brighenti</i>).....	85
2. Segundo texto: Critérios para a leitura do Documento de Aparecida: o pre-texto, o con-texto e o texto (<i>Pe. Agenor Brighenti</i>)	89
 CAPÍTULO III: PRIORIDADES E PROJETOS PARA A MISSÃO EVANGELIZADORA NA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ (<i>Pe. Sidney Fabril</i>).....	 109
1ª Prioridade: Família	110
Projeto 1: Encontros de preparação para o matrimônio	111
Projeto 2: Acompanhamento de casais recém-casados	112
Projeto 3: Acolhida dos casais em nova união.....	113
2ª Prioridade: Organização das paróquias em redes de CEBs e pequenas comunidades.....	114
Projeto 1: Cartilha explicativa sobre o que são as CEBs e outras comunidades	116
Projeto 2: Fortalecimento dos grupos de reflexão através da catequese de iniciação Cristã de adultos.....	117
3ª Prioridade: Promoção da vida e ação social.....	120
Projeto 1: Implantação e implementação da Pastoral da Saúde nas paróquias	121
Projeto 2: Recuperação de áreas de preservação permanente.....	122
4ª Prioridade: Juventude	125
Projeto 1: Escola missionária de juventude	126
Projeto 2: Carta pastoral sobre a juventude.....	128
Projeto 3: Pós-crisma – grupos de vivência	129
 CONCLUSÃO (<i>Pe. Sidney Fabril</i>).....	 133
 REFERÊNCIAS	 135

Apresentação

O Plano da Ação Evangelizadora que está em suas mãos é fruto de um caminho de comunhão e participação de dois anos. Todos os segmentos do Povo de Deus da nossa Arquidiocese foram protagonistas desse processo vivido à luz do Espírito Santo, orientados pelo método, consagrado na Igreja da América latina, que é o Ver, o Julgar e o Agir.

O aspecto do VER é o mais extenso e mais detalhado no que diz respeito às facetas da realidade social e eclesial. Todos os dados passaram por mãos e olhares de especialistas. Assim temos a garantia de ter diante dos nossos olhos uma profunda radiografia de toda a realidade de nossa Arquidiocese.

O JULGAR, que é a iluminação desta realidade, foi feito à luz da Palavra de Deus, do Documento de Aparecida e das atuais Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil.

O tema central a orientar a reflexão teológico-pastoral foi inspirado no Evangelho de Lucas: "... viu, aproximou-se, sentiu compaixão e curou-lhe as feridas" (Lc 10,33-34). A partir da Parábola do Bom Samaritano, contemplamos um grande horizonte de atuação que é o serviço aos caídos nas estradas da vida. Por isso a expressão iluminadora deste Plano é EVANGELIZAR nessa Arquidiocese, sendo uma Igreja missionária e servidora, "Uma Igreja a serviço da Vida".

A olhar da realidade e sua iluminação pelo julgar suscitaram em todos os membros da Assembléia um grande desejo de transformação, o desejo de AGIR. E o desejo foi transformado em prioridades e projetos. Foram assumidas quatro grandes prioridades. Uma Igreja serviço da Família, da organização das paróquias em redes de comunidades eclesiais de base e outras pequenas comunidades, da promoção da vida e ação social e da juventude. Nesse caminho de ações concretas, o princípio fundamental é a evangelização a partir do Encontro pessoal com Jesus Cristo, formando discípulos e missionários à luz da opção preferencial pelos descartados, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a Comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, "para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10).

O grande marco referencial é a MISSÃO. "Só uma Igreja missionária e

evangelizadora experimenta a fecundidade e a alegria de quem realmente realiza a sua vocação. Assumir permanentemente a missão evangelizadora é, para todas as comunidades e para cada cristão, a condição fundamental para preservar e reviver o clima pascal da alegria no Espírito, que animou a Igreja em seu nascimento e a sustentou em todos os grandes momentos de sua história. 'Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim. É, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se não evangelizar' (1Cor 9,16)." (DGAE, 2008, n. 210, p.157). Que a Trindade Santa nos ilumine neste caminho e Nossa Senhora da Glória nos proteja a fim de cumprirmos com fidelidade a nossa missão nesta Igreja, neste tempo e com este povo a nós confiado.

Dom Anuar Batisti

Arcebispo Metropolitano de Maringá

Introdução

A nossa querida Arquidiocese de Maringá teve seu último Plano de Ação Evangelizadora definido na 21ª Assembléia Arquidiocesana, realizada em 15 de novembro de 2003. Foi elaborado para o quadriênio 2003-2006. Com a mudança de arcebispo e com a celebração do jubileu de ouro da arquidiocese em 2007, só em meados de 2008 foi realizada a 22ª Assembléia Arquidiocesana, que definiu este novo Plano de Ação Evangelizadora, previsto para os anos de 2009 a 2012.

"O projeto pastoral da Diocese, caminho de pastoral orgânica, deve ser resposta consciente e eficaz para atender às exigências do mundo de hoje com 'indicações programáticas concretas, objetivos e métodos de trabalho, formação e valorização dos agentes e a procura dos meios necessários que permitam que o anúncio de Cristo chegue às pessoas, modele as comunidades e incida profundamente na sociedade e na cultura mediante o testemunho dos valores evangélicos'. Os leigos devem participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução. Esse projeto diocesano exige acompanhamento constante por parte do bispo, dos sacerdotes e dos agentes pastorais, com atitude flexível que lhes permita manter-se atentos às exigências da realidade sempre mutável." (DA, 2007, n. 371, p. 169-179).

Para seguir esses princípios, a 22ª Assembléia foi acontecendo aos poucos; começou em 2007 e terminou em 2008; foram quase 2 anos. Sentiu-se a necessidade de um olhar mais profundo sobre a realidade. Daí a decisão de fazer diversas pesquisas. Uma delas foi por amostragem, quando foram entrevistadas em torno de 10 mil pessoas em toda a Arquidiocese sobre questões ligadas à Igreja. Outra pesquisa se deu de casa em casa, com objetivo mais quantitativo, quando cada paróquia tentou fazer um verdadeiro "censo" sobre cada família residente na sua área territorial. Ao lado disso, foram levantados os dados sócio-econômicos oficiais de cada município da Arquidiocese. As pesquisas e o levantamento dos dados sócio-econômicos foram assessorados por professores da Universidade Estadual de Maringá, já que precisávamos e queríamos resultados embasados cientificamente.

Tendo visto a realidade sócio-econômica e religiosa, passamos ao processo de avaliação da caminhada interna da Arquidiocese, ou seja, das comunidades, paróquias, regiões pastorais, movimentos, organismos eclesiais, e também do clero, religiosos e leigos. Procuramos respeitar bas-

tante as bases, isto é, as questões foram respondidas de baixo para cima. As instâncias de coordenação se ativeram mais às sínteses que aos acréscimos. Enfim, procuramos ouvir e respeitar a todos, de modo que nenhuma instância ou organismo deixou de ser consultado.

Conhecidos os dados, passamos a iluminá-los com nossas reflexões e orações. A luz mais forte nos veio da Palavra de Deus, mais especificamente da Parábola do Bom Samaritano (Lc 10,25-37). Foi este texto que nos inspirou a escolher o tema da assembléia: “Uma Igreja a serviço da vida”, e também o lema: “... viu, aproximou-se, sentiu compaixão e curou-lhe as feridas”. Outras luzes nos foram dadas pelo Documento de Aparecida e pelas atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Nesta etapa fomos assessorados pelo Pe. Agenor Brighenti, doutor em teologia e presidente do Instituto Nacional de Pastoral.

A visão da realidade, as reflexões e orações nos levaram à escolha das prioridades. A primeira escolhida foi a “família”, uma vez que é a instituição que mais sofre os impactos das mudanças em geral, e também a que mais precisa do apoio da ação evangelizadora. Daí o compromisso de implantação de uma vigorosa Pastoral Familiar em todas as paróquias. A segunda foi a “organização das paróquias em redes de CEBs e outras pequenas comunidades”, uma vez que uma paróquia que centraliza sua ação evangelizadora na matriz atinge muito pouco as pessoas. Aqui o compromisso é o de transformar as paróquias em redes de pequenas comunidades e grupos. A terceira foi a “promoção da vida e ação social”, já que evangelizar é promover a vida plena com Cristo para todos. Foi isso que o Bom Samaritano fez. Assim, a assembléia assumiu o compromisso de levar mais vida às comunidades através da Pastoral da Saúde e da recuperação dos mananciais de água. A última prioridade, não menos importante, foi a “juventude”, por ser o segmento que menos conseguimos atingir na ação evangelizadora. Com esta prioridade, foi assumido o compromisso de acolher os jovens com sua cultura, sua linguagem e expressões, e de formar líderes para o trabalho evangelizador com eles.

Sabemos que o Plano é limitado e que temos muitos desafios. Porém, temos todo o apoio da graça de Deus: o amor do Pai, a solidariedade fraterna do Filho e a luz do Espírito Santo. Nosso desejo generoso é o de sermos uma Igreja Samaritana, uma Igreja de discípulos missionários a serviço da vida. Que este 22º Plano Arquidiocesano da Ação Evangelizadora nos ajude a cumprirmos bem esta nossa missão.

Capítulo I

Olhando para a nossa realidade

Para que um plano de ação seja realmente eficaz é necessário conhecer o mais profundamente possível a realidade sobre a qual se quer agir. Sem um bom diagnóstico da realidade, os “remédios receitados”, ou pelo menos as “dosagens”, poderiam ser equivocados, o que, além de não melhorar em nada, poderia inclusive piorá-la. Consciente disso, a Arquidiocese de Maringá investiu bastante tempo e também recursos para conhecer melhor a sua realidade.

“A pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. Sua vida acontece em contextos sócio-culturais bem concretos. Essas transformações sociais e culturais representam naturalmente novos desafios para a Igreja em sua missão de construir o Reino de Deus. Daí nasce, na fidelidade ao Espírito Santo que a conduz, a necessidade de uma renovação eclesial que implica reformas espirituais, pastorais e também institucionais.” (DA, 2007, nº. 367, p. 168).

Primeiramente, nosso plano de ação evangelizadora vai tratar da realidade sócio-econômica da arquidiocese através de diversos dados oficiais de cada um dos 27 municípios que a compõem. Esse trabalho foi coordenado por Jaime Graciano Trintin, doutor em economia e professor da Universidade Estadual de Maringá, leigo atuante no Conselho de Leigos e no Movimento de Cursilhos. Uma vez que os dados são oficiais, poderão ser permanente fonte de consultas para a ação evangelizadora em cada município.

Na sequência, veremos publicada a primeira pesquisa por amostragem realizada pela Arquidiocese de Maringá sobre dados sócio-religiosos. A pesquisa foi coordenada por Carlos Leite e Ivani Basso da Silva, professores do Departamento de Estatística da Universidade Estadual de Maringá e leigos atuantes no Movimento de Cursilhos. Foram realizadas em torno de 10 mil entrevistas em todos os municípios e paróquias da arquidiocese, proporcionalmente. Para esse trabalho, se pôde contar com a ajuda dos seminaristas como entrevistadores.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, nosso plano traz a avaliação

interna da ação evangelizadora, feita pelos leigos e leigas, pelo arcebispo, padres, diáconos e religiosos (as), engajados nas comunidades, paróquias, pastorais, movimentos e organismos eclesiais. Ela vai mostrar os avanços, as fraquezas e desafios e as sugestões para o trabalho evangelizador nos próximos 4 anos.

1. OLHANDO PARA NOSSA REALIDADE SÓCIO-ECONÔMICA

A economia e sociedade que representa a área de abrangência da Arquidiocese de Maringá têm sua formação associada à expansão da economia cafeeira, mais especificamente a partir dos anos quarenta do século passado quando se retoma a expansão econômica depois de findada a Segunda Grande Guerra Mundial. O avanço da cafeicultura não significou apenas a introdução de uma nova atividade econômica, mas confundiu-se com o processo de colonização que aqui se iniciava, sendo o café a base de sustentação deste processo.

Nos anos sessenta, o setor agrícola era o principal na geração da renda e do emprego regional, enquanto o setor industrial ainda estava atrelado ao beneficiamento do café, cereais e afins e no desdobramento da madeira, em razão do aproveitamento do desmatamento, fruto do processo de colonização.

No início dos anos setenta do século passado a economia cafeeira encontra seus limites de expansão em território paranaense, seja em razão de problemas associados ao clima, de crises decorrentes de excesso de oferta no mercado mundial, ou devido a política de diversificação da lavoura brasileira e integração entre agricultura e indústria.

O importante a ser destacado é que a realidade econômica e social desta região mudou e o que se assistiu foi a concentração fundiária, a expulsão do homem do campo, a concentração da renda no campo, a contração do emprego no campo, um acelerado processo de urbanização e a formação de vários fluxos de migração de pessoas da área rural para as pequenas e médias cidades do interior paranaense e destas para os maiores centros urbanos do país.

A sociedade que se forma a partir deste momento de grandes transformações será fundamentada em novas bases econômicas e de novas relações sociais que se estabeleceram no campo e nas cidades. É com esta preocupação que se procurou elaborar este estudo e verificar a importância dos setores agropecuário e industrial na formação econômica desta região e suas implicações quanto à produção, a geração da renda e do emprego regional, bem como dos desequilíbrios resultantes desta nova economia regional.

Para tanto, este trabalho está dividido, além desta introdução e das considerações finais, em três importantes partes, sendo que a primeira trata da produção nos setores agropecuário e industrial, na segunda, se analisam os indicadores sociais do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios que formam a Arquidiocese de Maringá e, na terceira parte, o esforço é dirigido para a análise de outros indicadores sociais, visando complementar as demais informações, como condições de moradia, coleta de lixo, entre outras informações importantes para reflexão desta realidade e tomada de decisão.

Colaboraram para este documento os acadêmicos Letícia Xander Russo e Cleyton Bonilha Bravo, do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ

A região do grande norte paranaense foi colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná que para viabilizar a venda da terra optou por um empreendimento imobiliário organizado em pequenos lotes. Essa medida se fazia necessária à época em razão das dificuldades econômicas que atravessava o país, principalmente a cultura cafeeira que se recuperava de uma crise de superprodução que se prolongava desde o início do século vinte e se refletia fortemente na queda dos níveis de preços do produto. A alternativa encontrada foi parcelar o pagamento dos lotes de terra a serem adquiridos. Em 10 de maio de 1947 a cidade de Maringá é fundada, tendo como primeiro prefeito municipal Inocente Villanova Júnior, o qual tomou posse no dia 14 de dezembro de 1952.

Em 1956 foi criada a Diocese de Maringá através da bula *Latíssima Partire Ecclesias*, do papa Pio XII.

Atualmente a Arquidiocese reúne 27 municípios, sendo eles: Atalaia, Bom Sucesso, Cruzeiro do Sul, Doutor Camargo, Floraí, Floresta, Inajá, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Jardim Olinda, Kaloré, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Marumbi, Nova Esperança, Ourizona, Paiçandu, Paranacity, Paranapoema, Presidente Castelo Branco, Sarandi, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Uniflor, conforme MAPA 1.

A Arquidiocese está localizado na região Norte do Estado do Paraná. Esse conjunto de municípios ocupa uma área de 6.300 km², o que equivale a 3,16% a área total do Estado do Paraná (199.314,850 km²).

A região totaliza uma população de aproximadamente 671.895 habitantes (IBGE) e cerca de 468.388 eleitores.



FIGURA 1 – Localização dos municípios da Arquidiocese no Paraná.
Fonte: IPARDES. Elaborada pelos autores.

A - ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

A composição do Produto Interno Bruto (PIB) da região da arquidiocese em relação ao total do Paraná correspondeu no ano de 2004, no setor de agropecuária a 4,62%, na indústria a 4,38% e no setor de serviços a 6,69% (IPARDES).

O PIB da Arquidiocese, em 2004, foi equivalente a 5.663 bilhões de reais, o que correspondeu a 5,21% da produção total do Estado do Paraná. A cidade mais importante dessa região, Maringá, apresentou participação relativa de 57,0% no PIB total da arquidiocese.

Tabela 1 - PIB dos principais municípios da Arquidiocese, 2004

Município	PIB (R\$)	Participação Relativa (%)
Maringá	3.209.019.137	56,67
Sarandi	344.819.413	6,09
Marialva	254.761.704	4,5
Mandaguari	245.667.135	4,34
Nova Esperança	190.892.764	3,37
Paiçandu	182.537.344	3,22

Jandaia do Sul	139.533.969	2,46
Mandaguaçu	116.022.605	2,05
São Pedro do Ivaí	109.139.659	1,93
São Jorge do Ivaí	101.600.711	1,79
Demais municípios (17)	769.103.370	13,58
Arquidiocese	5.663.097.811	100,00

Fonte: IPARDES (2004). Elaborada pelos autores.

A região da Arquidiocese tem uma participação pequena no PIB do Estado representando apenas 5% do total. A participação do PIB de Maringá em relação ao total do PIB do Paraná era próxima de 3%, enquanto o restante das cidades não atingia nem 0,5% de participação (Tabela 2).

Tabela 2 – Participação dos principais municípios da Arquidiocese em relação ao PIB total do Paraná, 2004

Município	Participação Relativa (%)
Maringá	2,95
Sarandi	0,32
Marialva	0,23
Mandaguari	0,23
Nova Esperança	0,18
Paiçandu	0,17
Jandaia do Sul	0,13
Mandaguaçu	0,11
São Pedro do Ivaí	0,1
São Jorge do Ivaí	0,09
Demais municípios da região (17)	0,71
Total da Região	5,22

Fonte: IPARDES (2004). Elaborada pelos autores.

A.1 - Produção Agropecuária

Em relação à produção agrícola, os principais produtos em 2004 eram o café, a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, e à época o binômio soja-trigo.

Em termos de ocupação de área, a soja e o milho eram as culturas mais importantes, visto ocuparem 47% e 21%, respectivamente. Ou seja, ocupa-

vam quase 70% da área total da região (vide Gráfico 1).

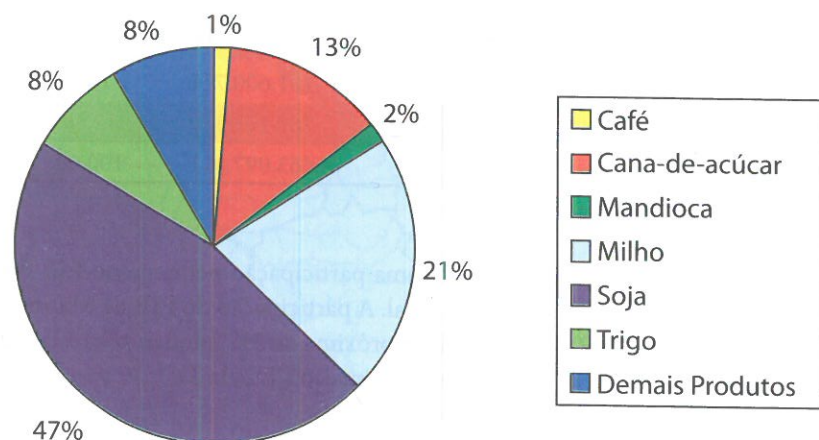


Gráfico 1 - Participação relativa dos principais produtos por área colhida (ha) na região.
Fonte: IPARDES, 2007. Elaborado pelos autores.

Observa-se, também, que o terceiro produto que mais absorve área é a cana-de-açúcar, 13%, seguida do trigo. Ou seja, 81% da área dessa região são ocupadas pela soja, milho e cana-de-açúcar.

Estes dados são extremamente importantes para o entendimento da dinâmica do desenvolvimento regional, visto serem estas culturas denominadas modernas, o que implica necessariamente na utilização de máquinas e equipamentos mecânicos, tanto na produção quanto no período de colheita de ambas, além do uso intensivo de fertilizantes e defensivos agrícolas. Ou seja, a expansão destas culturas não representa necessariamente aumento direto do número de empregos e da renda onde estão inseridas. O efeito em relação ao emprego se dá no setor industrial produtor de máquinas e equipamentos, bem como no de insumos e no comércio destes produtos. Apesar deste aspecto ser importante para o crescimento econômico da região, observa-se que o desenvolvimento destas indústrias ocorre de maneira concentrada espacialmente e, principalmente nos maiores centros urbanos do estado e do país.

Por sua vez, em relação à renda regional, observa-se fato semelhante, uma vez que neste tipo de produção não há grande número de empregos, o que corresponde ao pagamento de poucos salários, e a renda gerada com a produção é quase que na sua totalidade apropriada pelo dono da terra. Ou seja, a renda é muito concentrada. Além de ser concentrada, em razão da

mecanização, ela também o é em termos espaciais, visto que o agricultor não mais reside no local onde realiza a produção, mas sim nos grandes centros urbanos. Isso tem implicado no crescimento desigual das cidades e na formação de “pólos regionais”.

No que se refere à participação das culturas na geração da renda regional, observa-se que a soja sozinha gera quase a metade da renda do conjunto da produção agrícola regional. Em seguida vem a cana-de-açúcar e o milho, com 24% e 20%, respectivamente. Essas três culturas geram 88% da renda bruta da agricultura da região da arquidiocese de Maringá.

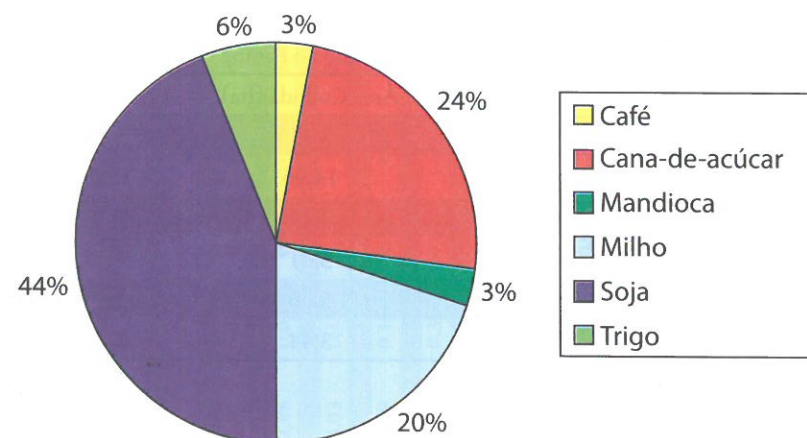


Gráfico 2 - Participação na receita bruta das principais culturas da região.
Fonte: IPARDES, 2007. Elaborado pelos autores.

A receita bruta da região com os principais produtos é em torno de 671.352.849 reais¹, o que representa 12% do PIB da região da Arquidiocese.

Os municípios que mais se destacam na produção da soja são: São Jorge do Ivaí (12,18%), Maringá (10,79%), Marialva (9,97%), e Itambé (7,18%), com uma participação de 40,12% do total regional. Em relação à cultura do milho temos: São Jorge do Ivaí (19,85%), Floresta (9,12%), Maringá (7,74%), Itambé (7,38%) e Ivatuba (7,37%) que, em conjunto, representavam 51,46% do total regional. Quanto à cultura da cana-de-açúcar os principais municípios são: Paranacity (17,42%), Mandaguaçu (12,59%), São Pedro do Ivaí (11,73%), Bom Sucesso (8,02%) e Cruzeiro do Sul (7,32%), o que correspondia a 57,08% (conforme Tabela 4).

¹ A preços correntes de novembro de 2007.

Em relação à produção da mandioca, esta se dá predominantemente no município de Nova Esperança. E no caso da cultura cafeeira, esta se encontra mais concentrada nos municípios de Jandaia do Sul (24,21%) e Mandaguari (29,51%). Em conjunto, estes municípios representam mais da metade da produção de café da região.

Quanto à participação desta região no total da produção estadual (Tabela 5), observa-se que há pouca expressividade, visto que a soja não ultrapassa a casa dos 6% do total estadual, o milho não chega aos 5% e a cana-de-açúcar contribui com apenas 15% do que se é produzido no estado.

Tabela 5 - Participação dos principais produtos agrícolas da região em relação ao Paraná

Produtos Agrícolas	Área Colhida (ha)	Produção (t)
CAFÉ (em côco)	4,75	5,99
CANA-DE-AÇÚCAR	14,96	15,05
MANDIOCA	4,44	4,17
MILHO	5,61	4,64
SOJA	5,66	5,48
TRIGO	3,44	2,51

Fonte: IPARDES, 2005. Elaborada pelos autores.

TABELA 4 - Participação relativa dos municípios por área colhida (ha) e produção dos principais produtos agrícolas da região (2005).

MUNICÍPIOS	Café (em côco)			Cana-de-açúcar			Mandioca			Milho			Soja			Trigo		
	Produção	Área Colhida	Produção	Produção	Área Colhida	Produção	Produção	Área Colhida	Produção	Produção	Área Colhida	Produção	Produção	Área Colhida	Produção	Produção	Área Colhida	Produção
Atalaia	0,62	0,66	-	-	-	-	5,37	4,87	1,74	2,24	2,16	2,26	2,16	2,26	0,86	0,67	-	-
Bom Sucesso	6,07	4,93	8,02	7,94	7,94	8,02	0,12	0,14	1,14	0,70	1,27	1,26	1,27	1,26	2,98	2,56	-	-
Cruzeiro do Sul	0,19	0,19	7,32	8,36	16,1	16,22	1,46	1,27	1,18	0,90	1,18	0,90	1,18	0,90	0,26	0,22	-	-
Doutor Camargo	2,82	1,80	-	-	-	-	0,04	0,03	6,63	5,72	5,05	4,03	5,05	4,03	0,7	0,69	-	-
Florai	4,06	2,66	1,91	1,51	4,29	4,33	7,08	5,79	5,18	5,30	0,96	5,25	5,18	5,30	0,96	0,89	-	-
Floresta	0,04	0,04	-	-	-	-	0,07	0,05	9,12	8,68	5,86	5,25	5,86	5,25	1,36	1,11	-	-
Inajá	0,21	0,21	4,55	5,11	6,23	5,95	0,04	0,04	0,04	0,04	0,06	0,06	0,06	0,06	-	-	-	-
Itambé	0,15	0,08	3,36	2,88	0,04	0,03	7,38	8,99	7,18	7,33	7,18	7,33	7,18	7,33	10,9	8,89	-	-
Ivatuba	0,10	0,06	-	-	-	-	0,04	0,03	7,37	5,65	4,53	3,83	4,53	3,83	1,59	1,60	-	-
Jandaia do Sul	24,21	25,62	3,19	3,03	0,15	0,18	1,4	0,96	1,6	1,30	2,47	2,11	1,6	1,30	2,47	2,11	-	-
Jardim Olinda	0,06	0,08	-	-	-	-	3,86	3,89	0,92	1,96	0,56	0,81	0,56	0,81	-	-	-	-
Kaloré	0,95	0,95	0,62	0,69	0,14	0,16	1,06	1,01	4,23	3,87	13,7	10,67	4,23	3,87	13,7	10,67	-	-
Mandaguaçu	1,39	2,75	12,59	11,02	1,25	1,03	1,81	2,15	3,5	4,15	1,04	1,11	3,5	4,15	1,04	1,11	-	-
Mandaguari	29,51	30,76	2,01	1,66	0,39	0,32	1,93	1,40	1,99	2,36	5,19	5,56	1,99	2,36	5,19	5,56	-	-
Mariaalva	4,97	5,50	5,48	4,54	0,07	0,05	6,24	7,99	9,97	12,16	19,06	25,12	9,97	12,16	19,06	25,12	-	-
Maringá	7,19	8,54	2,42	2,07	0,33	0,27	7,74	8,07	10,79	10,31	16,16	16,00	10,79	10,31	16,16	16,00	-	-
Marumbi	4,91	4,17	3,32	3,30	0,06	0,06	0,92	0,61	1,62	1,38	1,71	1,33	1,62	1,38	1,71	1,33	-	-
Nova Esperança	5,80	3,80	2,55	2,15	42,93	43,25	1,22	1,62	1,66	1,73	0,39	0,44	1,66	1,73	0,39	0,44	-	-
Ourizona	0,43	0,38	2,01	1,77	0,04	0,03	6,82	6,36	5,72	5,46	1,2	0,93	5,72	5,46	1,2	0,93	-	-
Paçandu	0,39	0,38	4,62	3,64	0,04	0,03	4,64	5,00	4,72	4,32	3,37	2,89	4,72	4,32	3,37	2,89	-	-
Paranacity	1,26	1,52	17,42	22,21	5,72	5,19	0,51	0,59	0,43	0,40	-	-	0,43	0,40	-	-	-	-
Paranapoema	-	-	-	-	0,21	0,22	0,45	0,92	0,32	0,69	-	-	0,32	0,69	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	1,74	0,95	4,37	4,30	3,22	3,24	0,47	0,79	0,73	1,14	0,03	0,04	0,73	1,14	0,03	0,04	-	-
São Jorge do Ivaí	0,85	0,76	0,51	0,45	0,42	0,38	19,85	19,44	12,18	11,99	1,53	1,38	12,18	11,99	1,53	1,38	-	-
São Pedro do Ivaí	0,81	1,14	11,73	11,45	0,11	0,13	1,08	0,96	3,93	3,64	6,49	5,56	3,93	3,64	6,49	5,56	-	-
Sarandi	0,95	1,14	0,09	0,08	0,18	0,16	0,72	0,75	2,86	2,85	8,06	10,23	2,86	2,85	8,06	10,23	-	-
Uniflor	1,74	0,95	1,89	1,86	8,59	9,73	0,25	0,35	0,74	1,20	-	-	0,74	1,20	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPARDES, 2005. Elaborada pelos autores.

No tocante à pecuária observa-se pouca expressividade da região em relação ao estado, tanto na produção de aves, bovinos, suínos e caprinos.

Nesta região existem 8.974 estabelecimentos que se voltam à atividade pecuária, sendo que o menor número (149) dedica-se à pecuária de caprinos e o maior número (3.900) volta-se para a pecuária bovina (Tabela 5).

O número de aves na região soma 6.147.718 cabeças, representando 2,19% do total estadual. Os municípios mais representativos são: Cruzeiro do Sul (16,69%), Mandaguaçu (15,70%), Nova Esperança (11,94%), Mandaguari (9,73%), Bom Sucesso (8,60%) e São Jorge do Ivaí (6,96). Em conjunto produzem 69,35% do total regional.

Quanto ao número de bovinos, existe cerca de 284.220 cabeças, o que corresponde a 3,10% do total estadual. A produção é mais dispersa se comparada com a produção de aves. No entanto, os municípios mais representativos são: Nova Esperança (16,0%), Jardim Olinda (8,69%), Paracity (8,55%), Bom Sucesso (6,68%), Parapoema (5,41%) e Inajá (5,04%). Em conjunto, somam 50,37% do total da região arquiocesana.

No tocante à produção de suínos, observa-se a existência de 56.761 cabeças, o que representa 1,15% do total do estado. A produção é encontrada em quase toda região, à semelhança da produção de bovinos. No entanto, o município de Maringá se destaca entre os demais uma vez que produz 20,12% do total regional. Em seguida vêm os municípios de Marialva (8,21%), São Pedro do Ivaí (7,79%), Nova Esperança (7,49%), Mandaguaçu (6,13%) e Mandaguari (6,23%). O conjunto destes municípios soma 55,97% da produção regional.

Os caprinos somam 2.844 cabeças, o que corresponde a 2,29% do total do estado. Os municípios onde se concentra esta produção são: Maringá (12,10%), Nova Esperança (10,20%), Mandaguaçu (10,23%) e Florai (9,49%). Somam em conjunto de cerca de 42,0%.

Tabela 5 - Efetivo da Pecuária nos Municípios na Região da Arquidiocese de Maringá, 2006.

MUNICÍPIOS	Aves			Bovinos			Caprinos			Suínos		
	Estabelecimentos	Número	%	Estabelecimentos	Número	%	Estabelecimentos	Número	%	Estabelecimentos	Número	%
Atalaia	46	149.660	2,43	138	9.110	3,21	3	28	0,98	49	644	1,13
Bom Sucesso	127	528.659	8,60	183	18.976	6,68	8	186	6,54	107	1.495	2,63
Cruzeiro do Sul	108	1.026.064	16,69	187	11.612	4,09	4	58	2,04	88	964	1,70
Doutor Camargo	51	212.729	3,46	119	1.725	0,61	5	91	3,20	86	1.543	2,72
Floraí	13	46.530	0,76	51	2.626	0,92	4	270	9,49	8	2.865	5,05
Floresta	63	23.389	0,38	25	300	0,11	4	113	3,97	45	543	0,96
Inajá	30	1.321	0,02	112	14.329	5,04	3	22	0,77	41	325	0,57
Itambé	92	5.006	0,08	81	3.298	1,16	8	139	4,89	105	1.917	3,38
Ivatuba	6	323	0,01	8	750	0,26	1	-	-	9	1.401	2,47
Jandaia do Sul	161	273.677	4,45	274	10.668	3,75	3	154	5,41	131	1.692	2,98
Jardim Olinda	32	2.095	0,03	65	24.693	8,69	2	-	-	26	246	0,43
Kaloré	199	25.164	0,41	268	10.178	3,58	3	57	2,00	154	2.368	4,17
Mandaguaçu	148	965.281	15,70	200	13.369	4,70	13	291	10,23	120	3.478	6,13
Mandaguari	252	598.221	9,73	362	20.538	7,23	7	82	2,88	183	3.537	6,23
Marialva	229	84.715	1,38	258	10.684	3,76	12	192	6,75	229	4.658	8,21
Maringá	204	336.638	5,48	191	5.295	1,86	16	344	12,10	162	11.422	20,12
Marumbi	155	267.868	4,36	151	11.636	4,09	3	9	0,32	138	1.546	2,72
Nova Esperança	210	734.145	11,94	391	45.462	16,00	16	290	10,20	159	4.253	7,49
Ourizona	62	2.524	0,04	60	1.515	0,53	5	65	2,29	64	1.967	3,47
Paçandu	27	101.363	1,65	59	1.564	0,55	5	120	4,22	33	769	1,35
Paranacity	41	65.870	1,07	205	24.307	8,55	3	101	3,55	36	2.164	3,81
Parapoema	9	458	0,01	18	15.383	5,41	1	-	-	11	223	0,39
Presidente Castelo Branco	80	117.214	1,91	126	5.466	1,92	2	-	-	62	652	1,15
São Jorge do Ivaí	30	427.908	6,96	45	2.328	0,82	3	74	2,60	24	407	0,72
São Pedro do Ivaí	147	8.391	0,14	156	10.847	3,82	10	129	4,54	113	4.423	7,79
Sarandi	71	114.800	1,87	58	1.132	0,40	3	29	1,02	50	751	1,32
Uniflor	45	27.705	0,45	109	6.429	2,26	2	-	-	54	508	0,89
TOTAL	2.638	6.147.718	100	3.900	284.220	100	149	2.844	100	2.287	56.761	100

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2006. Elaborada pelos autores.

No que se refere à produção de derivados da pecuária bovina, existe na região da Arquidiocese de Maringá cerca de 10.755 propriedades voltadas à produção de leite. Estas em conjunto produzem 23.110 litros de leite, o que corresponde a 1,13% do total estadual. Os municípios mais representativos nesta produção são: Nova Esperança (12,95%), Maringá (12,1%), Marialva (9,84%), Atalaia (7,35%), Mandaguari (6,94%), Paranacity (6,87%), Cruzeiro do Sul (5,72%), e Mandaguaçu (4,38%). Em conjunto representam 66,15% do total regional.

Observa-se, no entanto, que apesar desta atividade ser importante para o desenvolvimento de alguns municípios desta região ela é pouca expressiva em relação à produção do estado.

A.2 - Produção Industrial

A indústria regional vem crescendo nos últimos anos, tanto em termos de estabelecimentos quanto em relação ao número de empregos gerados (Tabela 6). Esse crescimento foi da ordem de 14,6% para os estabelecimentos e de 15,4% para o número de empregos formais.

O município que concentra o maior número de empresas é o de Maringá, com 1645 estabelecimentos industriais, o que corresponde a quase 64,0% do total regional. Os municípios de Sarandi e Mandaguari são os que vêm em seguida, com uma participação de 8,9% e 5,9%, respectivamente. Os três municípios representam quase 79,0% da região.

Estes números se refletem em termos do emprego gerado na região em estudo, e o que se nota é que quase na sua totalidade este está concentrado em poucos municípios. Maringá gera praticamente 60% do emprego regional e os outros três municípios geram em conjunto cerca de 73,0% do emprego na arquidiocese.

Tabela 6 - Total de estabelecimentos e de empregados no setor da indústria nos municípios da região da Arquidiocese

MUNICÍPIO	Total de Estabelecimentos		Empregados			
	2002	2005	2002		2005	
			Abs.	%	Abs.	%
Atalaia	6	5	112	0,35	94	0,25
Bom Sucesso	13	13	78	0,24	90	0,24
Cruzeiro do Sul	5	7	35	0,11	74	0,20
Doutor Camargo	9	12	106	0,33	120	0,32
Floraí	19	16	212	0,65	239	0,64

Floresta	8	12	171	0,53	301	0,81
Inajá	4	3	282	282	157	0,42
Itambé	6	8	34	0,10	57	0,15
Ivatuba	1	2	4	0,01	17	0,05
Jandaia do Sul	89	92	1.247	3,85	1.407	3,76
Jardim Olinda	0	1	0	0,00	2	0,01
Kaloré	7	7	90	0,28	112	0,30
Mandaguaçu	36	49	300	0,93	353	0,94
Mandaguari	140	151	1.897	5,86	2.458	6,58
Marialva	99	89	1.516	4,68	1.698	4,54
Maringá	1.410	1.645	20.032	61,86	22.173	59,32
Marumbi	9	10	174	0,54	120	0,32
Nova Esperança	81	84	1.051	3,25	1.071	2,87
Ourizona	3	4	78	0,24	67	0,18
Paiçandu	66	78	533	1,65	1.198	3,20
Paranacity	16	14	1.830	5,65	2.018	5,40
Paranapoema	6	7	78	0,24	109	0,29
Presidente Castelo Branco	13	15	74	0,23	78	0,21
São Jorge do Ivaí	10	7	44	0,14	70	0,19
São Pedro do Ivaí	8	9	281	0,87	415	1,11
Sarandi	176	227	2.074	6,40	2.796	7,48
Uniflor	3	5	52	0,16	87	0,23
TOTAL	2.243	2.572	32.385	100	37.381	100

Fonte: RAIS-MTE, 2005. Elaborada pelos autores.

Destacam-se, também, com empregos acima de mil unidades, os municípios de Paranacity, Marialva, Jandaia do Sul e Paiçandu. Em outros termos, dos vinte e sete municípios que compõem a Arquidiocese de Maringá, em apenas sete deles se concentra a produção industrial, sendo que em apenas um se tem mais da metade da produção e do emprego gerado.

A partir dos dados apresentados na sequência (tabelas 7 e 8), observa-se que poucos gêneros da indústria são responsáveis pelo número de empresas existentes e pelo emprego gerado na região arquidiocesana. Os mais representativos quanto ao número de estabelecimentos são, por ordem de importância, a indústria de confecções e artigos do vestuário, a de alimentos, a de metal, exceto máquinas, a fabricação de móveis, minerais não metálicos, borracha e material plástico e máquinas e equipamentos. Em conjunto representam 73,8% do total de empresas existentes.

Em relação ao emprego, as indústrias mais importantes são: a de ali-

mentos, vestuário e acessórios, fabricação de móveis, borracha e materiais plásticos, produtos de metal, produtos têxteis, máquina e aparelhos elétricos, derivados de petróleo e biocombustíveis, máquinas e equipamentos e minerais não metálicos. Em conjunto, esse grupo de indústrias gera cerca de 80,0% do emprego industrial da região. No entanto, cabe destacar que as indústrias de alimentos e de confecções são as mais representativas do setor, uma vez que respondem por 50% do emprego.

Neste sentido, cabe entender quais são os segmentos que compõem esses dois grupos de indústria e quais são os mais representativos. Tomando-se a tabela 9, nota-se que na indústria de confecções de vestuário e acessórios e artigos do vestuário, o segmento de vestuário, exceto roupas íntimas, é sem sombra de dúvidas, o mais significativo, seguido pela fabricação de roupas íntimas tanto em termos de geração de empregos quanto em número de estabelecimentos. Estes dois segmentos da indústria somam 8.540 empregos e 676 empresas de um total de 9.297 e 752 existentes neste grupo, respectivamente.

Das empresas existentes nestes segmentos, a sua maioria está estabelecida no município de Maringá, haja vista que este participa com 68,20% do total regional e, em termos de empregos gerados, responde por 61,0% do emprego.

Tabela 7 - Total de estabelecimentos nos setores da indústria de transformação nos municípios na região da Arquiocese de Maringá, segundo segmentos da indústria, 2006

MUNICÍPIOS	Prod. Alimentos	Bebidas	Fumo	Prod. Têxteis	Vestuário e Acessório	Couros, Art. p/ Viagem e Calçados	Prod. Madeira	Celulose e Papel	Impressão e Rep. de Gravações	Coque, Deriv. Petróleo e Biocomb.	Prod. Químicos	Prod. Farmacêuticos e Farmacêuticos
Atalaia	4	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-
Bom Sucesso	2	1	-	-	4	-	1	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	2	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-
Doutor Camargo	6	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-
Floraí	2	-	-	3	8	-	-	-	-	-	-	-
Floresta	2	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Inajá	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itambé	3	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ivatuba	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Jandaia do Sul	9	2	-	2	29	1	5	-	2	1	1	1
Jardim Olinda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kaloré	1	-	-	-	7	3	-	-	-	-	-	-
Mandaguáçu	8	1	-	3	17	-	-	1	1	-	3	1
Mandaguari	12	1	-	6	40	7	5	2	2	-	9	-
Mariaíva	16	2	-	3	25	4	2	2	3	1	2	-
Maringá	151	5	1	56	503	35	30	31	62	1	35	5
Marumbi	2	-	-	7	-	1	-	-	-	-	-	-
Nova Esperança	18	-	-	3	19	5	4	-	1	-	1	-
Ourizona	1	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Paçandu	8	-	1	1	17	8	2	-	-	-	4	-
Paranacity	1	-	-	-	6	2	1	-	-	-	-	-
Paranapoema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	2	-	-	1	1	-	3	1	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	2	-	-	-	3	-	1	-	-	-	-	-
São Pedro do Ivaí	2	-	-	-	1	1	-	-	-	1	1	-
Sarandi	14	-	-	6	48	4	8	1	4	-	6	-
Uniflor	1	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	271	12	2	92	752	72	62	40	75	4	62	7

Fonte: RAIS-MTE, 2006. Elaborada pelos autores.

e empregados nos setores da indústria de transformação nos municípios de Maringá, segundo segmentos da indústria, 2006

27

Continuação... - Total de empregados nos setores da indústria de transformação nos municípios na região da Arquidiocese de Maringá, segundo segmentos da indústria, 2006

MUNICÍPIOS	Borracha e Material Plástico	Minerais não-metálicos	Metalurgia	Prod. Metal-úrea e Equip.	Prod. Máq. e Equip. e Ópticos	Equip. de Máq., Apar. relhos e Prod. Eletr. Materiais Elétricos	Máquinas Automot. e Equip. Reboques e Carrocerias	Veículos Automot. e Equip. Carrocerias	Equip. de Transp. e Veículos Automot.	Fabricação de Móveis	Produtos Diversos	Total
Atalaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91
Bom Sucesso	3	-	-	2	-	2	-	-	-	2	5	108
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83
Doutor Camargo	-	3	-	1	-	-	-	-	-	1	-	134
Floraí	-	5	-	2	-	-	-	-	-	-	-	202
Floresta	-	20	3	2	-	-	-	-	-	-	-	354
Inajá	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	172
Itambé	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	49
Ivatuba	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	58
Jandaia do Sul	34	7	-	83	-	-	32	-	-	73	2	1.887
Jardim Olinda	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Kaloré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114
Mandaguacu	-	50	-	9	-	4	-	13	-	38	-	539
Mandaguari	354	186	40	118	-	1.220	4	32	-	155	19	2.938
Mariaalva	642	38	6	17	-	-	100	29	15	68	12	1.923
Maringá	1.127	522	187	1.235	282	461	841	632	67	1.400	415	22.979
Marumbi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114
Nova Esperança	2	33	-	138	-	-	9	11	-	16	8	1.239
Ourizona	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	68
Paçandu	21	7	40	88	-	22	31	-	4	59	15	1.546
Paranacity	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	2.835
Paranapoema	-	112	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112
Presidente Castelo Branco	-	6	-	1	-	-	-	-	-	19	-	88
São Jorge do Ivaí	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	81
São Pedro do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	514
Sarandi	109	90	16	256	5	1	365	734	19	607	27	3.205
Uniflor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	96
TOTAL	2.293	1.183	292	1.973	287	1.710	1.385	1.451	105	2.445	513	41.531

Fonte: RAIS-MTE, 2006. Elaborada pelos autores.

Tabela 9 - Total de Número de Estabelecimentos e Empregados na Indústria de Confeção de Vestuário e Acessórios nos Municípios na Região da Arquidiocese de Maringá, 2006

Municípios do Paraná	Roupas íntimas		Vestuário, exceto roupas íntimas.		Roupas profissionais		Vestuário, exceto p/ segurança e proteção		Fabricação de meias		Malharias e tricoteagens, exceto meias	
	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.
Atalaia	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	-	-	-	-	-	-	4	86	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	2	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Doutor Camargo	-	-	5	81	-	-	-	-	-	-	-	-
Floraí	1	14	7	94	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta	-	-	3	117	-	-	2	94	-	-	-	-
Inajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itambé	1	3	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-
Ivatuba	-	-	2	55	-	-	-	-	-	-	-	-
Jandaia do Sul	1	0	25	261	-	-	2	16	-	-	1	5
Jardim Olinda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kaloré	2	31	5	45	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandaguacu	3	24	12	166	1	11	1	23	-	-	-	-
Mandaguari	5	16	28	169	1	4	6	55	-	-	-	-
Mariaalva	2	49	19	172	1	4	3	25	-	-	-	-
Maringá	58	750	403	4.451	12	198	24	91	1	1	5	13
Marumbi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Esperança	1	10	18	427	-	-	-	-	-	-	-	-
Ourizona	-	-	3	65	-	-	-	-	-	-	-	-
Paçandu	2	5	11	553	1	4	3	106	-	-	-	-
Paranacity	1	4	4	93	-	-	1	-	-	-	-	-
Paranapoema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	1	9	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-
São Pedro do Ivaí	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Sarandi	12	79	30	593	1	12	5	9	-	-	-	-
Uniflor	3	88	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	94	1.132	582	7.408	17	233	52	505	1	1	6	18

Fonte: RAIS-MTE, 2006. Elaborada pelos autores.

Tabela 10 - Total de Número de Estabelecimentos e Empregados na Indústria de Alimentos nos Municípios na Região da Arquiocese de Maringá, 2006

Municípios	Abate de animais		Prod. de carne		Conservas de frutas, legume e outros		Óleos vegetais em bruto e refinado, exceto de milho		Preparação do leite, laticínios		Sorvetes e outros gelados comestíveis	
	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.
Atalaia	-	-	2	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doutor Camargo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	8	-	-
Floral	1	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta	-	-	1	109	-	-	-	-	-	-	-	-
Inajá	-	-	-	-	1	72	-	-	-	-	-	-
Itambé	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jandaia do Sul	1	0	1	1	-	-	-	-	1	2	1	1
Jardim Olinda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kaloré	-	-	-	-	-	-	-	-	1	22	-	-
Mandaguacu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandaguari	-	-	1	13	-	-	-	-	1	3	-	-
Marialva	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11	1	8
Maringá	9	2.008	4	523	3	17	6	412	-	-	21	80
Marumbi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Esperança	3	138	1	30	1	11	-	-	1	76	1	2
Ourizona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paçandu	2	453	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0
Paranacity	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranapoema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	-	-
São Pedro do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Sarandi	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	5	24
Uniflor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18	2.611	10	682	5	100	6	412	8	140	31	119

Continuação... - Total de Número de Estabelecimentos e Empregados na Indústria de Alimentos nos Municípios na Região da Arquiocese de Maringá, 2006

Municípios	Beneficiamento de arroz e prod. do arroz		Moagem de trigo e fabricação de derivados		Farinha de mandioca, milho e derivados		Alimentos para animais		Moagem e fab. de prod. origem vegetal não especificados		Fabricação de açúcar em bruto	
	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.
Atalaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-	-	-	2	18	-	-	-	-
Doutor Camargo	1	4	-	-	-	-	-	-	1	14	-	-
Floral	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16	-	-
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	-	-
Inajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itambé	-	-	1	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Ivatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jandaia do Sul	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jardim Olinda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kaloré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandaguacu	1	1	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
Mandaguari	2	2	-	-	-	-	1	81	1	1	-	-
Marialva	2	10	2	26	-	-	-	-	3	29	-	-
Maringá	3	16	2	2	3	36	12	439	2	28	2	2.042
Marumbi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Esperança	-	-	-	-	2	27	2	18	-	-	-	-
Ourizona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paçandu	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranacity	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.708
Paranapoema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Pedro do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	418
Sarandi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uniflor	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12	39	5	50	6	66	18	559	10	99	4	5.168

Municípios	Torrefação e moagem de café		Prod. de panificação, biscoitos, bolachas e massas		Especiarias, molhos, temperos e condimentos		Alimentos e pratos prontos		Prod. alimentícios não especificados anteriormente	
	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.	Estab.	Emp.
Atalaia	1	21	1	2	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	-	-	1	2	-	-	-	-	1	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doutor Camargo	-	-	3	9	-	-	-	-	-	-
Floraí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inajá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itambé	-	-	1	19	-	-	-	-	-	-
Ivatuba	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Jandaia do Sul	1	43	-	-	-	-	-	-	3	53
Jardim Olinda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Kaloré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandaguaçu	-	-	5	26	1	35	-	-	-	-
Mandaguari	1	1	2	2	-	-	-	-	3	19
Marialva	-	-	4	28	-	-	-	-	3	166
Maringá	3	68	51	344	3	65	4	14	23	312
Marumbi	1	1	-	-	-	-	-	-	1	12
Nova Esperança	-	-	5	143	2	32	-	-	-	-
Ourizona	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-
Paiçandu	-	-	2	6	-	-	-	-	1	1
Paranacity	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranapoema	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Castelo Branco	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-
São Jorge do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Pedro do Ivaí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sarandi	-	-	5	17	-	-	-	-	3	4
Uniflor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7	134	81	603	6	132	4	14	38	567

Fonte: RAIS-MTE, 2006. Elaborada pelos autores.

A análise do número de estabelecimentos por ramo de atividades evidencia os municípios que possuem dinâmica determinada por um dos três setores de atividade econômica. Através do Quadro 1, observa-se que Maringá tem no setor de serviços o maior número de estabelecimentos, portanto, com características de uma economia urbano-industrial. As demais, com exceção de Sarandi, predominantemente possuem características de uma economia agrária.

Quadro 1 - Quantidade de estabelecimentos por ramos de atividades

Municípios	Indústria	Serviços	Agropecuária
Atalaia	5	17	35
Bom Sucesso	13	17	67
Cruzeiro do Sul	8	13	70
Doutor Camargo	12	22	23
Floraí	16	20	61
Floresta	13	25	44
Inajá	3	14	21
Itambé	8	20	63
Ivatuba	2	12	27
Jandaia do Sul	94	150	69
Jardim Olinda	2	4	15
Kaloré	8	12	21
Mandaguaçu	46	99	128
Mandaguari	149	151	157
Marialva	90	183	189
Maringá	1.669	4.249	293
Marumbi	11	17	37
Nova Esperança	84	132	136
Ourizona	4	11	45
Paiçandu	77	59	47
Paranacity	14	38	34
Paranapoema	8	7	9
Presidente Castelo Branco	16	17	46
São Jorge do Ivaí	7	46	98
São Pedro do Ivaí	9	61	118
Sarandi	224	209	38
Uniflor	5	4	25

Fonte: RAIS-MTE, 2005.

Em relação ao emprego gerado nestes três principais setores, observa-se que em Maringá é onde predomina a geração de empregos, e notadamente no setor de serviços, com aproximadamente 66,0% do total do emprego no município.

Quadro 2 – Quantidade de trabalhadores por ramos de atividades

Municípios	Indústria	Serviços	Agropecuária
Atalaia	94	218	69
Bom Sucesso	90	279	262
Cruzeiro do Sul	75	246	235
Doutor Camargo	120	310	23
Floraí	239	252	138
Floresta	304	359	86
Inajá	157	169	43
Itambé	57	305	98
Ivatuba	17	411	37
Jandaia do Sul	1.413	1.692	75
Jardim Olinda	4	138	49
Kaloré	120	271	32
Mandaguaçu	346	857	205
Mandaguari	2.410	1.708	389
Marialva	1.708	1.790	360
Maringá	22.256	44.250	712
Marumbi	122	97	54
Nova Esperança	1.071	1.388	367
Ourizona	67	175	80
Paiçandu	1.174	1.067	59
Paranacity	2.018	431	47
Paranapoema	113	170	30
Presidente Castelo Branco	83	300	87
São Jorge do Ivaí	68	317	153
São Pedro do Ivaí	415	482	2.348
Sarandi	2.590	3.350	128
Uniflor	87	205	58

Fonte: RAIS-MTE, 2005.

O que se nota em relação ao emprego é que há pequena participação do setor agropecuário, evidenciando o problema que estes municípios enfrentam tanto quanto a manutenção de sua população neste setor quanto em termos de concentração de renda, haja vista que esta fica predominantemente concentrada nas mãos daqueles que possuem a propriedade da terra, pequenos ou não.

A.3 - Infra-estrutura de Transporte

A região de Maringá interliga-se por meio de rodovias federais e esta-

duais. A BR 369, ao sul, integra Maringá aos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, no oeste do Estado; e, pelo norte, à Londrina e ao Estado de São Paulo (inclusive a capital); enquanto a BR 376 leva à Ponta Grossa e Curitiba.

Encontra-se em Maringá uma importante estrutura ferroviária. Componente da malha sul da Rede Rodoviária Federal, Maringá conecta-se às linhas provenientes de Jaguariaíva e Apucarana, as quais seguem, no sentido sul, a outras importantes localidades do Estado, como Guarapuava, Ponta Grossa e Porto de Paranaguá, e também aos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e à Argentina.

O Aeroporto é outro componente da rede de transportes presente em Maringá. Desde 2001, o aeroporto opera com uma pista de 2.100 metros, suportando pousos e decolagens de aeronaves de médio e grande porte. Seu terminal possui capacidade para 430 mil passageiros por ano.

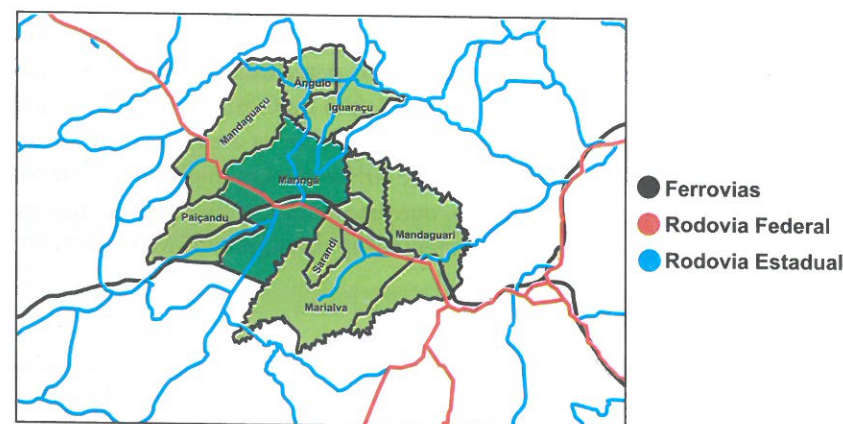


Figura 2 – Vias de acesso a Maringá
Fonte: IPARDES

A.4 - Demografia

A população brasileira no início do século passado somava apenas 17 milhões de habitantes. Em 2003 superava os 170 milhões de habitantes e estima-se que em 2015 superará a marca de 200 milhões de habitantes (IPEA, 2005).

As mudanças demográficas mais evidentes são: a distribuição da população no espaço (do rural para o urbano), a distribuição da população por faixa etária e o ritmo do crescimento populacional.

Até meados da primeira metade do século passado, a população brasileira era predominantemente rural, haja vista que em 1940 69,0% da população moravam nas áreas rurais. Em 2000, apenas 19,0% dos habitantes do país

residiam no campo (IBGE).

A segunda mudança refere-se ao envelhecimento da população brasileira. Em meados dos anos sessenta, cerca de 43% da população era composta de jovens de até 15 anos. Na atualidade, esta população soma apenas 28,0%. Em contrapartida, a população acima de 60 anos, que em 1960 representava 5,3%, passou a participar com 8,8%.

Em relação ao ritmo de crescimento populacional, observa-se que a partir de meados da segunda metade do século passado, notadamente quando se dão as transformações no campo, o número médio de filhos por mulher diminuiu de 6,2 para 2,3, entre os anos de 1960 e 2000 (IBGE, 2005).

Em relação ao Paraná, esse processo é mais evidente a partir dos anos setenta do século passado quando ocorreu a denominada modernização agrícola no estado. A população rural em 2000 representava apenas 18,75% da população, portanto, muito próximo ao observado no país.

Quanto à região formada pela Arquidiocese, observa-se que o município de Maringá é o que apresenta maior percentual de população residente nas áreas urbanas, enquanto o município de Cruzeiro do Sul é o que apresenta maior percentual de população residente na área rural. Faz-se notar, também, o predomínio da população urbana nos municípios de Sarandi e Paiçandu, evidenciando, portanto, que estes municípios cada vez mais se integram à dinâmica do desenvolvimento impulsionado por Maringá, tanto de serviços quanto do setor industrial.

População - 2000			
Município	% População Urbana	% População Rural	População Total
Jardim Olinda	65,40	34,60	1.523
Uniflor	70,19	29,81	2.362
Ivatuba	68,88	31,12	2.796
Paranapoema	90,22	9,78	2.393
Inajá	79,07	20,93	2.915
Ourizona	80,09	19,91	3.396
Cruzeiro do Sul	59,55	40,45	4.759
Kaloré	60,57	39,43	5.044
Presidente Castelo Branco	75,42	24,58	4.305
Atalaia	82,86	17,14	4.015
Marumbi	73,29	26,71	4.612
Floresta	85,63	14,37	5.122
Floraí	85,35	14,65	5.285

São Jorge do Ivaí	81,54	18,46	5.590
Doutor Camargo	80,99	19,01	5.777
Bom Sucesso	76,53	23,47	6.173
Itambé	90,30	9,70	5.956
Paranacity	80,43	19,57	9.109
São Pedro do Ivaí	81,60	18,40	9.473
Mandaguaçu	83,87	16,13	16.828
Jandaia do Sul	86,80	13,20	19.676
Nova Esperança	84,67	15,33	25.729
Marialva	77,04	22,96	28.702
Mandaguari	90,08	9,92	31.395
Paiçandu	96,29	3,71	30.764
Sarandi	97,30	2,70	71.422
Maringá	98,38	1,62	288.653
PARANÁ	81,25	18,75	9.563.458
BRASIL	81,41	18,59	169.799.170

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Quantidade de Pessoas com menos de 15 anos e participação percentual, 2000		
Município	População	Percentual
Atalaia	1.000	0,64
Bom Sucesso	1.803	1,15
Cruzeiro do Sul	1.279	0,81
Doutor Camargo	1.365	0,87
Floraí	1.229	0,78
Floresta	1.327	0,84
Inajá	593	0,38
Itambé	1.514	0,96
Ivatuba	678	0,43
Jandaia do Sul	5.042	3,20
Jardim Olinda	497	0,32
Kaloré	1.267	0,81
Mandaguaçu	4.724	3,00
Mandaguari	8.249	5,24
Marialva	7.426	4,72
Maringá	70.761	44,97
Marumbi	1.315	0,84
Nova Esperança	6.888	4,38
Ourizona	847	0,54
Paiçandu	9.024	5,73

Paranacity	2.709	1,72
Paranapoema	734	0,47
Presidente Castelo Branco	1.259	0,80
Sarandi	21.124	13,42
São Jorge do Ivaí	1.375	0,87
São Pedro do Ivaí	2.673	1,70
Uniflor	661	0,42
Total	157.363	
Arquidiocese		5,73
Paraná	2.747.130	100

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Estes dados tornam-se importantes porque este cenário de mudanças implica tanto em termos econômicos quanto sociais. Vejamos, por exemplo, o fato de haver maior número de pessoas idosas em relação ao número de jovens impacta, sobretudo, na necessidade de políticas públicas voltadas à saúde e à previdência social. Poder-se-ia argumentar que a redução do número absoluto e relativo de jovens e crianças reduziria os gastos do estado com educação (ensino fundamental), entre outros inerentes à faixa de idade até 17 anos; porém alargaria sobremaneira os gastos com pessoas acima de sessenta anos. Segundo estudos do IPEA (2005), os gastos entre os idosos chegam a ser seis vezes maior do que entre os jovens em termos per capita. A explicação é que os mais velhos utilizam mais serviços médicos e, além disso, o custo destes serviços é bem mais elevado e crescente.

Quantidade de Pessoas com mais de 65 anos e a porcentagem destas que moram sozinhas, 2000

Município	População	Percentual
Atalaia	312	13,54
Bom Sucesso	446	11,44
Cruzeiro do Sul	326	12,94
Doutor Camargo	536	14,15
Floraí	492	16,4
Floresta	381	10,11
Inajá	199	13,12
Itambé	481	13,23
Ivatuba	212	13,96
Jandaia do Sul	1.546	15,28
Jardim Olinda	100	10,93
Kaloré	489	15,43

Mandaguaçu	1.039	11,88
Mandaguari	2.196	12,52
Marialva	1.798	14,11
Maringá	17.257	10,5
Marumbi	351	12,16
Nova Esperança	1.938	13,01
Ourizona	279	11,57
Paçandu	1.491	11,23
Paranacity	595	15,19
Paranapoema	138	11,81
Presidente Castelo Branco	248	10,1
Sarandi	3.245	14,78
São Jorge do Ivaí	414	13,34
São Pedro do Ivaí	636	12,05
Uniflor	175	9,02
BRASIL	9.935.100	13,463
PARANÁ	540.594	14,057

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Outra questão importante é quanto ao impacto na previdência social, devido o número bem maior de pessoas que se aposentam em um mesmo período e por um tempo ainda maior do pagamento desses benefícios previdenciários, haja vista o fato de que a média de idade dos brasileiros vem crescendo nas últimas décadas.

A.5 - Renda

A renda é uma das variáveis mais importantes em uma economia de mercado, uma vez que a qualidade de vida das pessoas e das famílias de um modo geral está associada à sua capacidade de participarem no mercado comprando bens e serviços, como alimentos, vestuário, calçados, moradia, lazer, serviços médicos e hospitalares, odontológicos, etc.

No Brasil, há uma grande incidência de pessoas pobres. Segundo estudos do IPEA (2005), cerca de 31,7% da população brasileira que informaram sua renda em 2003 eram consideradas pobres. Isto equivalia a um número de 53,9 milhões de pessoas. Para aqueles que eram considerados indigentes e que, portanto, possuíam renda per capita de até um quarto do salário mínimo, a representação era de 21,9 milhões de pessoas, o que correspondia a 12,9%².

² O salário mínimo correspondia a R\$240,00 em 2003.

Segundo o mesmo estudo, a partir dos anos noventa do século passado, a estabilização econômica, as mudanças constitucionais a partir de 1988 e as políticas sociais implementadas a partir da implantação do Plano Real e fortalecidas nos últimos anos têm contribuído para reduzir essas desigualdades.

Apesar dos avanços, em 2003, 1% da população brasileira mais rica, cerca de 1,7 milhões de pessoas, apropriava 13% do total da renda gerada. Por sua vez, os 50% mais pobres, cerca de 86,9 milhões de pessoas, apropriavam o equivalente ao que esse 1% apropriava. Em outros termos, os 10% mais ricos apropriavam cerca de 46% da renda, os 1% mais ricos apropriavam 13,3% da renda e os 50% mais pobres apropriavam 13% da renda. (IPEA, 2005).

Em relação à situação de péssima distribuição de renda na arquidiocese, tomamos a tabela abaixo que evidencia a situação das famílias com renda de até um salário mínimo. Observa-se que há percentual maior de famílias que está acima da média do observado para o estado do Paraná e bem superior para o observado para a média da região sul do país. Apenas Maringá, Floresta e Sarandi possuem percentuais abaixo da média do estado.

Proporção de Famílias com Renda de até Um Salário Mínimo ou Sem Renda	
Municípios	Intervalos (%)
Maringá	< 23,40
Floresta	
Sarandi	
	> 23,40 < 26,00
Demais Municípios	> 26,00 < 33,53
Atalaia	> 33,53
Ângulo	
Ourizona	
Itambé	
Bom Sucesso	
Marumbi	
Kaloré	
23,40% Média da Região Sul	
26,00% à do PR	
33,53 à do BR	

Fonte: IPARDES. Elaborada pelas autores.

Os dados apontam também para a baixa percentagem de pessoas que recebem acima de três salários mínimos. Observa-se que no intervalo superior, onde se tem acima de 40% dos empregados com renda acima de três salários, não foi encontrado nenhum município. Por sua vez, há predomínio

de municípios no intervalo menor, que corresponde acima de zero a 20%. Isto é, o percentual de pessoas que ganham acima de três salários mínimos é muito baixo.

Empregados com Remuneração Superior 3 Salários Mínimos	
Municípios	Intervalos (%)
	40,5 < 60,7
Maringá	20,2 < 40,5
Paíçandu	
Ivatuba	
Sarandi	
Mandaguari	
Jandaia do Sul	
Demais Municípios	> = 0 a < 20,2

Fonte: IPARDES. Elaborada pelas autores.

Por outro lado, há evidência de um número crescente de pessoas consideradas pobres, isto é, de pessoas que possuem renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo. Observa-se que os municípios de Bom Sucesso, Inajá, Jardim Olinda, Marumbi e Paranapoema, possuem percentuais acima de 30%.

A média para a arquidiocese é de 16%, o que corresponde a uma população para a época de noventa e nove (99.000) mil pessoas.

Pessoas e famílias em situação de pobreza na Arquidiocese de Maringá, 2000				
Municípios	Total		População Total	% Pessoas Pobres
	Pessoas	Famílias		
Atalaia	808	237	4.015	20,12
Bom Sucesso	2.021	549	6.173	32,74
Cruzeiro do Sul	1.004	261	4.759	21,1
Doutor Camargo	1.394	402	5.777	24,13
Floraí	1.012	282	5.285	19,15
Floresta	806	239	5.122	15,74
Inajá	946	269	2.915	32,45
Itambé	1.285	361	5.956	21,57
Ivatuba	596	162	2.796	21,32
Jandaia do Sul	4.492	1.178	19.676	22,83
Jardim Olinda	744	191	1.523	48,85
Kaloré	1.510	407	5.044	29,94
Mandaguaçu	4.163	1.073	16.828	24,74

Mandaguari	7.220	2.076	31.395	23
Marialva	5.881	1.458	28.702	20,49
Maringá	26.453	7.775	288.653	9,16
Marumbi	1.717	446	4.612	37,23
Nova Esperança	4.986	1.307	25.729	19,38
Ourizona	907	246	3.396	26,71
Paçandu	7.342	1.933	30.764	23,87
Paranacity	2.055	575	9.109	22,56
Paranapoema	818	220	2.393	34,18
Presidente Castelo Branco	1.118	295	4.305	25,97
São Jorge do Ivaí	1.086	314	5.590	19,43
São Pedro do Ivaí	2.616	682	9.473	27,62
Sarandi	15.290	4.266	71.422	21,41
Uniflor	784	195	2.362	33,19
TOTAL	99.054	27.399	603.774	16,41

Renda Familiar per capita de até 1/2 salário mínimo.

Fonte: IPARDES. Elaborado pelos autores.

A.6 - Entendendo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)

O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio e índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

O Índice de Desenvolvimento Humano também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios, denominando-se IDH-Municipal ou IDH-M.

A.6.1 - O IDH-M dos municípios da Arquidiocese de Maringá

Como salientado, o IDH é um indicador que procura evidenciar o desenvolvimento de um país, estado, município e, também, de uma determinada região e é composto por outros três indicadores (Renda, Educação e Longevidade). Pode-se observar através dos dados apresentados em seguida que apenas o município de Maringá possui indicador considerado alto (0,841), sendo que os demais municípios apresentam indicador considerado médio. A composição do IDH-M de Maringá é considerado elevado em razão do

comportamento dos demais indicadores, notadamente do IDH-E (Educação) que é 0,938, portanto, muito elevado. Os demais indicadores (IDH-R e IDH-L) são tidos como médios.

É importante destacar também que um indicador alto não significa que não haja problemas no município considerado, apenas que está dentro dos parâmetros aceitáveis de desenvolvimento de uma economia dita desenvolvida. Por outro lado, é importante a análise sócio-político-econômica desses municípios e seu entorno, uma vez que há uma tendência das economias com elevado grau de urbanização a descentralizar a pobreza. Isto é, em razão de projetos acelerados de urbanização e de toda infra-estrutura econômica e social necessárias, poucas pessoas podem arcar com o pagamento desses serviços. Assim, é comum a expulsão de população com faixa de renda mais baixa, que acabam procurando áreas que ainda não contam com esses serviços. Isto é um agravante, pois se privilegia a população de mais alta renda e se cria guetos na sociedade.

Este é um problema que assola as grandes regiões metropolitanas do país e, também, da Arquidiocese, dado que a cidade de Maringá apresenta características de um município com população predominantemente urbana.

O IDH-M dos municípios da Arquidiocese de Maringá, 2000

Municípios	IDH-M	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade	IDH-M Renda
Paranapoema	0,706	0,8	0,692	0,626
Nova Esperança	0,748	0,85	0,696	0,697
Marumbi	0,735	0,841	0,718	0,645
Ivatuba	0,768	0,882	0,722	0,7
Paranacity	0,742	0,829	0,726	0,671
Floresta	0,773	0,896	0,736	0,686
Mandaguaçu	0,762	0,858	0,743	0,686
Pres. Castelo Branco	0,742	0,831	0,743	0,653
São Pedro do Ivaí	0,745	0,823	0,744	0,669
Marialva	0,784	0,879	0,745	0,728
Paçandu	0,746	0,852	0,745	0,642
Itambé	0,769	0,874	0,748	0,686
Bom Sucesso	0,735	0,821	0,749	0,635
Jardim Olinda	0,724	0,783	0,75	0,639
Inajá	0,722	0,783	0,751	0,631
Jandaia do Sul	0,783	0,881	0,753	0,715
Floraí	0,771	0,862	0,755	0,695
Uniflor	0,734	0,802	0,756	0,643

Doutor Camargo	0,767	0,861	0,757	0,683
Atalaia	0,765	0,855	0,758	0,682
Cruzeiro do Sul	0,755	0,83	0,784	0,65
Maringá	0,841	0,938	0,787	0,798
Mandaguari	0,791	0,888	0,799	0,687
Sarandi	0,768	0,858	0,799	0,646
São Jorge do Ivaí	0,792	0,866	0,805	0,705
Kaloré	0,753	0,825	0,808	0,625
Ourizona	0,77	0,839	0,809	0,662
Média Arquidiocese	0,759	0,848	0,755	0,674

Fonte: Iparde. Elaborada pelos autores.

Destaca-se o IDH-Renda como aquele que mais contribui para o baixo índice de desenvolvimento dos municípios da Arquidiocese, contribuindo com a análise anterior sobre a baixa renda da população dessa região e o percentual elevado do número de pessoas e de famílias pobres.

B - ASPECTOS SOCIAIS

O entendimento das condições de vida da população brasileira passa necessariamente sobre a questão do acesso ao trabalho. Isto porque o trabalhador, através do exercício de sua atividade, não só obtém renda para o seu sustento como o de sua família, como também se integra na sociedade e se realiza como pessoa.

Olhando as possibilidades concretas de realização do trabalhador brasileiro ao longo das últimas duas décadas, verifica-se que há uma incompatibilidade crescente entre oferta de empregos e demanda por trabalho. Como resultado, nota-se um crescimento acelerado do desemprego, da informalidade e tendência de queda nos níveis de renda média do trabalhador.

Em relação ao desemprego, verifica-se que entre os anos de 1995 e 2003, o desemprego passou de 6,2 para 10%, sendo que este fenômeno é mais acentuado nas regiões metropolitanas, haja vista que no mesmo período, esta taxa pulou de 7% para 13,9%. (Cf. Radar Social, 2005).

A principal causa dessa situação foi o fraco desempenho da economia brasileira ao longo dos últimos vinte anos, fato que vem sendo em parte modificado com a atual recuperação da economia nos últimos dois anos, quando apresentou taxas de crescimento em torno de 4% ao ano contra taxas históricas de 1% a 2% ao ano. Além disso, contribui também, a reestruturação produtiva observada no setor industrial nos anos noventa, visto que implicou na destruição de postos de trabalho face às transformações tecnológicas e or-

ganizacionais que se fizeram presentes naquele contexto e que ainda estão em curso em alguns segmentos da indústria³.

Esse aspecto reflete-se na informalidade e o que se observa é que houve um crescimento dos trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria em relação à ocupação total. Isso significa que está crescendo o número de pessoas sem direito a décimo terceiro salário, seguro desemprego, adicional de férias, FGTS, e outros benefícios previdenciários. Assim, houve um processo de precarização das condições de trabalho nas últimas décadas, que somente está se revertendo em anos recentes, mas não se sabe até que ponto este movimento é auto-sustentado. A dúvida deve-se ao comportamento da economia em relação às taxas de crescimento econômico e do processo inflacionário, pois este influi diretamente na renda das pessoas e nas expectativas de crescimento da economia.

O importante a ser destacado é o fato de que o crescimento econômico é necessário para se gerar novos postos de trabalho e diante das necessidades do país esta taxa deve ser elevada para poder incorporar a massa de trabalhadores desempregados. Porém, muitas das novas ocupações que são ofertadas não absorverão, necessariamente, o grande contingente de população que ingressa no mercado de trabalho. A razão para isto deve-se às exigências de qualificação desses novos trabalhadores. Daí os desafios das políticas públicas, uma vez que esse problema atinge pessoas de modo distinto, notadamente os jovens, negros e as mulheres.

B.1 - Moradia

O processo de urbanização ocorrido no Brasil a partir dos anos quarenta do século vinte contribuiu para uma concentração da população nas grandes cidades sem que houvesse, no entanto, as devidas provisões de moradia e de serviços de saneamento básico adequados. Este fenômeno que parecia ser em razão da acelerada mudança que atravessava o país mostra tendência de continuidade e, recentemente, tem afetado, também, as cidades de porte médio.

Como se sabe, a moradia é essencial à vida das pessoas e está ligada diretamente à qualidade de vida. Nesse sentido, é importante que todas as pessoas residam em lares que possuam água encanada e tratada, energia elétrica, com serviços de coleta de lixo e de rede de esgoto. Isso porque as pessoas que são atendidas por estes serviços são menos vulneráveis a certos tipos

³ Lembremos que algo semelhante ocorreu no setor agrícola nos anos setenta quando da "modernização da agricultura" que expulsou o homem do campo.

de doenças como diarreias, dengue, leptospirose, parasitárias, entre outras. (RADAR SOCIAL, 2005).

Além das necessidades apontadas, o Brasil ainda apresenta sérios problemas quanto à oferta de moradia, muito aquém das necessidades e de elevado preço. Isso implica em elevado custo com aluguel e tendência de expulsão do homem não mais do campo, mas agora dos centros urbanos que possuem uma infra-estrutura mínima de moradia. Ou seja, está havendo no país um processo de favelização que atinge as regiões metropolitanas e as pessoas de menor renda.

No Brasil, este fenômeno é mais evidente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, embora nas últimas décadas também é observado em outros estados. Para se ter uma idéia deste processo, em 2000, segundo dados do Censo Demográfico, havia no país cerca de 1,7 milhão de domicílios localizados em favelas e assentamentos semelhantes. Isso correspondia a uma população de 6,6 milhões de pessoas, das quais mais da metade (53%) residiam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (RADAR SOCIAL, 2005).

No Paraná, esta situação não é muito diferente e atinge principalmente a capital do estado e, mais recentemente, as maiores cidades como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Em nossa região, este fenômeno é mais evidente na periferia do município de Maringá e nos municípios de Sarandi e Paçandu. Isto ocorre em razão dos problemas já apontados, tais como custo elevado com aluguéis e preço elevado dos lotes de terra com disponibilidade de infra-estrutura mínima de rede de água, energia elétrica, ruas pavimentadas, etc. Isso implica no deslocamento de população para áreas periféricas e de ocupação desordenada e sem as devidas condições de moradia.

Para se ter uma dimensão deste problema, na região da Arquidiocese existem poucos municípios que são atendidos por esgotamento sanitário. Os dados revelam que a grande maioria está bem abaixo da média estadual.

Domicílios Atendidos por Esgotamento Sanitário, 2000	
Municípios	Intervalos (%)
Maringá	> 47,24
Itambé	37,66 < 47,23
Atalaia / Paracity Cruzeiro do Sul / Florai Floresta / São Jorge do Ivaí Inajá / Mandaguari Jandaia do Sul / Jardim Olinda Mandaguari / Marialva	< 18,83

Marumbi Ourizona / Paçandu Paranapoema / Sarandi Uniflor / Kaloré Nova Esperança / Dr. Camargo Pres. Cast. Branco / Ivatuba São Pedro do Ivaí / Bom Sucesso	
37,66% média do PR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Em relação à coleta de lixo se observam também sérios problemas, uma vez que 10 municípios ainda apresentam indicadores abaixo da média estadual, embora superiores à média brasileira.

Domicílios com coleta de lixo, 2000	
Municípios	Intervalos (%)
Jandaia do Sul / Bom Sucesso Mandaguari / Nova Esperança Uniflor	94,28 a 96,38
Atalaia / São Jorge do Ivaí Marialva / Jardim Olinda Presidente Castelo Branco	96,39 a 97,34
Paranapoema / Paracity Kaloré / Mandaguari Paçandu / São Pedro do Ivaí	97,35 a 98,01
Inajá / Florai Doutor Camargo Marumbi / Ourizona	98,02 a 98,68
Cruzeiro do Sul / Floresta Sarandi / Itambé Maringá / Ivatuba	98,69 a 99,47
97,05 do PR	
91,16 do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Outro dado preocupante é quanto aos domicílios que não possuem banheiro ou sanitário. Embora a grande maioria esteja abaixo da média estadual, os dados apontam para a existência de alguns municípios que estão na média observada para o estado e outros abaixo desta média. São eles: São Pedro do Ivaí, Marumbi, Uniflor, Kaloré e Ourizona, respectivamente.

Domicílios sem banheiro ou sem sanitário, 2000

Municípios	Intervalos (%)
Maringá / Paçandu	< 1,05
Dr. Camargo / Ivatuba	
Itambé / Marialva	
Atalaia / São Jorge Ivaí	
Floresta / Sarandi	
Mandaguari / Jandaia do Sul	
N. Esperança / Pres. C. Branco	
Mandaguaçu / Jardim Olinda	
Cruzeiro do Sul / Inajá	
Paranacity / Paranapoema	
Bom Sucesso / Uniflor	
São Pedro Ivaí	1,05 < 2,10
Marumbi / Florai	
Kaloré	2,10 < 8,27
Ourizona	> 8,27
2,10% média do PR	
8,27% média do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.

Apesar destes problemas serem evidentes, em alguns municípios, um fato importante deve ser destacado: quase a totalidade dos domicílios que pertencem a Arquidiocese de Maringá possuem rede de água encanada (tratada) e energia elétrica, o que é muito importante, notadamente quanto à água tratada, que elimina uma série de doenças advindas de água sem tratamento adequado.

Embora algumas condições se apresentem de maneira satisfatória, notadamente quanto ao fornecimento de água e energia elétrica, bem como o crescimento de domicílios que contam com telefones e computadores ainda se observam muitos problemas e de diversas naturezas, sejam os associados à baixa renda, problemas de saneamento, baixa escolaridade, condições de moradia e de desemprego.

Em razão dessas condições apontadas, principalmente de renda e condições de moradia, quase a metade da população dos municípios da Arquidiocese tem expectativa de vida inferior à média do Estado do Paraná e a do Brasil.

Esperança de vida ao nascer, 2000

Municípios	Intervalos (anos)
Paranapoema	66,50 a 68,56
Nova Esperança / Marumbi	
Ivatuba / Paranacity	
Floresta / Presidente Castelo Branco	68,57 a 69,72
Mandaguaçu / São Pedro do Ivaí	
Marialva / Paçandu	
Itambé / Bom Sucesso	69,73 a 70,05
Jardim Olinda / Inajá	
Jandaia do Sul / Florai	70,06 a 72,02
Uniflor / Doutor Camargo	
Atalaia / Cruzeiro do Sul	
Maringá / Mandaguari	72,03 a 73,54
Sarandi / São Jorge do Ivaí	
Kaloré / Ourizona	
69,83 do PR	
68,61 do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Os municípios pior situados são o de Paranapoema, Nova Esperança, Marumbi, Ivatuba e Paranacity.

Por sua vez, a Taxa de Mortalidade Infantil, que tem como uma das principais causas a diarreia, que é fruto, também, das condições de habitação e saneamento básico, atinge uma proporção significativa de municípios da arquidiocese, haja vista que seis deles apresentam taxas acima da preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Taxa de mortalidade infantil

Municípios	Por 1.000 nascidos
Atalaia / Paranacity	< 15,9
Cruzeiro do Sul / Florai	
Floresta / São Jorge do Ivaí	
Inajá / Itambé	
Jandaia do Sul / Jardim Olinda	
Mandaguari / Marialva	
Maringá / Marumbi	
Ourizona / Paçandu	
Paranapoema / Sarandi	
Uniflor / Kaloré	
Mandaguaçu	15,9 < 19,4

Nova Esperança / Doutor Camargo Presidente Castelo Branco / Ivatuba São Pedro do Ivaí / Bom Sucesso	19,4 < 33,1
---	-------------

15,9 TMI padronizada pela OMS
19,4 a do PR
33,1 a do BR

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

B.2 - Educação

Em relação à educação, a situação é bastante preocupante na Arquidiocese, pois se observa grande incidência de pessoas analfabetas, inclusive, de jovens entre 15 e 17 anos e de 18 a 24 anos.

Entre as faixas de idade de 15 a 17 anos, os municípios que apresentam percentuais acima da média observado no estado são: Paranapoema, Jardim Olinda, Kaloré, Paçandu, Mandaguaçu e Paranacity.

Adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos, 2000

Municípios	Intervalos (%)
Marialva / São Jorge do Ivaí Floresta / Itambé Doutor Camargo / Florai	0,01 a 0,04
Ivatuba / Sarandi Ourizona / Mandaguari Presidente Castelo Branco / Atalaia	0,05 a 0,44
Maringá / Uniflor Jandaia do Sul	0,45 a 1,10
São Pedro do Ivaí / Bom Sucesso Inajá / Cruzeiro do Sul Nova Esperança / Marumbi	1,11 a 1,51
Paranapoema / Jardim Olinda Kaloré / Paçandu Mandaguaçu / Paranacity	1,52 a 2,61

1,20 do PR
4,00 do BR

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Para a faixa de idade de 18 a 24 anos, os municípios pior situados são: Inajá, São Jorge do Ivaí, Bom Sucesso, Kaloré, Jardim Olinda e Paranapoema, inclusive com indicadores próximos ao observado na média do país. Observa-se que os municípios de Kaloré, Paranapoema e Jardim Olinda também

se fizeram notar nos intervalos para jovens entre 15 e 17 anos. O importante, no entanto, é analisar as condições, em cada município, que estão gerando esse processo de jovens que, ainda nesta faixa etária, são considerados analfabetos.

Adolescentes de 18 a 24 anos analfabetos, 2000

Municípios	Intervalos (%)
Maringá / Sarandi / Atalaia Floresta / Mandaguari	0,32 a 1,28
Ourizona / Paçandu Itambé / Cruzeiro do Sul Floraí	1,29 a 1,84
São Pedro do Ivaí Nova Esperança / Pres. Castelo Branco Paranacity / Doutor Camargo	1,85 a 2,17
Ivatuba / Mandaguaçu Marumbi / Marialva Jandaia do Sul / Uniflor	2,18 a 3,15
Inajá / São Jorge do Ivaí Bom Sucesso / Kaloré Jardim Olinda / Paranapoema	3,16 a 5,55

1,97 do PR
5,68 do BR

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Outro dado preocupante é quanto ao número de pessoas acima de 25 anos analfabetas. Observa-se que a grande maioria dos municípios da arquidiocese apresenta números bem acima da média do Estado do Paraná. Apenas os municípios de Maringá, Mandaguari, Sarandi, Marialva e São Jorge do Ivaí possuem indicadores abaixo da média estadual. Por sua vez, 12 (doze) municípios possuem percentuais acima da média brasileira. Isso significa que neste indicador grande parte de nossos municípios são comparados às regiões mais pobres do país.

Pessoas de 25 anos ou mais analfabetos, 2000

Municípios	Intervalos (%)
Maringá Mandaguari / Sarandi Marialva / São Jorge do Ivaí	6,37 a 12,81
Jandaia do Sul Floresta / Floraí Nova Esperança / Paçandu	12,82 a 15,28

Itambé Atalaia / Mandaguaçu Ivatuba / Doutor Camargo	15,29 a 16,81
Paranacity / São Pedro do Ivaí Cruzeiro do Sul / Marumbi Ourizona / Presidente Castelo Branco	16,82 a 19,85
Kaloré / Bom Sucesso Uniflor / Jardim Olinda Inajá / Paranapoema	19,86 a 28,54
11,74 do PR 16,03 do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Em consequência, observa-se que poucos municípios apresentam taxa de alfabetização próxima à média estadual. São eles: Floresta, Nova Esperança, Jandaia do Sul, Sarandi, Marialva e Maringá.

Taxa de Alfabetização, 2000	
Municípios	Intervalos (%)
Inajá Paranapoema / Jardim Olinda Kaloré / Bom Sucesso	78,89 a 80,58
Uniflor Ourizona / Cruzeiro do Sul Marumbi / São Pedro do Ivaí	80,59 a 84,22
Presidente Castelo Branco Ivatuba / Doutor Camargo Paranacity / Atalaia	84,23 a 86,67
Floraí / Itambé São Jorge do Ivaí / Mandaguaçu Paiçandu / Mandaguari	86,68 a 88,23
Floresta / Nova Esperança Jandaia do Sul / Sarandi Marialva / Maringá	88,24 a 94,61
90,46 do PR 86,37 do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

B.3 - Demais Indicadores Sociais

Outros indicadores sociais como segurança e agressão à mulher, por exemplo, passaram a fazer parte de levantamentos estatísticos de institutos de pesquisa no país. No entanto, em razão de problemas outros, não foi possível fazer levantamentos desta realidade na arquidiocese de Maringá. Porém, em relação à mulher foi possível levantar informações quanto ao percentual de crianças entre 10 (dez) e 17 (dezesete) anos com filhos. Os municípios que apresentam faixas de idade entre 10 e 14 anos de meninas com filhos e que estão piores situados são: Inajá, Paranacity, Paranapoema, Sarandi e São Pedro do Ivaí.

% de mulheres de 10 a 14 anos com filhos, 2000	
Municípios	Intervalos (%)
Mandaguaçu / Paiçandu Marialva / Nova Esperança Ivatuba / Mandaguari Jandaia do Sul	0,00 a 0,01
Maringá / Bom Sucesso Floresta / Marumbi Itambé / Kaloré	0,02 a 0,05
Floraí / Doutor Camargo Jardim Olinda / São Jorge do Ivaí	0,06 a 0,10
Ourizona / Uniflor Cruzeiro do Sul Presidente Castelo Branco / Atalaia	0,11 a 0,28
Inajá / Paranacity Paranapoema / Sarandi São Pedro do Ivaí	0,29 a 1,01
0,295 do PR 0,426 do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Para a faixa de idade entre 15 e 17 anos, os piores situados em relação à média estadual são: Inajá, Paranacity, Jardim Olinda, Marialva, Marumbi, Nova Esperança, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Mandaguari, Paiçandu, Presidente Castelo Branco e Sarandi.

Observa-se que entre a faixa de idade superior (15 e 17 anos), há maior percentual de municípios com intervalos acima da média estadual, que é de 8,31.

% de mulheres de 15 a 17 anos com filhos, 2000

Municípios	Intervalos (%)
Itambé / Florai	1,58 a 3,26
Ivatuba / Ourizona	
São Jorge do Ivaí	
Cruzeiro do Sul / Floresta	3,27 a 6,13
Doutor Camargo / Maringá	
São Pedro do Ivaí	
Atalaia / Kaloré	6,14 a 8,43
Mandaguaçu / Paranapoema	
Uniflor	
Bom Sucesso / Jandaia do Sul	8,44 a 10,23
Mandaguari / Paiçandu	
Presidente Castelo Branco / Sarandi	
Inajá / Paranacity	10,24 a 15,04
Jardim Olinda / Marialva	
Marumbi / Nova Esperança	
8,316 do PR	
8,448 do BR	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano.
Dados reformulados pelos autores.

Apesar dos problemas apontados, o importante, no entanto, é que o processo de assembléia arquidiocesana despertou para o compromisso na resolução de temas de profunda importância e que assolam nossa realidade. Inclusive, para um dos não menos importantes que é a questão das separações e divórcios e o surgimento de casais de segunda união e de pessoas cristãs católicas.

Para se ter uma idéia deste novo desafio se observa que, dos casamentos realizados na arquidiocese no ano de 2005, quase 20% se desfizeram, seja por separações judiciais ou divórcios.

Casamentos, Separações Judiciais e Divórcios registrados no ano de 2005

Município	Casamentos	Separações Judiciais	Divórcios
Atalaia	19	-	-
Bom Sucesso	41	-	-
Cruzeiro do Sul	27	-	-
Doutor Camargo	33	-	-
Florai	28	-	-
Floresta	30	-	-
Inajá	20	-	-

Itambé	32	-	-
Ivatuba	25	-	-
Jandaia do Sul	97	43	57
Jardim Olinda	-	-	-
Kaloré	22	-	-
Mandaguaçu	119	9	39
Mandaguari	167	40	42
Marialva	196	12	13
Maringá	2.372	168	173
Marumbi	19	-	-
Nova Esperança	161	19	48
Ourizona	24	-	-
Paiçandu	208	-	-
Paranacity	65	11	39
Paranapoema	25	-	-
Presidente Castelo Branco	23	-	-
São Jorge do Ivaí	17	-	-
São Pedro do Ivaí	41	-	-
Sarandi	538	26	103
Uniflor	14	-	-
TOTAL	4.363	328	514

Fonte: IBGE cidades. ...
Dados reformulados pelos autores.

Considerações finais

O resultado do trabalho indica que a economia da região da Arquidiocese de Maringá vem se ajustando ao novo modelo de desenvolvimento da economia nacional, haja vista que se evidencia uma relativa diversificação de sua estrutura produtiva agrícola e industrial. Porém, essas semelhanças também se manifestam na grande concentração da produção em poucos municípios, principalmente polarizada no município de Maringá. As semelhanças não param por aí, uma vez que também se observa que esse crescimento econômico não trouxe consigo a inserção de grande parte da população na sua dinâmica, pois se verifica um expressivo número de pessoas com rendimentos baixos e péssimos indicadores sociais. Em outros termos, apesar de um relativo crescimento econômico virtuoso, este veio acompanhado de uma forte iniquidade social.

1.2 – OLHANDO A NOSSA REALIDADE SÓCIO-RELIGIOSA

Estes dados foram obtidos através de uma pesquisa por amostragem coordenada pelos professores Carlos Leite e Ivani Basso da Silva, do Departamento de Estatística da Universidade Estadual de Maringá, que contou com a participação dos seminaristas como entrevistadores. Foram realizadas em torno de 10 mil entrevistas em todos os municípios e paróquias da Arquidiocese de Maringá, proporcionalmente. As entrevistas foram realizadas nos meses de julho, agosto e setembro de 2007.

OBJETIVO

Conhecer a realidade sócio-religiosa dos habitantes da Arquidiocese de Maringá quanto a: religião atual, se teve outra religião, como os não católicos consideram a Igreja Católica, se mudou de religião e qual o principal motivo. Também para conhecer a opinião dos católicos sobre seu envolvimento com a igreja, participação e avaliação da paróquia, das missas, do padre, da homilia, sobre o que poderia melhorar na paróquia e os meios de comunicação da Arquidiocese.

UNIVERSO

População da Arquidiocese de Maringá-PR, estimada em torno de 650 mil habitantes.

POPULAÇÃO-ALVO

População de habitantes com idade igual ou superior a 16(dezesseis) anos, nas 53 paróquias da Arquidiocese, dentro dos 27 municípios pesquisados.

DATA DE REALIZAÇÃO

Pesquisa de campo realizada durante os meses de julho, agosto e setembro de 2007.

AMOSTRA

Foram realizadas 9808 entrevistas, nos 27 municípios da Arquidiocese, distribuídos proporcionalmente nas 53 paróquias.

AMOSTRAGEM

Amostragem obtida por cotas proporcionais às variáveis de sexo e idade dos habitantes dos municípios pesquisados.

MARGEM DE ERRO

A margem de erro decorrente deste processo de amostragem é de mais ou menos 1%, com uma confiabilidade de 95% para as estimativas obtidas.

COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário quantitativo, elaborado com base nos objetivos propostos, contado com a participação dos seminaristas da Arquidiocese como entrevistadores, devidamente treinados e credenciados para este tipo de abordagem. Em todos os dados coletados foi feita uma checagem de consistência das respostas. Nos municípios com mais de uma paróquia, as entrevistas foram realizadas nas áreas geográficas compreendidas pela paróquia.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA

A pesquisa contou com a orientação técnica dos professores Carlos Roberto do Carmo Leite (professor aposentado do Departamento de Estatística da UEM) e Ivani Aparecida Basso da Silva (professora em exercício do Departamento de Estatística da UEM). A elaboração e montagem do relatório final foram feitas pelo Professor Carlos Roberto do Carmo Leite. A pesquisa também contou com a colaboração de Leandro Rossini, na orientação informática, para a tabulação dos dados na obtenção dos resultados finais.

RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão condensados em tabelas de índices simples e alguns gráficos, contendo a quantidade e o percentual das respostas obtidas em cada pergunta feita ao entrevistado e também de tabelas de dupla entrada (tabelas de índices cruzadas).

COORDENAÇÃO

A pesquisa foi coordenada no ano de 2007 pelo Coordenador da Ação Evangelizadora – Pe. Israel Zago, contando com a colaboração do Pe. Sidney Fabril e do secretário do CEPa (Centro Pastoral da Arquidiocese), Camilo Aniceto Ferracioli.

RESULTADOS OBTIDOS

Tabela 01 - Cidades Pesquisadas da Arquidiocese de Maringá

Novembro/ 2007		
Municípios	Quantidade	%
Atalaia	106	1,08
Bom Sucesso	103	1,05
Cruzeiro do Sul	102	1,04
Doutor Camargo	104	1,06
Floraí	104	1,06
Floresta	100	1,02
Inajá	102	1,04
Itambé	107	1,09
Ivatuba	102	1,04
Jandaia do Sul	306	3,12
Jardim Olinda	105	1,07
Kaloré	105	1,07
Mandaguaçu	307	3,13
Mandaguari	358	3,65
Marialva - Aquidabam	360	3,67
Maringá - Iguatemi	4.869	49,64
Marumbi	104	1,06
Nova Esperança	304	3,10
Ourizona	104	1,06
Paiçandu	398	4,06
Paranacity	196	2,00
Paranapoema	104	1,06
Presidente Castelo Branco	103	1,05
São Jorge do Ivaí	103	1,05
São Pedro do Ivaí	105	1,07
Sarandi	841	8,57
Uniflor	106	1,08
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Nota: A quantidade refere-se ao número de entrevistas realizadas em cada município.

Tabela 02 - Paróquias Pesquisadas da Arquidiocese

Novembro/ 2007		
Paróquias da Arquidiocese	Quantidade	%
Atalaia - N. S. Rainha	106	1,08
Bom Sucesso - Divino Espírito Santo	104	1,06

Cruzeiro do Sul e Uniflor - São Judas Tadeu	208	2,12
Doutor Camargo - São Pedro Apóstolo	104	1,06
Floraí - Imaculada Conceição	103	1,05
Floresta - N. S. Rosário.	100	1,02
Inajá, Jardim Olinda e Paranapoema - São Pedro Apóstolo	311	3,17
Itambé - N. S. das Graças	107	1,09
Ivatuba - N. S. do Rocio	102	1,04
Jandaia do Sul - São João Batista	306	3,12
Kaloré - São Benedito	107	1,09
Mandaguaçu - São Sebastião	307	3,13
Mandaguari - N. S. Aparecida	92	0,94
Mandaguari - Bom Pastor	266	2,71
Marialva - N. S. de Fátima	315	3,21
Marialva - Aquidabam - Bom Jesus	53	0,54
Maringá - Santo Antônio de Pádua	213	2,17
Maringá - Catedral N. S. da Glória	256	2,61
Maringá - Cristo Ressuscitado	200	2,04
Maringá - Divino Espírito Santo	105	1,07
Maringá - M. J. Praga e S.F.Xavier (paróquia pessoal)	196	2,00
Maringá - N. S. da Liberdade	148	1,51
Maringá - N. S. de Guadalupe	196	2,00
Maringá - N. S. do Rosário	153	1,56
Maringá - N. S. do Perpétuo Socorro	201	2,05
Maringá - Santa Isabel de Portugal	310	3,16
Maringá - Santa Joaquina de Vedruna	128	1,31
Maringá - Santa Maria Goretti	317	3,23
Maringá - Santa Rita de Cássia	142	1,45
Maringá - São Bonifácio	126	1,28
Maringá - São Francisco de Assis	379	3,86
Maringá - São José Operário	297	3,03
Maringá - São Mateus Apóstolo	320	3,26
Maringá - São Miguel Arcanjo	195	1,99
Maringá - São Silvestre I	156	1,59
Maringá - Iguatemi - Santa Rosa de Lima	156	1,59
Maringá - N. S. Aparecida	158	1,61
Maringá - N.S. Lourdes e São Judas Tadeu	317	3,23
Maringá - Sagrado Coração de Jesus	198	2,02
Marumbi - Senhor Bom Jesus	104	1,06
Nova Esperança - Sagrado Coração de Jesus	304	3,10
Ourizona - N. S. Divina Pastora	104	1,06

Paiçandu – Jesus Bom Pastor	206	2,10
Paiçandu - Santo Cura D'Ar	194	1,98
Paranacity – N. S. de Lourdes	196	2,00
Pres. Castelo Branco – N. S. Mãe de Deus	103	1,05
São Jorge do Ivaí – São Jorge	103	1,05
São Pedro do Ivaí – São Pedro Apóstolo	96	0,98
Sarandi – N. S. da Esperança	201	2,05
Sarandi – N. S. das Graças	201	2,05
Sarandi – Santa Terezinha do Menino Jesus	199	2,03
Sarandi – São Paulo Apóstolo	239	2,44
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Nota: A Arquidiocese de Maringá possui 53 paróquias. Na lista aparecem 52. Falta a paróquia pessoal São Francisco Xavier para japoneses. Os membros dessa paróquia foram considerados na realidade territorial das outras, uma vez que estão espalhados pela Arquidiocese toda.

Tabela 03 - Sexo Do Entrevistado

Novembro/ 2007		
Sexo	Quantidade	%
Masculino	4.757	48,50
Feminino	5.051	51,50
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 04 - Faixa etária do entrevistado

Novembro/ 2007		
Faixa Etária	Quantidade	%
16 a 17 anos	247	2,52
18 a 24 anos	1.727	17,61
25 a 34 anos	2.283	23,28
35 a 44 anos	2.146	21,88
45 a 60 anos	2.106	21,47
Mais de 60 anos	1.299	13,24
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 05 - Grau de instrução do entrevistado

Novembro/ 2007		
Grau de Instrução	Quantidade	%
Nenhum	1.179	12,02
Ensino fundamental	3.711	37,84
Ensino médio	3.768	38,42
Ensino superior	1.150	11,73
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 06 - Qual a sua religião atual?

Novembro/ 2007		
Religião	Quantidade	%
Católico	7.230	73,72
Evangélico	2.074	21,15
Espírita	143	1,46
Muçulmano	24	0,24
Budista	15	0,15
Nenhuma	262	2,67
Outras respostas	60	0,61
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 6A - Qual a sua religião atual?

Novembro/ 2007						
Religião	Masculino		Feminino		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Católico	3.510	73,79	3.720	78,20	7.230	73,72
Evangélico	953	20,03	1.121	23,57	2.074	21,15
Espírita	68	1,43	75	1,58	143	1,46
Muçulmano	13	0,27	11	0,23	24	0,24
Budista	6	0,13	9	0,19	15	0,15
Nenhuma	176	3,70	86	1,81	262	2,67
Outra	31	0,61	29	0,61	60	0,61
TOTAL	4.757	100,00	5.051	106,18	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

TABELA 6B - Qual a sua religião atual?

Novembro/2007

Religião	Idade												Total	
	16 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 60 anos		Mais de 60			
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%		
Católico	177	71,66	1256	72,73	1614	70,70	1610	75,02	1569	74,50	1004	77,29	7230	73,72
Evangélico	53	21,46	360	20,85	537	23,52	439	20,46	446	21,18	239	18,40	2074	21,15
Espírita	6	2,43	30	1,74	28	1,23	28	1,30	31	1,47	20	1,54	143	1,46
Muçulmano	2	0,81	7	0,41	4	0,18	7	0,33	1	0,05	3	0,23	24	0,24
Budista	0	0,00	1	0,06	5	0,22	2	0,09	3	0,14	4	0,31	15	0,15
Nenhuma	7	2,83	67	3,88	74	3,24	49	2,28	46	2,18	19	1,46	262	2,67
Outra	2	0,81	6	0,35	21	0,92	11	0,51	10	0,47	10	0,77	60	0,61
TOTAL	247	100,00	1727	100,00	2283	100,00	2146	100,00	2106	100,00	1299	100,00	9808	100,00
Arquidiocese de Maringá														

Arquidiocese de Maringá

TABELA 6C - Qual a sua religião atual?

Novembro/2007

Religião	Grau de Instrução									
	Nenhum		Fundamental		Médio		Superior		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Católico	907	76,93	2717	73,21	2759	73,22	847	73,65	7230	73,72
Evangélico	224	19,00	816	21,99	814	21,60	220	19,13	2074	21,15
Espírita	15	1,27	35	0,94	60	1,59	33	2,87	143	1,46
Muçulmano	3	0,25	7	0,19	8	0,21	6	0,52	24	0,24
Budista	2	0,17	6	0,16	4	0,11	3	0,26	15	0,15
Nenhuma	23	1,95	113	3,05	97	2,57	29	2,52	262	2,67
Outra	5	0,42	17	0,46	26	0,69	12	1,04	60	0,61
TOTAL	1179	100,00	3711	100,00	3768	100,00	1150	100,00	9808	100,00
Arquidiocese de Maringá										

Arquidiocese de Maringá

Tabela 07 - O senhor (a) já teve outra religião? qual?

Religião	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não tive outra religião	8.185	83,45
Católico	1.131	11,53
Evangélico	326	3,32
Espírita	49	0,50
Muçulmano	7	0,07
Budista	17	0,17
Outras respostas	72	0,73
Não informou/ Não opinou	21	0,21
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 08 - Se o senhor (a) não é católico (a), como considera a igreja católica?

Opinião	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Sou católico	7.230	73,72
Não sei / não conheço/ não opinou	603	6,15
Não tenho nada contra	983	10,02
Muito fechada	137	1,40
Não concordo com a Doutrina	370	3,77
Os católicos não são comprometidos com o Evangelho	149	1,52
Falta entusiasmo aos católicos	101	1,03
Admiro a atuação da Igreja católica	166	1,69
Outras respostas	69	0,70
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 9 - Qual o principal motivo porque mudou de religião?

Motivo	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não mudei de religião	8.185	83,45
Por causa da acolhida	105	1,07
Por influência de amigo ou parente	237	2,42
Por causa da doutrina da igreja	293	2,99
Encontrei apoio para mudar de vida	110	1,12
Experiência de encontro com Deus	309	3,15
Por questões financeiras (dízimos, oferendas...)	20	0,20
Outras respostas	121	1,23
Não opinou	428	4,36
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 10 - Qual o seu envolvimento com a igreja católica?

Envolvimento	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Sou católico, mas não participo regularmente	2.022	20,62
Participo apenas em algumas ocasiões (4ª feira de cinzas, missa de 7º dia, batizados e casamentos)	985	10,04
Participo das missas regularmente	3.147	32,09
Sou engajado na minha comunidade	978	9,97
Não opinou	98	1,00
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 11 - Qual o principal motivo da sua pouca participação na igreja católica?

Motivo	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Participo regularmente	4.210	42,92
Não tenho tempo de ir à Igreja (jornada de trabalho, problemas de família)	1.774	18,09
Não gosto do jeito do padre	167	1,70
Pelo mau exemplo dos católicos	142	1,45
O marido ou a esposa não permite	61	0,62
Não opinou	876	8,93
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 12 - Que avaliação você faz da sua paróquia?

Avaliação	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Não participo	772	7,87
Ótima	2.106	21,47
Boa	3.611	36,82
Regular	341	3,48
Ruim	54	0,55
Péssima	65	0,66
Não opinou	281	2,87
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 13 - O que você acha das celebrações da missa na sua paróquia?

Opinião	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Não participo	813	8,29
São boas	5.256	53,59
São muito rotineiras	647	6,60
Os horários de missa não ajudam a participar mais	123	1,25
Outros motivos	65	0,66
Não opinou	326	3,32
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 14 - Que avaliação você faz do padre de sua paróquia?

Opinião	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Não sei / não participo	776	7,91
Ótima	2.139	21,81
Boa	3.379	34,45
Regular	393	4,01
Ruim	109	1,11
Péssima	65	0,66
Não opinou	369	3,76
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 15 - A homilia do padre da sua paróquia é:

Opinião	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Não sei / não participo	820	8,36
Ótima	1.918	19,56
Boa	3.542	36,11
Regular	414	4,22
Ruim	87	0,89
Péssima	64	0,65
Não opinou	385	3,93
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 16 - O que você acha que poderia melhorar em sua paróquia?

Opinião	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não sou católico	2.578	26,28
Não tem o que melhorar	3.485	35,53
A liturgia	290	2,96
A acolhida	425	4,33
A administração	242	2,47
O padre	65	0,66
A secretaria	426	4,34
A formação de líderes	112	1,14
Outras respostas	798	8,14
Não opinou	1.387	14,14
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

Tabela 17 - Qual o meio de comunicação da arquidiocese de maringá que você mais conhece?

Meio de Comunicação	Novembro/ 2007	
	Quantidade	%
Não conheço nenhum / Não informou	5.039	51,38
TV 3º Milênio	1.354	13,81
Rádio Colméia	2.911	29,68
Jornal Maringá Missão	437	4,46
Portal da Arquidiocese na Internet	67	0,68
TOTAL	9.808	100,00

Arquidiocese de Maringá

I.3 – OLHANDO PARA A NOSSA REALIDADE INTRA-ECLESIAL

I.3.1 - SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS PARÓQUIAS E REGIÕES PASTORAIS

Para essa síntese, cada paróquia fez a avaliação sobre a sua caminhada geral e depois encaminhou para a coordenação da região pastoral. Esta, por sua vez, elaborou uma síntese que foi apreciada e votada na assembléia da região pastoral. Cada uma das 5 regiões pastorais encaminhou sua síntese para o Conselho Arquidiocesano da Ação Evangelizadora, que as converteu em uma só, que foi apresentada e aprovada, como consta, na 22ª Assembléia Arquidiocesana.

a) Que conquistas marcaram nossa caminhada?

01 - Curso de teologia para leigos e o incentivo dos padres para o mesmo, e também as formações em geral (liturgia, grupos de reflexão, Campanha da Fraternidade, Doc. de Aparecida, catequese);

02 - O desempenho e a dedicação do nosso arcebispo e da equipe de coordenação arquidiocesana;

03 - Voz profética da Igreja em algumas ocasiões (abertura do comércio aos domingos, CF, campanha contra a dengue, eleições, bioética...);

04 - Encontrão das CEBs;

05 - Presença da Igreja nos Meios de Comunicação Social (nos da Igreja e também nos demais);

06 - Levantamento de dados para saber a realidade da Igreja;

07 - As comemorações dos 50 anos da Arquidiocese (celebrações, peregrinação da imagem de Nossa Senhora da Glória pelas Paróquias, visitas nas casas e as demais atividades do Ano Jubilar);

08 - Formação e ordenação de novos Diáconos Permanentes;

09 - Fortalecimento da pastoral do dízimo e congresso sobre o dízimo;

10 - Solidariedade da comunidade arquidiocesana;

11 - O esforço do movimento ecumênico (Semana de Oração pela unidade dos cristãos e outras celebrações);

12 - Romaria a Paranaguá – Santuário de Nossa Senhora do Rocio – incentivo à religiosidade popular;

13 - Escola catequética;

14 - Os Meios de Comunicação da Arquidiocese a serviço da evangelização;

- 15 - Hallel;
- 16 - Ordenações sacerdotais;
- 17 - Encontro com a pastoral familiar e equipes de celebração do matrimônio;
- 18 - Romaria do Trabalhador;
- 19 - Envio de missionários para outras regiões;
- 20 - Formação de liturgia por grupos de paróquias;
- 21 - Preocupação com a pastoral familiar;
- 22 - Maior participação dos fiéis nas celebrações.

b) O que deixou a desejar?

- 01 - Falta de projetos que envolvam adolescentes pós-crisma e jovens;
- 02 - Faltou unidade entre as paróquias, cada padre tem sua própria linha (Ex.: preparação para o batismo e liturgia);
- 03 - Pouco empenho de padres, paróquias, pastorais e movimentos em compromissos assumidos em conjunto (romaria do trabalhador, DNJ, encontrão das CEBs...);
- 04 - Projetos sociais ainda não recebem total apoio das paróquias;
- 05 - Faltou apoio financeiro às comunidades carentes;
- 06 - Pouco incentivo aos grupos de reflexão (estão enfraquecidos);
- 07 - A promoção da rifa para o Centro de Encontros deixou a desejar na distribuição para as paróquias, obrigando as mesmas a ficarem com o que não foi vendido;
- 08 - Pouca participação no Encontrão das CEBs;
- 09 - Pouca divulgação, nas paróquias, dos projetos de evangelização e sociais da Arquidiocese;
- 10 - Mudanças constantes de padres não favorecem a unidade no trabalho pastoral;
- 11 - Faltou formação para os coordenadores dos grupos de reflexão, catequistas e agentes de pastoral em geral e, quando se ofereceu formação, a participação foi pequena;
- 12 - Despreparo na realização do levantamento de dados;
- 13 - A pastoral da promoção humana não consegue sair do assistencialismo;

14 - Coincidência de encontros no mesmo dia (arquidiocese, paróquias, pastorais, movimentos);

15 - Material da catequese muito superficial;

16 - Pouco envolvimento social e político das lideranças;

17 - Sobrecarga dos agentes de pastoral;

18 - Não ter um padre liberado para a coordenação de pastoral;

19 - Pouco empenho nos trabalhos ecumênicos (Semana de Oração pela unidade dos Cristãos);

20 - Pastoral de adolescentes sem coordenação;

21 - Mudanças muito constantes nos cantos litúrgicos.

c) O que sugerimos?

01 - Fortalecimento das CEBs;

02 - Fraternidade na partilha dos bens: ajudar as comunidades que mais necessitam;

03 - Projetos que envolvam adolescentes pós-crisma e jovens;

04 - Motivar o trabalho missionário e de visitação, fazendo dele uma exigência para toda a ação evangelizadora;

05 - Valorizar casais em segunda união para que participem da vida da Igreja;

06 - Fortalecer a pastoral familiar e outros grupos que trabalham com a família;

07 - Formação bíblica para os coordenadores de Grupos de Reflexão e lideranças;

08 - Levar a sério as diretrizes da Arquidiocese, sobretudo em relação aos sacramentos (preparação e celebração);

09 - Organizar melhor o calendário e não sobrepor atividades;

10 - Fortalecimento dos grupos de reflexão;

11 - Cobrar dos Padres nas Paróquias as divulgações de eventos Arquidiocesanos;

12 - Que a pastoral de liturgia mude menos os cantos, cante mais vezes para que a assembléia possa aprender para cantar;

13 - Maior interação da região pastoral no que se refere à formação em conjunto, como por exemplo: curso bíblico, semana da família, formação para os diversos serviços;

- 14 - Formação sobre Doutrina Social da Igreja, visando capacitação de pessoas que possam atuar nos conselhos municipais e eleições;
- 15 - Que na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos haja um maior empenho;
- 16 - Mais organização em todos os setores de comunicação social;
- 17 - Recursos financeiros para pastorais;
- 18 - Estimular os fiéis a colocar seus serviços profissionais a serviço da comunidade;
- 19 - Apoiar as Pastorais e Movimentos que trabalham com os jovens;
- 20 - Mais envolvimento social e político;
- 21 - Que os padres se intercalem no período de suas férias.

1.3.2 - SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS PASTORAIS E MOVIMENTOS

Para essa síntese, cada pastoral e movimento fez sua avaliação paroquial e encaminhou para a sua respectiva coordenação arquidiocesana. As mesmas encaminharam suas sínteses arquidiocesanas ao Conselho Arquidiocesano da Ação Evangelizadora que as converteu em uma só, que foi apresentada e aprovada, como consta, na 22ª Assembléia Arquidiocesana.

a) Que conquistas marcaram a nossa caminhada?

- 01 - Realização de encontros de formação e espiritualidade para crianças, adolescentes, jovens, adultos, casais e famílias;
- 02 - Despertar do interesse por um trabalho missionário;
- 03 - Um olhar mais interessado da Igreja pela Juventude;
- 04 - SIAM – serviços e meios de comunicação da arquidiocese;
- 05 - Interação entre diversas pastorais e movimentos;
- 06 - Apoio do arcebispo, de diversos padres e religiosas;
- 07 - Devoção eucarística;
- 08 - Realização de projetos sociais (tais como cursos pré-vestibulares etc.);
- 09 - Encontrão das CEBs;
- 10 - A Romaria do Trabalhador ser assumida como celebração arquidiocesana;
- 11 - Eventos para a celebração do jubileu de ouro da arquidiocese;
- 12 - Implantação do RICA;

- 13 - Surgimento de novos movimentos e pastorais;
- 14 - Organização e planejamento das atividades;
- 15 - Realização da Semana Nacional da Família nas paróquias;
- 16 - Preocupação com os casais em segunda união;
- 17 - Celebração e formação sobre o ecumenismo e diálogo inter-religioso;
- 18 - Organização de campanhas assistenciais;
- 19 - Engajamento das pastorais e movimentos na caminhada paroquial;
- 20 - Preocupação da Igreja com os idosos;
- 21 - Participação de líderes leigos em alguns conselhos municipais;
- 22 - Restauração do Diaconato permanente;
- 23 - Trabalho das coordenações e assessores;
- 24 - Crescimento do número, do valor e da consciência sobre o dízimo;
- 25 - Melhoria na infra-estrutura material das paróquias;
- 26 - Prestação de contas e transparência na administração do dinheiro arrecadado;
- 27 - Visitas missionárias a algumas paróquias;
- 28 - Participação de vários jovens no encontro com o Papa;
- 29 - Não exigência de padrinhos de Crisma;
- 30 - Ordenação de novos padres;
- 31 - Reforma do Centro de Encontros;
- 32 - Implantação do Tribunal Eclesiástico;
- 33 - Envio de padres em missão;
- 34 - Instalação do campus da PUC;
- 35 - Maior rotatividade de padres;
- 36 - Parcerias com profissionais liberais, empresas e setor público para realização de algumas atividades;
- 37 - Visitas de algumas coordenações arquidiocesanas às regiões pastorais e paróquias;
- 38 - Celebração do Dia Nacional da Juventude;
- 39 - A dinâmica e metodologia da preparação para a Assembléia Arquidiocesana;
- 40 - ARAS (Associação de Reflexão e Ação Social) e sua filiação à Cáritas;
- 41 - Grupos e casas de apoio para recuperação de dependentes químicos e alcoólicos;

- 42 - Hallel e Cenáculo com Maria;
- 43 - Escolas catequéticas da arquidiocese.

b) O que deixou a desejar?

- 01 - Falta de entrosamento entre diversas pastorais e movimentos;
- 02 - Falta de apoio de alguns padres;
- 03 - Falta de maior compromisso e entusiasmo de diversos líderes com sua missão;
- 04 - Pouca participação dos jovens na vida da Igreja;
- 05 - Dificuldade de vários fiéis para falar com os padres;
- 06 - Competição entre alguns movimentos e pastorais, e até entre os padres;
- 07 - Certo preconceito de alguns padres e líderes em relação a algum serviço, pastoral ou movimento;
- 08 - Falta de adesão de diversas paróquias, pastorais e movimentos ao Encontro das CEBs;
- 09 - Deficiência na comunicação em geral;
- 10 - Falta de ajuda entre as paróquias;
- 11 - Falta de entrosamento entre os líderes;
- 12 - Falta de maior participação de líderes nos encontros de formação e espiritualidade;
- 13 - Falta de formação de diversos líderes;
- 14 - Falta de maior comunicação nas e entre as paróquias, pastorais e movimentos;
- 15 - Falta de perseverança de diversos líderes;
- 16 - Sobrecarga devido ao acúmulo de funções e serviços por parte de vários líderes;
- 17 - Falta de um trabalho mais intenso para despertar vocações;
- 18 - Falta de respeito pelo trabalho do outro, achando que o do seu movimento ou pastoral é sempre o melhor;
- 19 - Falta de mais informatização de todos os aspectos da vida paroquial;
- 20 - Pouca participação dos leigos em algumas paróquias;
- 21 - Falta de um projeto efetivo de busca dos afastados;
- 22 - Coincidência de diversas atividades nas mesmas datas;

- 23 - Dificuldade de transporte nas paróquias mais distantes;
- 24 - Pouca idade e maturidade com que se recebe a 1ª eucaristia e crisma;

c) O que sugerimos?

- 01 - Maior entrosamento entre as paróquias, pastorais e movimentos;
- 02 - Usar todos os meios e pessoas para atrair os afastados;
- 03 - Maior incentivo e compromisso dos padres;
- 04 - A juventude ser prioridade da arquidiocese;
- 05 - Maior uso dos Meios de Comunicação para atingir mais pessoas;
- 06 - Serviço de atendimento às famílias que passam por dificuldades;
- 07 - Utilizar os dados do "Censo" para convidar pessoas afastadas para as pastorais e movimentos;
- 08 - Divulgação das atividades e promoções entre as paróquias;
- 09 - Cursos de formação para a liderança (gradual);
- 10 - Incentivo à formação de grupos;
- 11 - Proporcionar encontros de espiritualidade e lazer;
- 12 - Implementação do serviço (Pastoral) de comunicação nas paróquias;
- 13 - Engajamento das pastorais e movimentos na caminhada paroquial, principalmente através do CPP;
- 14 - Despertar e formar novos líderes;
- 15 - Melhorar a qualidade do testemunho para despertar vocações;
- 16 - Respeitar o trabalho uns dos outros;
- 17 - Maior envolvimento de toda a arquidiocese com a dimensão missionária (anúncio);
- 18 - Maior inserção dos religiosos(as) na realidade arquidiocesana;
- 19 - Maior respeito e incentivo às devoções populares;
- 20 - Apoio mais efetivo às comunidades carentes;
- 21 - Proporcionar ajuda para o transporte dos líderes das paróquias mais distantes;
- 22 - Proposta de trabalho mais efetivo para promover a perseverança dos crismados na Igreja;
- 23 - Delimitar como idade para a 1ª Eucaristia - 12 anos e para a Crisma - 15 anos completos.

24 - Definição da arquidiocese sobre o Hallel e Cenáculo com Maria enquanto eventos arquidiocesanos;

25 - Maior unidade entre as paróquias nas celebrações eucarísticas (em relação à liturgia e canto);

26 - Formação (mestrado e/ou doutorado) de agentes multiplicadores na área de Sagrada Escritura.

1.3.3 – SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS RELIGIOSAS E RELIGIOSOS FEITA ATRAVÉS DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL - NÚCLEO DE MARINGÁ

- QUE BOM! (pontos positivos, avanços, alegrias, luzes)

1. Nossa presença na Arquidiocese:

- 20 congregações: 05 masculinas e 15 femininas;
- 124 membros; 33 comunidades;
- 49 jovens em tempo de formação; 07 casas de formação;
- 202 leigos/as agregados;
- 14 locais para encontros, reuniões, retiros.

2. O que fazemos na Arquidiocese:

- Governo de congregação; coordenação de comunidade religiosa; administração; formação de novos membros à vida religiosa;
- Coordenação de entidades; assistência social; enfermagem; acolhida e bem estar;
- Cozinha e lavanderia; costura e sacristia; jardinagem e horta;
- Livraria;
- Aulas na rede pública de ensino; orientação pedagógica; orientação educacional;
- Aconselhamento pastoral; acompanhamento psicológico;
- Orientação de retiros; acompanhamento espiritual;
- Participação na equipe de formadores do seminário;
- Encontros, reuniões; palestras, cursos;
- Participação no Conselho Arquidiocesano da Ação Evangelizadora e nos Conselhos de Pastoral Paroquial.

3. Serviços de Formação e Espiritualidade nas pastorais e movimentos: comissão do anúncio, infância missionária; Pastorais: nipo-brasileira, familiar, da pessoa idosa, da esperança, da sobriedade, da criança, de adolescentes, da juventude, da catequese, dos grupos de reflexão, da saúde, da promoção humana, dos ministros extraordinários da comunhão eucarística, afro, vicentinos, serviço de animação vocacional, apostolado da oração, congregações marianas, escolas teológicas e catequéticas.

4. Serviços de Ação Social: pastoral da criança, da saúde, da esperança, da promoção humana, familiar, da visitação, da pessoa idosa, com pequenos agricultores, abandonados, portadores de HIV, participação na Associação de Reflexão e Ação Social.

5. Serviços nas Obras Sociais: umas são das Congregações, outras das Paróquias, outras da Arquidiocese, e/ou de outros segmentos: Lar dos Velhos; Asilo “São Vicente de Paulo”; Sociedade “São Vicente de Paulo”; Albergue “Santa Luisa de Marillac”; Obra de Assistência Social “Papa João XXIII”; Núcleo Social “Papa João XXIII”; Hospital Universitário; Instituto Promocional “Jesus de Nazaré”; Creche “Menino Jesus”; Centro Social de Educação Infantil “Madre Bernadette”; Lar Escola da Criança. Os religiosos/as atingem mais ou menos 3.195 pessoas de todas as idades, nas obras sociais.

6. Serviços na área da Comunicação: jornal, rádio, televisão, livraria e internet.

7. Serviço Hospitalar: a existência da Santa Casa dos Irmãos da Misericórdia de Maria Auxiliadora, que conta com 174 leitos, com a atuação de 10 religiosos profissionais e 06 religiosos em tempo de formação. Atendimento pastoral no Hospital Universitário pelas Irmãs Vicentinas.

8. Serviços na área da Educação: atuam 72 religiosos/as em nossos 13 colégios e escolas e atingem mais ou menos 12.690 pessoas da idade de 1 a 60 anos. As escolas são: Sagrado Coração de Jesus, São Francisco de Assis, Escola dos Santos Anjos Custódios, Colégio Sagrada Família, Centro de Educação Infantil Madre Bernadette, Centro de Educação Infantil “Menino Jesus”, Instituto Promocional “Jesus de Nazaré”, Lar Escola da Criança, Regina Mundi, Carlos Dêmia, Santo Inácio, Santa cruz, Marista.

9. Projetos sociais promovidos pelos nossos colégios: Centro Social Marista; Quarta feira Solidária - Santo Inácio; Centro de Educação Infantil Madre Bernadette - Regina Mundi; Instituto Promocional Jesus de Nazaré; Projeto Social Santa Cruz.

- QUE PENA!?! (pontos negativos, desafios, tristezas, sombras)

1. Que alguns setores da arquidiocese desconhecem ou sabem pouco sobre:

- A origem da vida religiosa, sua espiritualidade e seus diferentes carismas.
- O "ser" (identidade) e o profetismo da vida religiosa.
- A nossa história, nossos trabalhos e seus objetivos missionários iniciados já antes de nascer a diocese.
- Nossos trabalhos em obras sociais da Arquidiocese, com suas necessidades financeiras.

2. Fragilidades:

- Desarticulação de algumas obras sociais com as paróquias e a Arquidiocese.
- Frágil reconhecimento e valorização da presença dos religiosos/as e do seu trabalho.
- A maioria dos religiosos envelheceu e há poucas vocações e falta incentivo por parte das famílias, pastorais e movimentos em falar aos jovens sobre o sacerdócio e a Vida Religiosa.
- As congregações participam pouco ou quase nada do Serviço de Animação Vocacional Arquidiocesano.
- Que na área da Formação e da Espiritualidade, os serviços prestados pelos religiosos/as na Arquidiocese se configuram de maneira informal. Em consequência, estes serviços e pessoas se tornam pouco conhecidos, apenas daqueles grupos que os solicitam.

- QUE TAL? (propostas, sugestões)

1. Para tornar a Vida Religiosa mais conhecida quanto à sua espiritualidade, carisma, história, trabalho e objetivos missionários na Arquidiocese propomos:

- Encontros da CRB com o arcebispo, o clero, os seminaristas, os diáconos e as lideranças de Igreja.

- Que nas orações vocacionais das paróquias seja mencionada também a vocação para a Vida Religiosa.

- Lembrar o dia do fundador/a nas paróquias onde trabalham religiosos/as.

- Visita do Arcebispo nas comunidades e casas de formação.

- Em 2010: um congresso sobre a vida religiosa. Serão nossos convidados: o arcebispo, o clero, os diáconos, os seminaristas e as lideranças da Igreja.

2. Para continuar a dinamização e configuração da identidade da Vida Religiosa e somar as forças vivas entre nós na Arquidiocese propomos:

- Integrar no CAAE uma/um representante dos/as jovens em tempo de formação, e um representante dos formadores.

- Reforçar a participação dos vocacionados/as à Vida Religiosa no SAV.

- Trabalhar em conjunto nas paróquias e regiões pastorais: padres, religiosos/as, diáconos seminaristas e lideranças, criando estratégias para um diálogo e participação mais efetiva nas instâncias decisórias da caminhada da Arquidiocese.

- A oficialização Arquidiocesana de uma equipe da CRB para a Formação e Espiritualidade do povo de Deus.

Capítulo II

Queremos ser discípulos missionários de Jesus Cristo numa igreja a serviço da vida

1ª PARTE: JUSTIFICATIVAS E DIRETRIZES DE NOSSAS PRIORIDADES E PROJETOS

Introdução

Achamos por bem iniciar a fundamentação teológica (Julgar) com o enunciado do Objetivo Geral da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para 2008 - 2010, elaborado pela CNBB no último documento das diretrizes. Ele introduz, direciona e amarra bem as afirmações que seguem e, mesmo porque, não devemos ignorar estas mesmas diretrizes. Portanto, assumimos como objetivo geral da ação evangelizadora para a Arquidiocese de Maringá o mesmo objetivo geral da CNBB, a saber:

“Evangelizar, a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10).” (CNBB, Doc. 87, 2008, p. 7).

Assumimos também das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora a concepção de Igreja como Povo de Deus, com a missão de implantar neste mundo o Reino de Deus. A Igreja é a comunidade daqueles que acolhem a pessoa de Jesus Cristo pela fé e entram em comunhão com a Trindade. “A comunhão com a Santíssima Trindade é o fundamento da comunhão de todos na Igreja... e da missão no mundo... Desse modo, a comunhão e a missão estão profundamente unidas entre si. A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão” (CNBB, Doc. 87, 2008, nº 48-49, p. 43-44).

“Nutrida pela Palavra e pela Eucaristia, a Igreja é a ‘casa e escola de comunhão’, onde os discípulos compartilham a mesma fé, esperança e

amor a serviço da missão evangelizadora'. Ela constitui uma unidade orgânica formada por uma diversidade de carismas, ministérios e serviços, todos eles colaborando para o único Corpo de Cristo. Cada batizado é portador de dons que deverão ser desenvolvidos em comunhão com os demais em vista da irradiação missionária da comunidade eclesial. Nesse sentido, todos os organismos eclesiais devem 'estar animados por uma espiritualidade de comunhão missionária', sem a qual os instrumentos externos da comunhão pouco ajudariam." (CNBB, Doc. 87, 2008, nº 50, p. 45).

Assumimos também as quatro exigências da Ação Evangelizadora, a saber: o serviço e participação na transformação da sociedade pelo bem dos pobres, o diálogo com as religiões e culturas, o anúncio do Evangelho e o testemunho da comunhão eclesial. Estas exigências se operacionalizam pastoralmente nos três âmbitos de ação, onde o Evangelho precisa ser encarnado: promoção da dignidade da pessoa, renovação da comunidade e construção de uma sociedade solidária. Estamos atentos também ao fato de que a Igreja tem a responsabilidade de oferecer o triplice múnus: da Palavra, da liturgia e da caridade.

Os rumos e diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese serão traçados, definindo com clareza, o objetivo da Pastoral. Aonde queremos chegar, o fim da ação missionária. Esta definição deve estar alicerçada no tema escolhido e aprovado na assembléia: **"Uma Igreja a serviço da vida"**. O lema também precisa estar sempre presente: **"... viu, aproximou-se, sentiu compaixão e curou-lhe as feridas"** (Lc 10, 33-34).

O Documento de Aparecida ilustra maravilhosamente este tema com a parábola do Bom Samaritano, que lhe dá suporte e marca todo o texto, característica que será seguida de perto nesta fundamentação. O próprio enunciado do tema parece puxar o acréscimo da palavra *samaritana* depois de Igreja, resultando: Uma Igreja *samaritana* a serviço da vida.

Logo no primeiro capítulo nos deparamos com uma afirmação chave, referindo-se à parábola do Bom Samaritano, verdadeiro ícone e portal do documento, quando diz: "Iluminados pelo Cristo, o sofrimento, a injustiça e a cruz nos desafiam a viver como Igreja samaritana" (cf. Lc 10, 25-37), recordando que "a evangelização vai unida sempre à promoção humana e à autêntica libertação cristã" (DA, 2007, n. 26, p. 23).

1. Conteúdo da missão

O discípulo missionário é portador do quê? Qual o conteúdo de sua missão? O samaritano não tinha uma identidade religiosa reconhecida; ao

contrário, era-lhe negada. Era um pagão "intruso" e indesejado no povo de Deus. Jesus faz questão de, desafiadoramente, colocá-lo como verdadeiro e autêntico observador da lei. Os pretensos religiosos oficiais (sacerdote e levita) foram descartados. *Qual dos três foi o próximo?* Mas a lição continua. O que o samaritano levou ao caído não foi também um serviço propriamente religioso, uma pregação sobre Deus, uma catequese, uma iniciação na oração, uma conquista para o judaísmo, mas um serviço à vida: *viu, aproximou-se, sentiu compaixão e curou-lhe as feridas* (nosso lema).

Vem a calhar uma citação do Vaticano II, porque todo ele é um perfeito reflexo desta parábola quando se refere à solidariedade como sinal do discípulo de Cristo. É taxativo com esta afirmação inicial: "As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e dos que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo" (GS 1).

A mensagem do missionário não deve ser entendida como algo meramente relativo ao pensamento. Há uma diferença notável entre uma lista de temas de verdades para a pregação, a catequese formal e o sumário do Documento de Aparecida. O Documento de Aparecida deixa bem claro que o anúncio que devemos realizar é o anúncio do Reino da vida (DA, 2007, n. 143, p. 75). *"Vim para que tenham vida e vida em abundância... Na casa onde entrarem digam: a paz esteja nesta casa... Curem os doentes, expulsem os demônios e anunciem: chegou para vós o Reino de Deus"* (cf. Lc 10,8).

No capítulo III, o Documento de Aparecida, quando especifica o Evangelho de Jesus Cristo, indica realidades bem concretas do conteúdo integrante do anúncio, como por exemplo: a boa nova da dignidade humana, a boa nova da vida, da família, da atividade humana, do trabalho, da tecnologia (cf. DA, 2007, n.104ss.,p. 62ss).

O capítulo VII se intitula: a missão dos discípulos a serviço da vida plena. No n. 353 evoca a figura de Jesus, o bom pastor e comenta: *"Jesus, o bom pastor, quer comunicar-nos a sua vida e colocar-se a serviço da vida. Vemos como Ele se aproxima do cego..."* Segue uma lista de ações de Jesus, na linha das obras de misericórdia, promoção da vida e prioridade dos pobres. No n. 358, vem o subtítulo: *A serviço da vida plena para todos*. Fica muito claro que o compromisso da missão é muito realista falando de condições de vida, miséria, abandonados, excluídos... E no n. 360 o título é bem categórico e confirmador da perspectiva que vimos apresentando, que a missão não deve ser esvaziada com uma falsa espiritualização da mesma, mas deve atingir "todo o homem e o homem todo" (Paulo VI). "Necessitamos que cada comunidade

cristã se transforme num poderoso centro de irradiação da vida em Cristo” (DA, 2007, n. 362, p. 166). “Uma comunidade insensível às necessidades dos irmãos e à luta para vencer a injustiça é um contra-testemunho e celebra indignamente a própria liturgia” (CNBB, 2003, n. 199, p. 117).

Não pensemos em quitar esse compromisso só com “caridade” e obras assistenciais. “A misericórdia sempre será necessária, mas não deve contribuir para criar círculos viciosos que sejam funcionais para um sistema econômico iníquo. Requer-se que obras de misericórdia sejam acompanhadas pela busca de verdadeira justiça social” (DA, 2007, n. 385, p. 175).

Estas afirmações nos levam a concluir que esta dimensão é a prioridade das prioridades, razão de ser da Igreja e fim último de toda a Pastoral. O resto é mediação. Elas resumem e refletem a formulação dos lineamentos da exigência intrínseca do Serviço, elaborados pela CNBB. E se insere harmoniosamente na prioridade aprovada pela assembléia: “**promoção da vida e ação social**”. No planejamento, este objetivo se desdobra em vários projetos práticos e específicos que resultam na sua consecução. São projetos abrangidos pela exigência do Serviço, já comentado.

2. O missionário evangelizador e a percepção do próximo

Esta é mais uma orientação diretiva. Ter os pés no chão. Ver e perceber o outro. Chegar perto, tornando-o próximo. *Quem é meu próximo?* Onde ele está? A Ação Evangelizadora não pode ser utópica e atemporal. Requer atitude. Viu!: “... viu, aproximou-se, sentiu compaixão e curou-lhe as feridas”. Nosso lema.

Aqui se insere o “Ver” do Plano de Ação Evangelizadora, já contemplado na primeira parte deste documento. É sumamente recomendável e exigido que não se perca de vista esta primeira parte do plano, com destaque para a contribuição do Professor Dr. Jaime Trintin. É preciso sair do âmbito assistencial e avançar no da transformação das estruturas e “ordenar as realidades temporais para pô-las a serviço da instauração do Reino de Deus” (DP 789).

3. Uma igreja humilde e capaz do diálogo e da colaboração

“Quem não é contra vós é por vós” (Lc 9,50). Ter consciência de que a Igreja instituição não tem monopólio de ser instrumento da ação salvadora de Deus no mundo e de que “o fato de ser discípulos missionários... leva-nos a assumir evangelicamente as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e a trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano” (DA, 2007, n. 384, p. 174). Sobre tudo,

porque os principais recursos de promoção de justiça, da paz e do desenvolvimento não estão nas mãos da Igreja, mas sim da sociedade. Não que ela se omita em pôr a mão na massa, mas ela atua muito mais no âmbito da crítica (oferecer critérios), como o crítico de arte: ele mesmo não pinta, mas aprova, corrige e “anima” a execução da obra; o técnico não joga, mas idealiza e avalia toda a jogada.

4. Os membros dessa Igreja: missionários, mas antes discípulos

O último horizonte da Igreja é a missão. E compreendido o desafio da missão de levar e dar a vida, ele nos obriga a pensar num estágio antecedente da missão, o discipulado. “Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e adequado acompanhamento...” (DA, 2007, n. 212, p. 102). Missionário robusto é o discípulo maduro que percorreu as etapas do Anúncio e da Formação.

Além dos dons e carismas com os quais Cristo dotou a Igreja, deve-se “equipá-la” com organismos e instrumentos práticos, de modo que ela possa oferecer os meios necessários para que seus membros percorram um itinerário espiritual, rumo à missão. As paróquias devem oferecer suporte à **primeira etapa ou primeiro passo** para que aconteça o encontro marcante com Jesus Cristo e a conversão. Precioso material e orientações para esse momento é o Ritual para Iniciação Cristã de Adultos. É também normativo para a Ação Evangelizadora. “... é necessário propiciar o encontro com Cristo que dá origem à iniciação cristã... Sem o querigma, os demais aspectos desse processo estão condenados à esterilidade” (DA, 2007, n. 278, p. 129).

“O acontecimento Jesus Cristo é, portanto, o início desse sujeito novo que surge na história e a quem chamamos discípulo: ‘Não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande idéia, mas através do encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida, e com isso, uma orientação decisiva’” (DA, 2007, n. 243, p. 114).

A pessoa convertida deve amadurecer constantemente no conhecimento, no amor e no seguimento de Jesus. Ao prosseguir no **segundo passo, o do discipulado**, ela se aprofunda no mistério do Mestre e sua pessoa. Para isso, são de fundamental importância a catequese permanente e a vida sacramental (cf. DA, 2007, n. 278, p. 129).

Avançando no processo, esse discípulo experimentará o apoio da **comunidade**. Afirma Aparecida: não pode existir vida cristã fora da comunidade: nas famílias, nas paróquias, nas comunidades de base (cf. n. 278) e confirma Medellín: “A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve

encontrá-la na comunidade de base" (Medellín, n. 10).

Nesse espaço aberto se insere e se justifica a proposta da Arquidiocese referente à escolha da prioridade das CEBs e a proposta de Aparecida, em continuidade com documentos anteriores, de fazer das paróquias uma rede de comunidades. Nelas se desenvolvem as dimensões internas da Igreja, desde as estruturas de coordenação e unidade, passando pela catequese, liturgia, díizimo... até a social, já descrita. Por isso, elegemos também como prioridade a *"organização das paróquias em redes de CEBs e outras pequenas comunidades"*. Confram-se *Lugares de encontro com Jesus Cristo* (DA, 2007, n. 246ss., p. 115ss).

5. A identidade do missionário

O discípulo não tem uma missão; em Cristo, ele é a missão. Eu sou o caminho, a verdade e a vida. Como o Pai me enviou, eu vos envio. "Como não podemos separar Jesus de sua missão salvífica, também não podemos conceber um cristão que não colabora no anúncio e na realização do Reino de Deus na história humana" (CNBB, 2008, n. 57, p. 51). Essa missão é, por consequência, parte integrante da identidade cristã.

6. O protagonismo dos leigos

Hoje a evangelização não pode ser realizada sem a participação dos leigos, já dizia o papa João Paulo II. Devem ter participação ativa, criativa e responsável, não só na fase de execução, mas também de elaboração do planejamento da Ação Evangelizadora. "Isso exige, da parte dos pastores, maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o 'ser' e o 'fazer' do leigo na Igreja" (DA, 2007, n. 213, p. 103). Não podem ser considerados meros "ajudantes na pastoral", mas titulares no seu âmbito; não são delegados do padre, mas "derivam o dever e o direito do apostolado de sua união com Cristo Cabeça. Pois inseridos pelo batismo no Corpo Místico de Cristo, pela confirmação robustecidos na força do Espírito Santo, recebem do próprio Senhor a delegação ao apostolado" (AA 3).

Sua missão própria e específica se realiza no mundo, de tal modo que, com seu testemunho e sua atividade contribuam para a transformação das realidades e para criação de estruturas justas, segundo critérios do Evangelho (cf. DA, 2007, n. 210, p. 102). Porém, exercem legitimamente outros serviços e colaboração no interior da comunidade.

Conclusão

O Evangelho é sempre atual. A missão de evangelizar é nossa: "Ide e pregai o Evangelho a todos", fazei discípulos apaixonados, missionários entusiasmados a serviço da vida e da vida em plenitude para todos. Cientes de nossos limites, mas confiantes de que a Obra é de Deus, nós, seus operários, renovamos a nossa confiança n'Ele e nos colocamos a seu serviço na certeza de que "um é que semeia, outro é o que colhe". Sob a luz do Espírito que sopra onde e como quer desejamos ser uma Igreja verdadeiramente samaritana a serviço da vida.

2ª PARTE: LUZES DO DOCUMENTO DE APARECIDA PARA ORIENTAR NOSSA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE E NOSSAS AÇÕES PASTORAIS

Na preparação para a nossa 22ª Assembléia Arquidiocesana, tivemos o privilégio de ser assessorados pelo Pe. Agenor Brighenti. Ele é doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade de Lovaina, professor de teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina e na Universidade Pontifícia do México, Presidente do Instituto Nacional de Pastoral da CNBB e foi perito do CELAM na Conferência de Santo Domingo e da CNBB em Aparecida. Ele trabalhou com os padres, diáconos permanentes, religiosos(as) e com os membros do Conselho Arquidiocesano da Ação Evangelizadora, no dia 19 de maio de 2008. O conteúdo todo se referiu às suas apreciações sobre o Documento de Aparecida. Suas contribuições foram muito valiosas e nós as disponibilizamos através de textos dele, inclusive já publicados em revistas e livros.

1. PRIMEIRO TEXTO:

A PROPOSTA DE APARECIDA

Agenor Brighenti

Comparada ao seu processo oficial de preparação, levado a cabo em uma perspectiva pré-conciliar, a Conferência de Aparecida foi uma grata surpresa. O Documento apresenta uma proposta desafiadora.

I - O PONTO DE PARTIDA:

Uma realidade que nos interpela, pois contradiz o Reino de Vida

Para os Bispos, as condições de vida dos milhões e milhões de abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e sua dor, contradizem o projeto

do Pai e desafiam os cristãos a um maior compromisso em favor da cultura da vida. O Reino de vida, que Cristo veio trazer, é incompatível com estas situações desumanas (358). Estamos imersos em um processo de globalização excludente, que afeta os setores mais pobres, gerando novos rostos da pobreza. Já não se trata do fenômeno da opressão, mas de algo novo, da exclusão social. Os excluídos não são somente "explorados", mas "supérfluos" e "descartáveis" (65). Subordina-se inclusive a preservação da natureza ao desenvolvimento econômico (66).

II - O PONTO DE CHEGADA:

A vida em plenitude para a pessoa inteira e para nossos povos

A cultura de morte, que marca nossa situação, não tem a última palavra. Deus tem um plano para a obra da Criação e para a humanidade, em especial aos mais pobres, que é seu Reino de Vida. Fazer sua vontade é engajar-se na continuação da obra de seu Filho, colocando-se ao serviço da "vida em plenitude" para as pessoas e para nossos povos.

- *A serviço da vida plena das pessoas:* uma promoção humana, que leve à autêntica libertação, integral, abarcando a pessoa inteira e todas as pessoas, fazendo-as sujeito de seu próprio desenvolvimento (399).
- *A serviço da vida plena de nossos povos:* Deus, em Cristo, não redime só a pessoa individual, mas as relações sociais entre os seres humanos (359). A fé cristã deverá engendrar padrões culturais alternativos para a sociedade atual (480). A promoção da vida plena em Cristo nos leva a assumir evangelicamente as tarefas prioritárias que contribuem com a dignificação de todos os seres humanos e, para isso, a trabalhar junto com as demais pessoas e instituições (384), fazendo dos pobres sujeitos de mudança e de transformação de sua situação (394), evitando o paternalismo (397), no diálogo com as ciências (465), cuidando da ecologia (474); inculturando o Evangelho (479), de modo particular no mundo urbano (501) e na vida pública (509).

III - EXIGÊNCIA:

Uma igreja em estado permanente de missão

Isso exige:

- *Desinstalar-se.* A Igreja, para ser toda ela missionária, necessita desinstalar-se de seu comodismo, estancamento e tibieza, à margem do sofrimento dos pobres do Continente (362).

- *Que cada comunidade seja um centro irradiador da vida.* Que cada comunidade cristã se converta em um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo. Esperamos um novo Pentecostes que nos livre do cansaço, da desilusão, da acomodação onde estamos (362).

- *Que a missionariedade impregne a Igreja inteira.* Esta firme decisão missionária de promoção da cultura da vida deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastoral, em todos os níveis eclesiais, bem como toda instituição eclesial, abandonado as ultrapassadas estruturas. (366)

- *Passar da pastoral de conservação a uma pastoral missionária.* A conversão pastoral de nossas comunidades exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária (370).

IV - IMPLICAÇÕES:

Uma conversão pastoral e renovação eclesial

Diante de uma realidade que contradiz o Reino de Vida de Jesus Cristo, a exigência de constituir-se em uma Igreja em permanente estado de missão, implica:

- *Renovação eclesial.* Todos estão chamados a assumir uma atitude de permanente conversão pastoral (365), pois a ação eclesial não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. Diante das transformações sociais e culturais, está a necessidade de uma renovação eclesial, que envolve reformas espirituais, pastorais e também institucionais (367).

- *A setorização das paróquias.* Levando em consideração as dimensões de nossas paróquias, é aconselhável a setorização das paróquias em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e coordenação, que permitam uma maior proximidade às pessoas e grupos que vivem na região. É recomendável que os agentes missionários promovam a criação de comunidades de famílias, que fomentem colocar em comum sua fé e as respostas aos seus problemas (372).

- *Uma ação pastoral pensada.* O plano pastoral diocesano, caminho de pastoral orgânica, deve ser uma resposta consciente e eficaz, para atender às exigências do mundo de hoje, com indicações programáticas concretas, objetivos e métodos de trabalho. Os leigos devem participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução (371).

- *Assumir a nova pobreza.* A globalização faz emergir em nossos povos, novos rostos de pobres (402). Os excluídos não são somente “explorados”, mas “superfluos” e “descartáveis” (65). A pastoral social deve dar acolhida e acompanhar os excluídos (402).

- *O protagonismo das mulheres.* Impulsionar uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres; garantir a efetiva presença da mulher nos ministérios que a Igreja confia aos leigos, assim como nas esferas de planejamento e decisão (458).

- *Uma renovada pastoral urbana.* Faz-se necessário um estilo de pastoral adequado à realidade urbana em sua linguagem, estruturas, práticas e horários; um plano de pastoral, orgânico e articulado, que incida sobre a cidade, em seu conjunto; estratégias para chegar aos condomínios fechados, prédios residenciais e favelas; uma maior presença nos centros de decisão da cidade, tanto nas estruturas administrativas como nas organizações comunitárias (518).

- *A presença nos novos espaços.* É preciso continuar semeando os valores evangélicos nos ambientes onde se faz cultura e nos novos lugares: o mundo das comunicações, da cultura, das ciências e das relações internacionais (491).

IV - ITINERÁRIO:

Uma caminhada, em quatro etapas, à luz da opção preferencial pelos pobres

Para responder à exigência de constituir-se em uma Igreja em permanente estado de missão e suas implicações, é preciso, na Igreja hoje, percorrer um caminho, em quatro etapas (226):

- 1º. *Experiência pessoal de fé:* pelo encontro pessoal com Jesus Cristo, que leva a uma conversão pessoal e a uma mudança de vida integral;

- 2º. *Vivência comunitária:* onde cada um seja acolhido pessoalmente e se sinta valorizado, visível e eclesialmente incluído, membro da comunidade e co-responsável nela;

- 3º. *Formação bíblico-teológica:* aprofundar o conhecimento da Palavra de Deus e os conteúdos da fé;

- 4º. *Compromisso missionário de toda a comunidade:* cada comunidade cristã convertida em um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo (362), no mundo da cultura (479-480), da comunicação social (485-490), nos centros de decisão (491-500) e na vida pública (501-508).

2. SEGUNDO TEXTO:

CRITÉRIOS PARA A LEITURA DO DOCUMENTO DE APARECIDA O PRE-TEXTO, O CON-TEXTO E O TEXTO

Agenor Brighenti

No momento da elaboração destas reflexões, não contamos ainda com a publicação oficial do *Documento de Aparecida*, o qual, a após o término da Va. Conferência, foi enviado a Roma, para a aprovação do Papa. Dispomos apenas do texto produzido pela Assembléia, que embora certamente não vá sofrer alterações, entretanto, não nos autoriza fazer análises do conteúdo do mesmo. Dada a premência do calendário desta Revista¹, o que nos propomos aqui, então, é contribuir com a preparação dos leitores em uma boa interpretação e “recepção”² do Documento.

Uma adequada leitura e recepção do texto que está chegando, entre outros, implica determinados critérios de interpretação, que nos vêm das ciências hermenêuticas. A hermenêutica é a condição do ser humano. A razão é interpretativa, situando-se na dialética entre a compreensão apontada pela explicação e a explicação apontada pela interpretação. Entretanto, ainda que a razão seja inevitavelmente interpretativa, marcada pela subjetividade, nem por isso estamos autorizado a passar por cima da objetividade do texto, desvinculando-o de seu contexto e de seus autores. Se isso fosse pouco, também é preciso levar em conta que o evento da Va. Conferência é muito mais amplo e complexo do que o documento por ela produzido. O texto, que é um bom texto, é muito menor do que a Conferência, inclusive do que foi a própria Assembléia em Aparecida, pois ficou muito aquém de seus participantes, por razões que veremos na sequência³. Assim sendo, a porta de entrada no Docu-

¹ Artigo publicado na Revista ADITAL, Agência de Informação Frei Tito para América Latina, disponível em <http://www.adital.com.br/Site/noticia.asp?lang=PT&cod=29230>.

² A “recepção” como realidade eclesiológica é um conceito de Y. Congar, entendida como “o ato pelo qual o povo cristão (...) reconhece seu bem e reconhece que uma decisão é para ele uma contribuição de vida”, cf. *La réception comme réalité ecclésiologique*, in RSPT 56 (1972) 369-403, aqui, p. 370.

³ Soma-se aos filtros e controles havidos em relação à Assembléia, a dificuldade de se redigir um documento em três semanas, entre quase trezentos participantes de tendências e sensibilidades distintas, partindo-se da estaca zero. Também faz parte do controle ao que nos referimos, o fato de nenhuma das cinco Conferências ter sido autorizada a trabalhar a partir de um “Documento de Trabalho”, com exceção da Conferência de Medellín, o que explica também seu magnífico texto. Não que os bispos sejam incapazes de um bom documento, mas é que não há tempo para elaborar um texto melhor. O bom documento de Aparecida é mais um milagre do que fruto de boas condições de trabalho. Justifica-se que, como se trata de uma assembléia de bispos, caso se partisse de um documento de trabalho, o documento final não seria de seus autores, mas de todo o Povo de Deus e, na Conferência, trabalham os bispos, o que não é verdade. Por exemplo, mais da metade dos participantes da Va. Conferência, em Aparecida, não eram bispos, que não tinham voto, é verdade, mas tiveram voz e foi parte integrante e decisiva do documento final. A Conferência de Medellín, ao contrário, teve um documento de trabalho, que foi ponto de partida. Mas, aí dizem que não foi um documento dos bispos, mas dos teólogos. Que mal tem se os teólogos propõem reflexões proféticas e inspiradoras aos bispos? Talvez, ainda por cauda disso, os teólogos, em Aparecida, estiveram mais presentes e atuantes fora do que dentro da Assembléia.

mento de *Aparecida* é o próprio texto, entretanto, sua interpretação e compreensão implica situá-lo no amplo contexto da preparação e realização da Va. Conferência, no seio do qual ele foi gerado.

Para simplificar a questão, fugindo dos meandros de uma abordagem acadêmica, o que apresentaremos a seguir são apenas alguns critérios contextualizados, a serem levados em conta na leitura do *Documento de Aparecida*. Eles aparecerão agrupados, em torno aos três pólos que compõem a tarefa de interpretação de qualquer texto – o “pré-texto” (a conjuntura do texto), o “con-texto” (os autores ou co-autores do texto) e o texto (o documento em si). Entretanto, como acenamos, não vamos ficar no nível dos princípios teóricos, mas procuraremos aterrizá-los no evento da Va. Conferência, em seu “antes”, “durante” e “depois”. Para fundamentar e justificar os critérios que iremos elencando, vamos fazer algumas citações do Documento em notas de rodapé, na versão da Assembléia, em *Aparecida*.

1. O “pré-texto” do Documento de Aparecida

A cabeça pensa onde estão os pés; pelo menos quando se pensa de maneira indutiva, buscando fazer com que o pensar tenha um impacto sobre a realidade em que se está. Foi o que aconteceu em torno à elaboração do *Documento de Aparecida*. A conjuntura do texto, além de torná-lo possível, dá as balizas que norteiam para o caminho que o leitor precisa percorrer, para interpretá-lo de modo adequado⁴.

Na leitura do *Documento de Aparecida*, com relação ao “pré-texto” do texto, é preciso ter presente dois momentos distintos. O primeiro, o “antes” do texto, que consistiu em todo o processo de preparação: a definição do tema e do lugar de realização da Va. Conferência, as inúmeras reuniões preparatórias, a elaboração de textos em torno ao tema em questão, os estudos e contribuições das comunidades eclesiais e outros sujeitos etc. O segundo momento é o “durante” do texto do *Documento de Aparecida*, que esteve composto: do evento da assembléia, com suas celebrações e debates, o exercício da colegialidade e da fraternidade episcopal, dos eventos realizados em torno à Basílica e dos procedimentos na elaboração de um texto. O “antes” e o “durante” conformam o contexto histórico e vivencial do texto, que sem a devida explicitação e conhecimento, torna impossível a tarefa hermenêutica.

O processo de preparação

Para a leitura do *Documento de Aparecida*, deve-se começar pela toma-

⁴ Neste primeiro item, não vamos fazer uma abordagem do contexto propriamente dito da Conferência de Aparecida. Não há espaço, aqui, e nem é o caso ao que nos propomos. Aproveitando o privilégio de ter participado do evento como perito da CNBB e, também, consciente do dever de partilhar o vivido para que os leitores possam ler melhor o texto, isso será objeto de um outro artigo, já em elaboração.

da de consciência do processo de preparação da Va. Conferência, que influenciou na elaboração do texto final. No momento do “antes” do texto, estão os vários elementos já aludidos. Não vamos abordá-los todos. Limitemo-nos ao mais significativo, que foram as contribuições das comunidades eclesiais e de outros organismos e instituições de Igreja no Continente, como resposta ao *Documento de Participação*. No Brasil e, como via de regra, em outros países, essas contribuições foram recolhidas, primeiro pelas Igrejas Locais, segundo, foram agrupadas nos Regionais da CNBB e, finalmente, compiladas pela Conferência Nacionais dos Bispos e enviadas ao CELAM. No período de preparação, em direção quase oposta ao espírito destas contribuições, estiveram os *Documentos de Participação* e o texto de “*Síntese das Contribuições Recebidas*”, elaborados pelo CELAM. O primeiro, como atestam as contribuições oriundas das comunidades eclesiais e outros organismos de Igreja, praticamente não foi recebido pela Igreja no Continente e, o segundo, em grande medida, não recolheu as contribuições das Igrejas Locais, como era sua função. As contribuições do Brasil, por exemplo, estão quase que ausentes na *Síntese das Contribuições Recebidas* do CELAM.

Entretanto, em sua grande maioria, os delegados da Va. Conferência, em *Aparecida*, se comportaram verdadeiramente como delegados de suas comunidades e chegaram à Assembléia, carregados das “alegrias e as esperanças, das tristezas e as angustias” (GS 1), expressadas por seu povo⁵. O texto da CNBB com as “Contribuições da Igreja no Brasil”, por exemplo, influenciou uma série de textos prévios à Conferência, como também circulou entre os atores da Assembléia, causando talvez até mais impacto sobre os delegados de outros países, do que sobre os bispos delegados do Brasil⁶. Além deste, o subsídio produzido pelos Bispos do Brasil, em sua Assembléia Geral realizada na semana anterior, também fez parte dos textos que circularam, elaborados, sobretudo, por teólogos assessores externos, em tono à Ameríndia⁷. A CNBB goza de grande prestígio no Continente, ainda que continue mal compreendida ou mesmo temida por certas instâncias da Igreja.

Inseridos em um momento de crise

⁵ Sentiu-se isso, sobretudo quando a Assembléia começou ouvindo os 22 presidentes das Conferências Episcopais do Continente e os representantes dos diversos segmentos de delegados e convidados presentes. Neste momento, deu para “medir o pulso da Assembléia” e já se constatou que era menos conservadora do que se esperava. E que, portanto, dado o espírito da conduta dos que coordenaram a etapa de preparação da Conferência em nível continental, haveria debate ou pelo menos tensões na Assembléia.

⁶ O grupo de Bispos delegados do Brasil era bastante heterogêneo, limite que somado a uma falta de figuras catalisadoras, não permitiu uma atuação mais consertada e consensual.

⁷ A “Ameríndia” é uma rede de católicos, composta por teólogos e agentes de pastoral, presente com grupos em todos os países do Continente, organizado por Regiões e em nível continental, e que se propõe manter viva a tradição latino-americana, presente, entre outros, na teologia da libertação, nas CEBs e na memória dos mártires das causas sociais.

Um segundo critério a ser levado em conta em relação ao “pre-texto” do texto do *Documento de Aparecida* é o momento atual de crise. Temia-se por um documento final permeado de “certezas”, em um mundo incerto e em crise de identidade pessoal, coletiva e institucional. Mas, não. A Va. Conferência colocou em evidência as “grandes mudanças” pelas quais passamos⁸, denunciou os que assumem posições eclesiológicas e doutrinárias anteriores ao Vaticano II⁹ e convidou os cristãos a assumir a cultura atual, ainda que marcada por contradições e ambigüidades¹⁰. Pois, com a desculpa de que o mundo mudou, certos segmentos da Assembléia propunham a necessidade de “virar a página”. Só que o faziam, virando a página “para trás”, assumindo posições pré-conciliares. A Conferência de Aparecida virou a página “para frente”, não tantas e certamente nem todas as páginas necessárias, mas as suficientes para nos situarmos, como Igreja, no mundo de hoje e caminharmos juntos, com toda a humanidade¹¹.

Todos sabemos que o Concílio Vaticano II passa por uma crise de recepção e, que isso, se deve sobretudo à dificuldade de muitos em deixar para trás a cristandade e entrar na era da modernidade, com sua autonomia do temporal e das ciências, em um mundo pluralista e diversificado. Entretanto, a Conferência de Aparecida sepultou a cristandade, como já o havia feito o Concílio, calando as vozes que fazem eco de um passado sem retorno. Lançar-se no risco da convivência com o diferente e o emancipado da tutela da Igreja, é a única garantia de futuro.

A reafirmação da tradição latino-americana

Um terceiro elemento a ter presente na leitura do *Documento de Aparecida* é que, contra todo diagnóstico, sobretudo fundado na posição assumida pelo *Documento de Participação* e o texto de *Síntese das Contribuições Recebidas*, a Conferência de Aparecida reafirmou e reassumiu a tradição latino-americana. O texto final reafirma e radicaliza a opção preferencial pelos pobres¹²;

⁸ “Os povos da América Latina e o Caribe vivem hoje uma realidade marcada por grandes mudanças, que afetam profundamente suas vidas...” (DA, 33), com “consequências em todos os âmbitos da vida social, impactando a economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e, também, naturalmente, a religião” (DA, 35).

⁹ “Lamentamos certo clericalismo, algumas tentativas de voltar a uma eclesiologia e espiritualidade anteriores ao Concílio Vaticano II...” (DA, 109).

¹⁰ “Muitos católicos se encontram desorientados diante desta mudança cultural... Entretanto, o Evangelho não pode prescindir da cultura atual. Esta deve ser conhecida, avaliada e, em certo sentido, assumida pela Igreja, como uma linguagem compreendida por nossos contemporâneos” (DA, 499).

¹¹ “Ser discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nossos povos, Nele, tenham vida, nos leva a assumir evangelicamente e, a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem com a dignificação de todo o ser humano e a trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano” (DA, 398).

¹² “Hoje, queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres, feita nas Conferências anteriores. Para que seja preferencial, deve perpassar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais” (n. 410).

reassumiu as CEBs, com *Medellín*, como “célula inicial da estrutura eclesial”¹³; retomou o método indutivo, de leitura da Palavra revelada e de compromisso pastoral em sintonia com os desafios da realidade, o método da Ação Católica ver-julgar-agir¹⁴; e, reafirmou a necessidade de uma mudança, simultânea, da pessoa e das estruturas da sociedade, como condição para uma sociedade justa¹⁵. Um posicionamento impensável na conjuntura eclesial atual, em que parecia tomar força a tendência eurocentrista, marcadamente pré-conciliar.

Diferente de *Santo Domingo*, os segmentos desta tendência presentes na Assembléia, chegaram a Aparecida, golpeados pela situação crítica da Igreja na Europa, que praticamente agoniza¹⁶. A Europa é um estado sem nação, sem alma, imersa no consumismo e empenhada em ex-culturar as últimas raízes cristãs¹⁷. E, como falta à Igreja, naquele Continente, condições para um testemunho profético, ela encontra-se prostrada, sem interlocutores. Já a Igreja católica na América Latina, apesar de estar imersa também em um contexto de crise e com sangria de seguidores para outros grupos religiosos, abarca ainda quase 80% da população e conta com uma imensa malha capilar de pequenas comunidades vivas, de organizações que fazem dos pobres sujeitos de uma sociedade justa e solidária. Isso faz da Igreja entre nós, a instituição ainda de maior credibilidade e influência na sociedade. Nesta perspectiva, contrariamente ao *Documento de Participação* e o texto de *Síntese das Contribuições Recebidas*, o *Documento de Aparecida* assumiu a herança dos mártires das causas sociais, denominando-os “nossos santos, ainda não canonizados”¹⁸.

Um posicionamento crítico diante da globalização, mas sem ir às causas

Há um quarto elemento do “pre-texto” do texto do *Documento de Aparecida* a ser levado em conta. Embora reconhecendo valores no atual processo de mundialização, juntamente com o Papa Bento XVI, a Conferência de Apa-

¹³ “Queremos decididamente reafirmar e dar novo impulso à vida e missão profética e santificadora das CEBs, no seguimento missionário de Jesus” (DA, 194). “Elas recolhem a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (cf. At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização” (DA, 193).

¹⁴ “... nos sentimos interpelados a discernir os ‘sinais dos tempos’, à luz do Espírito Santo, para nos colocarmos ao serviço do Reino...” (DA, 33).

¹⁵ “... é tarefa essencial da evangelização, que inclui a opção preferencial pelos pobres, a promoção humana e a autêntica libertação cristã” (DA, 161). A promoção da vida plena em Cristo, “nos leva a assumir evangelicamente e a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem à dignificação de ser humano inteiro”. [...] Urge criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política, na qual não haja falta de equidade, mas possibilidades para todos” (DA, 398).

¹⁶ Em países católicos como a Bélgica e a França, a frequência dominical nos templos se resume a umas dezenas de pessoas idosas e 80% dos padres têm mais de 65 anos. Nas Dioceses, são dezenas as paróquias sem padre.

¹⁷ A primeira secularização da modernidade significou uma desconfessionalização dos valores cristãos, assumidos pela sociedade emancipada, como autênticos valores humanos. Hoje, há uma segunda secularização, mais radical, pois significa apagar da cultura europeia as últimas raízes do cristianismo, presente em determinados valores humanos.

¹⁸ “Queremos o testemunho corajoso de nossos santos e santas e de quem ainda sem terem sido canonizados, viveram com radicalidade o evangelho e entregaram sua vida por Cristo, pela Igreja e pelo povo” (DA, 98).

recida adotou um posicionamento crítico em relação à globalização econômica, que hoje se dá pela hegemonia do mercado¹⁹, no seio do sistema neoliberal. A globalização abre novas possibilidades para alguns, mas fecha portas para a grande maioria da população²⁰. Ela é a responsável pelos novos rostos da pobreza²¹, os quais, mais que empobrecidos, são esquecidos, descartáveis, dos quais o mercado prescinde²².

Entretanto, ainda com este profético posicionamento crítico, não houve condições de ir às raízes da exclusão, ligando-a com o sistema liberal-capitalista atual, por mais que muitas Comissões e as Subcomissões Temáticas insistissem²³. Na verdade, trata-se de uma postura em estreita relação com a posição da Doutrina Social da Igreja, que desde a primeira hora, acertadamente condenou o sistema coletivista marxista, mas nunca condenou o sistema liberal-capitalista. No fundo, se pensa que o sistema é reformável, possível de ser sanado, quando é urgente deslegitimá-lo, pois professa intrinsecamente, como disse Puebla, um ateísmo prático. No fundo, se pensa que mercado e democracia são criações do capitalismo, quando, na realidade, não só nasceram antes dele, como foram por ele desvirtuados. A Igreja, infelizmente, ainda não acordou para as consequências drásticas do sistema capitalista-liberal, sobretudo no campo cultural, como é o franco processo de exacerbação do individualismo, a mercantilização das relações humanas e a fragmentação do tecido social. O sistema liberal capitalista, a longo prazo, na medida em que impede uma real experiência comunitária, acabará inviabilizando o cristianismo. Em certa medida, isso já está acontecendo na Europa, onde a Igreja já renunciou buscar ser comunidade, resignando-se a manter a fé no coração das pessoas. Entretanto, sem comunidade não há Igreja, e mais, não há fé cristã.

Uma boa leitura da realidade eclesial, mas sem autocritica histórica

Com relação à realidade eclesial, o *Documento de Aparecida* fez uma boa análise da situação atual da Igreja, identificando com clareza e profetismo os desafios para a evangelização no Continente. Ele apresenta um elenco de luzes e sombras, restritas, entretanto, ao momento presente. Não houve meio de fazer entrar no texto final uma autocritica da trajetória histórica da

¹⁹ "Na globalização, a dinâmica do mercado absolutiza com facilidade a eficácia e a produtividade como valores reguladores de todas as relações humanas, [...] transformando-a "em um processo promotor de iniquidades e injustiças múltiplas" (DA, 61).

²⁰ "... o Papa também assinala que a globalização 'comporta o risco dos grandes monopólios e de converter o lucro em valor supremo' (DA, 60).

²¹ No número 65, o Documento de Aparecida nomeia: as comunidades indígenas e afro-americanas, mulheres excluídas, jovens, desempregados, migrantes, crianças prostituídas, milhões de pessoas e famílias que passam fome, dependentes de drogas, vítimas da violência, idosos e presidiários.

²² "Os excluídos não são somente 'explorados', mas 'sobrantes' e 'descartáveis'" (DA, 65).

²³ O atuante Dom Demétrio Valentini, que praticamente coordenou a redação da análise da realidade social na Comissão Temática, viu suas repetidas inclusões desta cláusula, sistematicamente eliminadas.

Igreja no Continente. A este respeito, o *Documento de Participação* se limitava a identificar as luzes. O texto de *Síntese das Contribuições Recebidas*, nem isso, pois simplesmente ignorou o passado. E *Aparecida* também. Foram elaboradas a respeito, várias emendas ao texto, mas não foram acolhidas pela Comissão de Redação, não se sabe se por critério seu ou de outras instâncias²⁴. Com relação à Assembléia de Aparecida, ainda que indiretamente, talvez o Papa tivesse a ver com isso, devido à sua postura no Discurso Inaugural. Bento XVI falou de que "o anúncio de Jesus e de seu Evangelho não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura estranha". Diante da forte reação, sobretudo dos indígenas e negros, o Papa, desde Roma, reconheceu que "a lembrança de um passado glorioso não pode ignorar as sombras que acompanharam a obra da evangelização do continente latino-americano, (...) os sofrimentos e as injustiças que os colonizadores infligiram à população indígena, frequentemente pisoteadas em seus direitos fundamentais (...), condenados, já então, por missionários como Bartolomeu de Las Casas e teólogos como Francisco de Vitória". Quer dizer, houve sombras, mas provieram dos colonizadores e que a Igreja condenou. Aí ficou muito difícil abordar a questão no Documento. É lamentável que se tenha perdido uma oportunidade histórica para sanar a dívida que a Igreja no Continente tem para com os indígenas e os negros. Já houve pedidos de perdão, mas têm sido muito tímidos. O mais explícito, ainda, tem sido o pedido feito pela CNBB em Porto Seguro, por ocasião da celebração dos quinhentos anos de evangelização no Brasil, ainda que tardio.

2. O "con-texto" do Documento de Aparecida

Para uma adequada leitura de um texto, além do "pre-texto", é preciso tomar em conta, também o seu "con-texto", isto é, os seus autores e co-autores, que estão estreitamente unidos ao texto. Compreende-se melhor um texto, quando se conhece quem foram seus autores e se sabe com quem interagiram e como trabalharam. E, mais que isso, na medida em que, quem lê um texto o relê, cria novos sentidos, até os "receptores" de um texto também são "con-texto" do texto. Por razões de espaço, limitemo-nos, aqui, aos autores mais diretos, deixando de lado os leitores, enquanto receptores.

A voz dos Bispos, enriquecida pela voz de convidados

Para entender o texto do *Documento de Aparecida*, um primeiro critério

²⁴ Talvez não proveniente da Presidência do CELAM, que embora fosse mais conservadora do que a Assembléia, era muito mais aberta do que a Comissão de Redação, apesar desta estar composta por algumas pessoas sintonizadas com a tradição latino-americana.

relativo ao “con-texto” do texto é que se trata de um Documento do Magistério latino-americano dos Bispos, assumido e aprovado por eles, que eram os únicos que tinham poder de voto, mas que estritamente não foi redigido somente por eles. As Conferências Episcopais da América Latina e o Caribe, aparentemente são assembleias só de Bispos e, conseqüentemente, somente eles seriam os autores dos documentos por elas produzidos. Não é bem assim.

No caso da Assembleia de Aparecida, mais da metade de seus integrantes esteve composta de não-bispos²⁵, que não tinha vez, mas tinha voz, falou muito e foi ouvida. Tanto é verdade que, alguns Bispos ciosos de seu território, em algumas oportunidades se queixaram que, nas Comissões Temáticas, havia mais não-bispos do que bispos. Muitos outros, ao contrário, se alegraram desta presença e souberam estabelecer um processo interativo entre todos.

Ao lado desses autores Bispos e não-bispos presentes na Assembleia de Aparecida, no “con-texto” do Documento, também não se pode esquecer das milhares de pessoas que participaram do processo de preparação, enviando sugestões ou elaborando textos de reflexão. Através de seus delegados, ainda que indiretamente, foram vozes que também se fizeram ouvir no seio da Assembleia. Por isso, é verdade que o *Documento de Aparecida* é um texto do Magistério dos Bispos, pois foram eles quem o aprovaram, mas não foram só eles que o elaboraram e, portanto, não são seus únicos autores. O mesmo se pode dizer do Concílio Vaticano II, impensável sem as intuições dos movimentos que o prepararam e os teólogos que o processaram. Por isso, não é forçado afirmar que o *Documento de Aparecida* é um texto da Igreja na América Latina e no Caribe, assumido e aprovado pelos Bispos, mas elaborado por toda uma assembleia que não era composta só de Bispos, por sua vez, em interação com uma multidão de pessoas que participou do processo da preparação da Va. Conferência. É neste “con-texto” que deve ser lido o texto.

Uma Assembleia em interação com atores externos

Para entender o texto, também é preciso ter presente em relação ao

²⁵ Os 268 participantes da Assembleia se fizeram presentes nas categorias de membros, convidados, observadores e peritos. Só os membros - os cardeais (dentre eles, 12 latino-americanos), arcebispos e bispos - tiveram direito a voz e voto, em um total de 123 votantes; os demais, só tiveram voz. Os convidados eram bispos, presbíteros, diáconos permanentes, religiosos e religiosas, bem como leigos representantes de movimentos e outros organismos. Os observadores eram representantes de outras Igrejas ou denominações religiosas. Já os peritos, em número de 15, eram teólogos, que colaboraram na reflexão e na redação do Documento. Cabe registrar a presença: de membros da Cúria Romana (em número de 17), entre eles, cinco Cardeais latino-americanos (quatro se fizeram presentes); dos Presidentes, Bispos e convidados das Conferências Episcopais do Canadá, dos Estados Unidos, Espanha, Portugal, África, Europa e Ásia (em número de 12); de Superiores Religiosos Maiores (5); da Conferência dos Religiosos da América Latina - CLAR (3); de Movimentos Eclesiais (Neocatecumenal, Shalom, Comunión y Liberación, Schoenstatt, Sodalício) e Organismos de Ajuda (6).

“con-texto”, que a Conferência de Aparecida foi a primeira assembleia realizada com a presença de telefone celular e internet. Com isso, por mais que se isolasse o recinto da Assembleia do acesso de pessoas estranhas, quase que simultaneamente se podia acompanhar, do lado de fora, o que estava acontecendo dentro dela. Bastava que alguém deixasse um telefone ligado ou um *Notebook* conectado à internet. Também foi a primeira assembleia realizada em um local público, o Santuário de Aparecida, aonde acorrem diariamente milhares de pessoas e mais de 60 mil pessoas em qualquer final de semana. Assim, os bispos e demais delegados da Conferência estiveram em contato direto com os milhares de romeiros, praticantes da religiosidade popular. Além disso, o alojamento dos participantes da Assembleia, em hotéis vizinhos à Basílica, permitiu o contato com atores externos, entre eles, teólogos assessores de Conferências Episcopais Nacionais e um grande grupo de teólogos e pessoas de outros campos das ciências, reunidos pela Ameríndia. Com estes atores, também pela primeira vez, diferente das Conferências de Puebla e Santo Domingo, os teólogos presentes do lado de fora da Assembleia não trabalharam clandestinamente, ao contrário, tiveram a anuência da presidência do CELAM. Juntamente com os teólogos trazidos pelas Conferências Nacionais, a Ameríndia organizou vários encontros dos teólogos com participantes bispos, religiosos e leigos, em separado e conjuntamente, para traçar estratégias, debater certas questões e fazer determinados acordos. Foram inúmeros os textos redigidos por estes teólogos ligados à Ameríndia e outros assessores, assim como foram centenas as emendas elaboradas para melhorar o texto, em grande medida, acolhidos pela Assembleia, através da proposição de membros seus²⁶.

No “con-texto” do texto, também não se pode deixar de mencionar a força simbólica do Fórum de Participação da Va. Conferência, organizado por organismos de pastoral da Igreja no Brasil. Foram três iniciativas significativas: o Seminário Latino-americano de Teologia, realizado em Pindamonhangaba, sob a coordenação do Conselho Nacional dos Leigos (teve a participação de pessoas de todo o Brasil e de 16 países da América Latina e Europa, transmitido por internet e assistido por 27 salas no país); a Romaria

²⁶ Entre os membros da Ameríndia, coordenados por Pablo Bonavía, cabe destacar o excelente e incansável trabalho realizado pelo teólogo chileno - Pe. Sérgio Torres, o grande responsável pela ponte estabelecida entre a entidade e o CELAM. Ele destacou-se, também, pelo poder de convocação de participantes da Assembleia, que conhecia em grande parte, através de suas viagens de contato pelo Continente latino-americano, realizadas nos meses anteriores à Assembleia de Aparecida. Não se pode também deixar de registrar a contribuição valiosa entre os 28 presentes, de teólogos como Ronaldo Muñoz, Pablo Richard, Gregório Iriarte, Paulo Suess, Oscar Beozzo, Benedito Ferraro, Vera Bombonato, etc, e, de outros, contribuindo desde seus países, como Gustavo Gutiérrez, Jon Sobrino, J. B. Libânio... É intrigante, mas que instituição se daria ao luxo de deixar de fora de um evento, tão importante como a Assembleia de Aparecida, seus melhores pensadores?

das CEBs, da Pastoral Operária e da Pastoral da Juventude, de Roseiras até a Basílica de Aparecida (da meia noite às oito da manhã, com a participação de mais de cinco mil pessoas); e, a Tenda dos Mártires, montada às margens do Rio Paraíba, com celebrações, ofício das comunidades, reflexões e missa diariamente, durante as três semanas da Assembléia (a comunidade local se fez presente e vários Bispos presidiram a Eucaristia, como o Vice-presidente da CNBB, Dom Luís Vieira; no último dia, houve a grata surpresa da presença do Pe. Zezinho)²⁷.

A auto-afirmação de uma Conferência Latino-americana

Com os Sínodos Continentais, parecia que as Conferências Gerais dos Bispos da América Latina e o Caribe fariam parte de um passado glorioso. Mas, para celebrar os cinquenta anos da primeira Conferência do Rio de Janeiro, ela voltou, ainda que dois anos mais tarde. Só que, ao contrário das anteriores, ela se daria em Roma. Então o CELAM, com o apoio de quase todos os cardeais que atuam na América Latina, insistiu que a mesma se realizasse em nosso próprio chão. E assim aconteceu. Na sequência, veio a etapa de preparação, com pouca marca latino-americana, com algumas posturas pré-conciliares, sobretudo na eclesiologia, na cristologia e na missiologia. A participação das comunidades e outros organismos eclesiais fizeram ouvir sua desaprovação e a afirmação da perspectiva conciliar e da tradição latino-americana. Vieram, então, os filtros e os cerceamentos da vontade da maioria, conforme comprova o texto da *"Síntese das Contribuições Recebidas"*, que não se quis denominá-la "documento", muito menos "documento de trabalho". Houve filtros também na designação dos "convidados" dos diversos países, sobretudo em relação a teólogos. Também cabe registrar que, para a Assembléia em Aparecida, vieram 17 membros da Cúria Romana.

Entretanto, para surpresa dos segmentos mais abertos e muito mais para os conservadores, a Assembléia se fez ouvir, marcou a pauta e reivindicou suas esperanças e seus sonhos. Imaginava-se, em consequência, acirrado debate. Mas, não houve, devido, sobretudo, ao tom conciliador da presidência do CELAM. É que são outros tempos, em que se evita o confronto. Antes, calculam-se as forças e cede-se, ou para não sair perdedor ou, o que seria mais honesto, para preservar a unidade. E todos acabam ganhando, pois então se pode avançar.

²⁷ Foi muito difícil a realização destas três iniciativas, que chegou a envolver o CELAM, a Cúria Romana, a CNBB e a Arquidiocese de Aparecida. Elas devem-se muito à persistência de Oscar Beozzo e Benedito Ferraro, entre outros. Falava-se de eventos paralelos ou de pressão sobre a Assembléia. Na realidade, foram apenas iniciativas concomitantes, perpassadas de mística e profetismo. Em todo caso, seja pela força da oração, seja pela força simbólica dos eventos, o fato é que três temas relacionados com estas iniciativas, quase tabus antes da Assembléia, acabaram muito presentes no Documento de Aparecida: as CEBs, as intuições da teologia latino-americana e o reconhecimento do testemunho dos mártires das causas sociais, "nossos santos, ainda não canonizados". Valeu a pena o sacrifício e o risco.

As portas abertas por Bento XVI, no Discurso Inaugural

Fator importante para a afirmação da Assembléia, na perspectiva da tradição latino-americana, foi o Discurso Inaugural de Bento XVI. Surpreendentemente, o Papa não ajudou os segmentos conservadores, antes abriu portas para os setores mais comprometidos com as causas dos pobres. Bento XVI começou falando da fé cristã, que vem "animando a vida e a cultura de nossos povos" há mais de 500 anos. Hoje, disse ele, a Igreja na América Latina enfrenta "sérios desafios" como uma globalização sem equidade e "um certo enfraquecimento da vida cristã no conjunto da sociedade" e da própria "pertinência à Igreja católica". Isso põe "em jogo seu desenvolvimento harmônico e a identidade católica". Estamos diante de uma "encruzilhada", diz o Papa, que nos remete a Jesus Cristo, de cuja fonte "poderão surgir novos caminhos e projetos pastorais criativos". É Ele quem nos dá vida plena, que não é intimismo e fuga do mundo, ao contrário, como discípulos e missionários nos impulsiona a "promover uma cultura da vida". Esta tarefa implica "um programa geral", respaldado por um "consenso moral da sociedade", segundo a *recta ratio* e não as ideologias, pois "as estruturas justas são uma condição sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade". O trabalho político "não é competência imediata da Igreja", que deve respeitar "uma sadia laicidade", pois, do contrário, perderia a independência em sua "vocação fundamental de orientar as consciências, oferecer uma opção de vida para além do político" e de ser "advogada da justiça e da verdade".

Para o Papa, outros campos prioritários de ação são a família, os presbíteros, os religiosos(as) e consagrados(as), os leigos(as) e os jovens e a pastoral vocacional. O texto conclui com uma bela oração, inspirada na experiência de fé dos discípulos de Emaús, convidando Jesus a ficar conosco, em especial, "com aqueles que em nossas sociedades são mais vulneráveis; fica com os pobres e humildes, com os indígenas e afro-americanos, que nem sempre têm encontrado espaços de apoio para expressar a riqueza de sua cultura e a sabedoria de sua identidade".

3. O "texto" do Documento de Aparecida

O "pre-texto" e o "con-contexto" do texto nos levam ao *Documento de Aparecida*. Afinal, o que precisa ser recebido é o evento da Va. Conferência, mas o que está para ser interpretado é o rico texto que a Assembléia produziu. Como nosso propósito é oferecer critérios de leitura, não cabe aqui propriamente apresentar o conteúdo do texto. Até porque, como dissemos, não dispomos do texto oficial. Vamos nos limitar a chamar a atenção para algumas

características do texto a serem levadas em conta em sua leitura e interpretação, em vista de sua recepção.

Um texto fruto de acordos, nem sempre consensuais

Documentos, tal como o de Aparecida, por serem fruto de uma assembléia pluralista, convergência de diferentes tendências e sensibilidades, inevitavelmente saem marcados por contradições. Entretanto, as diferentes proposições, nem sempre têm o mesmo peso. Há afirmações hegemônicas, que perpassam todo o Documento e fazem parte do espírito do texto, e há afirmações residuais, mais periféricas, que entraram no texto para que outras proposições pudessem também ser contempladas, mas que não exprimem o espírito do texto.

Em linhas gerais, o documento saiu bastante homogêneo, não apresentando maiores dificuldades ao leitor. Mas, com relação a certas questões, não houve meio de fugir de certos acordos da maioria com uma minoria que tinha controle em certas instâncias de decisão, uma vez que nem tudo foi votado em plenário, desde o início. Por exemplo, para que as CEBs entrassem como “lugar de estruturação inicial da Igreja”, o texto registra também a importância dos movimentos; para que voltasse o método ver-julgar-agir, se teve que aceitar que a parte do ver, começasse com uma profissão de fé; para que a mulher fosse destacada como protagonista na Igreja e na sociedade, se teve também que afirmar seu papel no lar, como mãe de família; para que os religiosos fossem reconhecidos em seu profetismo e inserção nos meios mais pobres – “elemento decisivo para a missão”²⁸ - se teve que reconhecer a importância das “novas comunidades de vida”, etc.

Só que esses contrapontos são residuais e não refletem o espírito do texto, na medida em que o próprio Documento se encarregou de pontualizá-los. Por exemplo, sobre a importância dos movimentos, o texto pondera que “nem sempre se integram na pastoral paroquial e diocesana”²⁹; com relação ao discernimento da realidade, à necessidade de partir do plano de Deus, os Bispos afirmam: “... nos sentimos interpelados a discernir os ‘sinais dos tempos’, à luz do Espírito Santo, para nos colocarmos ao serviço do Reino...”³⁰; com relação à mulher, “dona de casa”, o texto afirma que “inumeráveis mulheres, de toda condição social, não são valorizadas em sua dignidade e heróica generosidade no cuidado da educação dos filhos, nem na construção de uma vida social mais humana e na edificação da Igreja. É necessário, na América Latina,

superar uma mentalidade machista...”³¹; e continua, “urge que todas as mulheres possam participar plenamente da vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, criando espaços e estruturas que favoreçam sua inclusão”³². Com relação às “novas comunidades de vida”, o Documento afirma que “o Espírito continua suscitando novas formas de vida consagrada na Igreja, que precisam ser acolhidas e acompanhadas com um discernimento sério e ponderado sobre seu sentido, necessidade e autenticidade”³³. Em resumo, movimentos, família e novas comunidades de vida não são os sujeitos eclesiais hegemônicos do Documento de Aparecida, conforme se temia, antes da Assembléia. Ao contrário, são as Igrejas Locais, organizadas em paróquias, que precisam ser renovadas em suas estruturas, através de sua setorização em áreas menores e, dentro dos setores, dar um novo impulso às CEBs, organizando em seu seio, “comunidades de famílias”³⁴.

A retomada do método indutivo da Gaudium et Spes

Uma segunda característica do texto é sua estruturação dentro do método ver-julgar-agir: “A vida de nossos povos hoje” (Primeira Parte); “A vida de Jesus Cristo nos discípulos missionários” (Segunda Parte); e “A vida de Jesus Cristo para nossos povos” (Terceira Parte).

A retomada do método indutivo da *Gaudium et Spes* foi um dos pontos de tensão na Assembléia, na medida em que era uma maioria reivindicando e uma minoria resistindo. O *Documento de Participação* havia ignorado o método, amplamente praticado pela Igreja na América Latina, no hábito de partir de um discernimento da realidade do mundo e da Igreja, confrontá-lo com as luzes de uma revelação contextualizada no hoje e, a partir daí, extrair diretrizes e respostas pastorais. Houve forte reação das Igrejas Locais, diante da tomada de distância deste método. Então, o texto de *Síntese das Contribuições Recebidas* fez que recolheu o método, com sua esquisita proposição de “ver à luz do projeto do Pai”, “julgar à luz da fonte de vida, que é o Filho” e de “agir no Espírito, que nos impele a ser discípulos missionários”. O procedimento, entretanto, continuava sendo totalmente dedutivo, uma vez que a realidade não era escutada em sua autonomia e, em momento algum, ela incidia sobre a revelação, permitindo uma atualização da mensagem em nosso contexto atual.

Na Assembléia de Aparecida, depois de se ter reafirmado a necessidade de resgatar o método, o Esquema Geral do Documento, em sua primeira versão elaborada pela Comissão de Redação, era totalmente dedutivo. O

²⁸ Cf. n. 232.

²⁹ Cf. n. 112.

³⁰ Cf. n. 33.

³¹ Cf. n. 472.

³² Cf. n. 473.

³³ Cf. n. 238.

³⁴ Cf. DA, 384.

texto vazou, antes de ser apresentado ao plenário, enfrentou fortes reações e foi abortado pela Presidência do CELAM. A segunda redação, elaborada às pressas a partir de uma proposta do presidente do CELAM, que recolhia as contribuições da Assembléia, retomou o método ver-julgar-agir. Ela foi votada e aprovada. Na seqüência, a primeira e segunda redações do Documento Final guardavam esta estrutura metodológica. Entretanto, na terceira redação, na primeira parte dedicada ao ver, o primeiro capítulo da Segunda Parte, relativa ao “julgar”, foi deslocado para a Primeira Parte, como um capítulo primeiro, antes de ver a realidade social e eclesial. É uma espécie de profissão de fé. E não saiu mais daí. Nem o recurso de petição como destaque, apresentado por presidentes de Conferências Episcopais, conforme previa o Regimento, conseguiu que a reivindicação fosse colocada em votação. Também se havia invertido a ordem do “ver”, colocando-se primeiro a realidade da Igreja e, depois, a do mundo. Isso se conseguiu inverter, recuperando a ordem originária.

Evidente que isso não compromete o método ver-julgar-agir, mas seus adversários podem dizer que se começa vendo a realidade, sim, mas como pessoas de fé. É a permanência do ranço de cristandade, do desrespeito à autonomia do temporal e das ciências metodologicamente a-religiosas, do medo do mundo e do diferente. Na verdade, esta postura é fruto da confusão entre exame da realidade e diagnóstico da realidade. Como na medicina, os exames são as provas ou dados laboratoriais, de radiografias, de ultra-sonografias, etc., fundados em meios técnicos, ainda que não sejam neutros, mas que independem do médico; já o diagnóstico, sim, depende do médico, que confronta os dados dos exames realizados sobre o paciente com os dados ideais de uma pessoa sã, tirando suas conclusões. O diagnóstico é resultado final e não ponto de partida de um processo de investigação sobre a realidade apreendida com seus meios específicos, confrontada com um referencial ideal. Imagine-mos um médico tirando conclusões, sem examinar o paciente ou solicitando o exame do paciente depois de haver feito o diagnóstico. Há quem argumente que, ir à realidade com as ciências, é correr o risco de ideologizá-la. Por isso, dizem, se deve ir com a fé, a teologia. Ora, a realidade não é objeto direto da fé e da teologia, que vista diretamente por elas, vai ser igualmente ideologizada, espiritualizada. Em teologia, o conhecimento da realidade só pode ser mediatizado pelas ciências que se ocupam dela. Evidente, como existem teologias, também existem ciências. A solução não está em abandonar as ciências, mas em estabelecer critérios analíticos na escolha dos instrumentais analíticos mais adequados para apreender a realidade. Aqui, sim, entra a fé. Mas entra como um pressuposto para escolher um método adequado e não substituindo as ciências em sua autonomia.

Os grandes eixos ou temas transversais do Documento de Aparecida

Além de levar em conta as razões das contradições do texto e sua estruturação dentro do método ver-julgar-agir, ajuda muito na compreensão do Documento de Aparecida ter presente seus grandes eixos ou temas transversais. São eles que dão homogeneidade ao texto, fazendo dele um todo, se não totalmente harmônico, pelo menos lógico. Vejamos os principais:

- *Vida em abundância, em um mundo bom, mas globalizado e excludente.* O tema da Vida, central na mensagem evangélica, a “vida em abundância” que Jesus veio trazer, enquanto presença do Reino de Deus na história, compõe o núcleo do tema e do texto do Documento de Aparecida. A vida é abordada em sentido amplo – a vida plena de Deus, “no homem todo e em todos os homens”, no respeito e no cuidado da biodiversidade do planeta. A globalização atual ameaça a vida das pessoas e da natureza. No Documento, a vida humana é defendida desde o início até à morte natural. Junto dela, está a defesa da biodiversidade, expressão do amor de Deus em toda a obra da Criação, que deve antes ser “cuidada” e “usada” que possuída, para a promoção da vida de todos. Urge trabalhar por um mundo incluyente dos excluídos e respeitoso da natureza, a casa de todos.
- *Discípulos missionários de Jesus Cristo.* O dom da vida na obra da Criação é, dentro dela, o dom da vida dos seres humanos, feitos filhos e filhas de Deus no Filho, criados à sua imagem e semelhança, é uma dádiva a ser partilhada, a tornar-se missão. Jesus, ao mesmo tempo em que nos faz discípulos seus, nos envia a defender e promover a vida de todos, expressão do Reino de Deus. Trata-se de um discipulado missionário. A vocação ao discipulado é “con-vocação” à missão.
- *Discípulos missionários na Igreja, sacramento do Reino.* O discipulado missionário não é uma tarefa aventureira e voluntarista de pessoas dispersas, mas no seio de uma comunidade concreta, a sua Igreja. A “vocação ao discipulado missionário é ‘con-vocação’ à comunhão em sua Igreja”³⁵, diz o Documento de Aparecida. Por isso, o núcleo da mensagem do Documento é uma Igreja em estado permanente de missão, composta de discípulos que, na alegria do chamado, se fazem defensores e promotores da “vida em abundância”, que Jesus veio trazer pela inauguração do Reino de Deus.
- *Uma Igreja, animada pelo Espírito, comunidade de comunidades peque-*

³⁵ DA, 171.

nas. A vivência e a experiência de comunhão na Igreja exige comunidades de tamanho humano, cujo modelo são as CEBs. Para isso, é urgente a renovação das estruturas da paróquia, através de sua "setorização em unidades menores"³⁶ e a constituição, dentro dos setores, de "comunidades de famílias", para fomentar a vida em comunidade e responder aos seus problemas concretos³⁷.

• *Discípulos missionários em uma Igreja, inserida no mundo.* A missão leva ao "coração do mundo", pois "não é fuga ao intimismo ou ao individualismo religioso, tampouco abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo e, muito menos, uma fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual" (DI, Bento XVI³⁸). Daí a tarefa prioritária de contribuir "com a dignificação de todos os seres humanos, juntamente com demais pessoas e instituições que trabalham pela mesma causa. Necessidades urgentes nos levam a colaborar com outros organismos ou instituições, para organizar estruturas mais justas no âmbito nacional e internacional"³⁹.

• *Em um mundo predominantemente urbano.* Hoje, 80% da população da América Latina e o Caribe vive na cidade. "As grandes cidades são laboratórios da cultura contemporânea"⁴⁰, com nova linguagem, que se estende também ao mundo rural⁴¹. "O anúncio do evangelho não pode prescindir da cultura atual, que deve ser conhecida e, em certo sentido, assumida pela Igreja"⁴².

As novidades do Documento de Aparecida

A grata surpresa do *Documento de Aparecida* é que a Igreja na América Latina e o Caribe não "virou a página" para trás. Ela reafirmou a opção pelos pobres, as CEBs, o método ver-julgar-agir, as intuições fundamentais da teologia latino-americana, as mudanças estruturais da sociedade como integrante da missão evangelizadora, o testemunho e a santidade dos mártires das causas sociais, etc. Isso, por si só, na difícil conjuntura atual, tanto da Igreja como da sociedade, já seria uma grande novidade. Entretanto, maior surpresa ainda foi o *Documento de Aparecida* ter "virado páginas" para frente. Pelo menos, cinco delas merecem menção:

³⁶ DA, 384.

³⁷ Ibid.

³⁸ DA, 163.

³⁹ DA, 398.

⁴⁰ DA, 528.

⁴¹ DA, 529.

⁴² DA, 499.

• *Uma Igreja em estado permanente de missão.* O Documento de Aparecida não fala em discípulos "e" missionários, mas em "discípulos missionários", pois o discipulado é seguimento de Jesus, enquanto continuação de sua obra. A missão "não é uma tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã"⁴³. "A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão"⁴⁴. Portanto, missão não é campanha, mas um estado do ser cristão. Com isso, a proposta da "missão continental" perdeu força, na medida em que, se ela acontecer, só será continental, enquanto for assumida e realizada em todas as Igrejas Locais. Não há Igreja fora das Igrejas Locais⁴⁵ e, portanto, uma missão por cima delas seria anti-eclesial.

• *Uma missão não exclusiva, em perspectiva mundial.* A promoção da "vida em abundância" não é uma missão exclusiva da Igreja, mas deve ser levada a cabo em colaboração "com outros organismos ou instituições para organizar estruturas mais justas em nível nacional e internacional"⁴⁶. Por um lado, a Igreja não tem o monopólio da caridade, da justiça e da paz e, por outro, estas só serão possíveis na concretude da história, na medida em que forem resultado de uma ação consertada por todas as "pessoas de boa-vontade", em nível global.

• *A pobreza como mundo da insignificância.* Entre os rostos que sofrem, o Documento de Aparecida nomeia: as comunidades indígenas e afro-americanas, mulheres excluídas, jovens, desempregados, migrantes, crianças prostituídas, milhões de pessoas e famílias que passam fome, dependentes de drogas, vítimas da violência, idosos e presidiários. Para o Documento, mais que empobrecidos, "os excluídos não são somente 'explorados', mas 'sobrantes' e 'descartáveis'"⁴⁷. É o pobre como insignificante, dos quais o mercado prescinde. Como não consomem, sobram, atropalham. A inclusão dos "descartáveis" implica, pois, uma mudança estrutural da sociedade, na medida em que, em suas estruturas atuais, eles não cabem.

• *Os que vão para as seitas, não estão querendo sair da Igreja, mas estão buscando sinceramente a Deus*⁴⁸. Para o Documento, os motivos não são doutrinários, mas vivenciais; não são dogmáticos, mas pastorais; não são

⁴³ DA, 159.

⁴⁴ DA, 177.

⁴⁵ Cf. DA, 180.

⁴⁶ DA, 388.

⁴⁷ DA, 65.

⁴⁸ Cf. DA, 241.

teológicos, mas metodológicos de nossa Igreja⁴⁹. Consequentemente, a solução não consiste em disputa do mercado, pois “a Igreja não cresce por proselitismo, mas pela atração da força do amor”⁵⁰. E constata, “onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo”⁵¹. Por isso, é preciso reforçar a Igreja católica em quatro eixos: uma experiência religiosa pessoal, a vivência comunitária, a formação bíblico-doutrinal e o compromisso missionário de toda a comunidade⁵².

• *O protagonismo da mulher.* O Documento de Santo Domingo havia proclamado o “protagonismo dos leigos” na evangelização. *Aparecida* proclama o protagonismo da mulher. Constata o documento que, “tradicionalmente, uma porcentagem significativa de homens na América Latina se mantiveram à margem da Igreja” e que, isso, “questiona fortemente o estilo de nossa pastoral convencional”⁵³. Consequentemente, cabe “favorecer a participação ativa dos homens na vida da Igreja”⁵⁴, mas, entre as ações pastorais urge “impulsionar uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres”, garantindo “a efetiva presença da mulher nos ministérios que a Igreja confia aos leigos, bem como nas esferas de planejamento e decisão”⁵⁵.

Concluindo

Como se pode perceber, a Va. Conferência é mais do que o *Documento de Aparecida*, que para ser lido e recebido em toda sua riqueza, o texto precisa ser colocado em estreita relação com seu “pre-texto” e o seu “con-texto”. Nestes, está o espírito do texto, sem o qual, o Documento se torna letra morta.

Certamente, temos em mãos uma fonte inspiradora e diretrizes audaciosas, que vão ser a alma da ação evangelizadora no Continente, pelo menos nos próximos dez anos, quando então, lá pelo ano 2018, no cinquentenário de *Medellín*, conforme a Assembléia de *Aparecida* já mostrou seu interesse, poderá realizar-se a VIa. Conferência. Tudo dependerá da determinação na recepção de *Aparecida* a prática, traduzindo as diretrizes emanadas, em ação evangelizadora concreta.

Temos nas mãos uma rica fonte de reflexão, que poderá engendrar

ações capazes de fazer da Igreja, realmente sacramento da eternidade na precariedade de nosso tempo presente. É um texto que faz pensar, como as seguintes frases de impacto, uma espécie de “*Decálogo de Aparecida*”, que deixamos ecoando em sua mente, caro leitor:

- “A vocação ao discipulado missionário é con-vocação à comunhão na Igreja” (DA, 171).
- “A Igreja não cresce por proselitismo, mas pela atração da força do amor” (DA, 174).
- “A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão” (DA, 177).
- “Os leigos e leigas são pessoas de Igreja no coração do mundo e pessoas do mundo no coração da Igreja” (DA, 225).
- “Muita gente que passa para outros grupos religiosos não está buscando sair da Igreja católica, mas está buscando sinceramente a Deus” (DA, 241).
- “Aonde se estabelece o diálogo ecumênico, diminui o proselitismo” (DA, 249).
- “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica” (Bento XVI, DA, 406).
- “A mentalidade machista ignora a novidade do cristianismo, que reconhece e proclama a igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem” (Bento XVI, DA, 472).
- “A Igreja está convocada a ser advogada da justiça e defensora dos pobres” (DA, 409).
- Além de Continente da Esperança, a América Latina precisa ser Continente do Amor” (DA, 556).

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ DA, 174.

⁵¹ DA, 249.

⁵² Cf. DA, 242.

⁵³ DA, 480.

⁵⁴ DA, 482.

⁵⁵ DA, 472.

Capítulo III

Prioridades e projetos para a missão evangelizadora na arquidiocese de Maringá

Depois de analisar bem a nossa realidade em vários níveis: social, econômico, religioso e intra-ecclesial, e de colocá-la à luz do Documento de Aparecida e das últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, percebemos nossos muitos desafios e o grande trabalho que temos pela frente. Porém, isso não nos desanima, ao contrário, nos estimula a trabalhar incansavelmente na ação evangelizadora. Nosso olhar é o de discípulos missionários de Jesus Cristo que querem fazer da Igreja Particular de Maringá uma Igreja Samaritana, uma Igreja à serviço da vida. Temos consciência e nos sentimos chamados, ensinados e enviados por Jesus, o verdadeiro Bom Samaritano, a levar vida a todos os que necessitam, especialmente os excluídos, os “descartados”. cremos que se a Igreja distribui vida, a vida nova de Jesus, ela se torna evangelizadora verdadeiramente e atrai novos discípulos missionários para Jesus Cristo.

Conscientes da realidade e dos desafios e querendo ser uma Igreja a serviço da vida, a Assembléia Arquidiocesana escolheu quatro prioridades para investir mais fortemente na ação evangelizadora conjunta: 1ª) Família; 2ª) Organização das paróquias em redes de CEBs e outras pequenas comunidades; 3ª) Promoção da Vida e Ação Social e 4ª) Juventude. Depois de escolher estas prioridades nos dias 24 e 25 de maio de 2008, foram criadas quatro comissões, uma para cada prioridade, para elaborar projetos, a fim de que as mesmas não se tornassem apenas belas intenções ou conteúdo para discursos. Terminado o trabalho das comissões, a Assembléia Arquidiocesana se reuniu finalmente em 28 de setembro de 2008, para avaliar e aprovar os projetos. A seguir, passam a ser descritas as prioridades e projetos, com pequenas fundamentações do Documento de Aparecida, das últimas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil e outros documentos da CNBB. Vale lembrar que as comissões se reunirão frequentemente para acompanhar o andamento dos projetos e assessorar as paróquias. Ao longo dos quatro

anos de duração do 22º Plano Arquidiocesano, outros projetos poderão ser propostos e assumidos conjuntamente, desde que aprovados pelo Conselho Arquidiocesano da Ação Evangelizadora.

1ª PRIORIDADE: FAMÍLIA - IMPLANTAÇÃO DO SETOR FAMÍLIA OU PASTORAL FAMILIAR EM TODAS AS PARÓQUIAS

*"Visto que a família é o valor mais querido por nossos povos, cremos que se deve assumir a preocupação por ela como **um dos eixos transversais de toda a ação evangelizadora** da Igreja. Em toda diocese se requer uma **pastoral familiar 'intensa e vigorosa'** para proclamar o evangelho da família, promover a cultura da vida, e trabalhar para que os direitos das famílias sejam reconhecidos e respeitados". (Documento de Aparecida, 2007, n. 435, p. 194).*

*"Diante da importância vital e do papel intransferível da família para a pessoa e a sociedade, a **Pastoral Familiar se apresenta como uma ação da Igreja de capital importância**. O Papa diz: 'Ainda mais necessária na época atual, que registra uma crise generalizada e radical dessa instituição fundamental (a família), deve ser assegurada uma especial atenção à Pastoral da Família'." (CNBB, 2005, n. 444, p. 255).*

- O que é preciso fazer?

- Implantar e fomentar a Pastoral Familiar (Setor Família), segundo as orientações do Setor Família da CNBB, ou seja, de acordo com os setores pré-matrimonial, pós-matrimonial e casos especiais, em todas as paróquias da Arquidiocese.

- Que estratégias adotar?

- Convide a pessoas que se interessam por temas familiares e que estejam dispostas a estruturar a Pastoral Familiar em sua paróquia ou comunidade; representantes do MFC, ECC, Encontro do Diálogo Matrimonial, Catequese Infantil, Pastoral de Adolescentes, Grupos de Jovens, Grupos de Reflexão, Liga das Famílias, RCC, "Cursos de Noivos".

- Através de encontros de formação por região pastoral, sob a responsabilidade do Setor Família da Arquidiocese, sobre o "Guia de Implantação da Pastoral Familiar na paróquia" produzido pela Comissão Nacional da Pastoral Familiar;

- Através do estudo, em nível paroquial, do Diretório da Pastoral Familiar (Doc. 79 da CNBB).

PROJETO 1: ENCONTROS DE PREPARAÇÃO PARA O MATRIMÔNIO

*"Faz-se necessária uma **profunda e séria preparação ao matrimônio**, com evangelização de namorados e noivos e acompanhamento de novos casais. Sejam celebradas datas importantes ligadas à vida e à família, como a Semana Nacional da Vida e o Dia do Nascituro." (CNBB, 2008, n. 132, p. 104).*

- O quê? (objetivo)

- Adotar em todas as paróquias as orientações sobre os encontros de preparação ao Matrimônio contidas no Diretório para os Sacramentos da Arquidiocese de Maringá. Procurar antecipar esta preparação já nos grupos de adolescentes e jovens.

- Por quê? (justificativas)

- Há um grande número de casais pedindo o sacramento do matrimônio com pouco ou sem nenhum preparo;

- A maioria dos casais quer o "curso menor e mais rápido" apenas. Com a implantação desse projeto, nossas paróquias poderiam dar uma preparação mais consistente.

- Como? (meios, instrumentos)

- Reunir as equipes de preparação para o matrimônio e da liturgia do matrimônio para conhecer as orientações contidas no Diretório para o Sacramento do Matrimônio e adaptar a realidade paroquial a essas orientações;

- Aproveitar momentos como a Semana da Família, a Semana da Vida e o Dia do Nascituro, celebrados todos os anos, como momentos importantes de catequese para toda a comunidade sobre os valores do Matrimônio e da Família;

- Organizar com a Catequese Infantil, Pastoral de adolescentes e de Jovens, atividades relacionadas aos temas familiares;

- A modalidade mais recomendada de preparação ao matrimônio é a personalizada, onde um casal do setor pré-matrimonial acompanha um casal de noivos, a partir das suas possibilidades de horário e local; outras modalidades também podem ser adotadas;

- É indispensável algum encontro com o padre, fora o juramento e a confissão;

- Pode-se seguir diversos manuais onde consta o conteúdo, especialmente o preparado pela CNBB ("Casamento, ternura e desafio", Petrópolis: Vozes, 1993).

- Quando? (calendarização)

- A partir de 2009.

- Onde? (locais)

- Na paróquia.

- Quem? (responsáveis)

- Integrantes do setor pré-matrimonial.

PROJETO 2: ACOMPANHAMENTO DE CASAIS RECÉM-CASADOS

"A ação pastoral organize equipes de apoio para desencadear um processo pedagógico de aproximação ou manutenção do vínculo dos novos casais com a comunidade eclesial. Seja por meio de visitas domiciliares e conversas, seja por meio de reuniões de grupo, retiros e encontros. Ao mesmo tempo, cumpra ajudar os casais a encontrar na comunidade acolhida e respostas aos problemas dos primeiros anos de vida matrimonial." (CNBB, 2005, n. 282, p. 171).

- O quê? (objetivo)

- Efetivar a proposta de que os casais recém-casados recebam acompanhamento por parte da pastoral familiar após a união matrimonial por um período não inferior a cinco anos.

- Por quê? (justificativas)

- É importante o casal sentir que a Igreja se preocupa com ele e que ele tem um casal referencial para procurar quando for necessário;

- Os primeiros anos de casamento podem ser difíceis por causa de problemas de adaptação ao novo estilo de vida.

- Como? (meios, instrumentos)

- A Pastoral Familiar da paróquia seja informada pelas secretarias paroquiais sobre a presença de um novo casal (recém-casado) residindo na paróquia e escolha um casal do Setor Família que se apresentará ao casal novo como seu acompanhador ajudando-o nestes primeiros anos de vida matrimonial;

- O acompanhamento pode ser feito através de visitas mensais, convites para missas e participação em grupos e eventos da Igreja, da entrega de textos e filmes sobre a família etc.;

- A paróquia pode organizar encontros com esses casais a cada semestre ou a cada ano.

- Quando? (calendarização)

- Implantação do projeto: partir de 2009;

- Duração do acompanhamento: 5 anos.

- Onde? (local)

- Nas paróquias.

- Quem? (responsáveis)

- Membros do setor família da paróquia, especialmente do setor pós-matrimonial.

PROJETO 3: ACOLHIDA DOS CASAIS EM NOVA UNIÃO

"Os casais em segunda união e seus filhos sejam acolhidos, acompanhados e incentivados, conforme sua situação, a participarem da vida da Igreja, segundo as orientações do Magistério." (CNBB, 2008, n. 133, p. 105).

- O quê? (objetivo)

- Acolher nos grupos já existentes na paróquia os casais em nova união, e também promover atividades pastorais especificamente com eles (retiros, encontros...).

- Por quê? (justificativas)

- É preciso valorizar ainda mais a presença desses casais, cada vez mais numerosos, na vida eclesial, testemunhando o amor materno que a Igreja tem por eles.

- Como? (meios, instrumentos)

- As pessoas que irão cuidar desses casais deverão passar por uma preparação oferecida pela arquidiocese. Depois deverão receber formação sobre questões ligadas à problemática dos casais em nova união;

- Os encontros ou retiros específicos com grupos de casais em nova união seguirão um temário específico preparado pelo Setor Família da arquidiocese;

- Convidar esses casais a se integrarem na Igreja nas mais diversas comunidades, grupos, pastorais e movimentos;

- Promover palestras sobre a situação desses casais, de preferência junto com outros casados na Igreja;

- Levar esses casais para conversas sobre sua situação eclesial com o padre ou com casais do setor casos especiais que sejam preparados para tal;

- Aproveitar os encontros de preparação ao batismo e os encontros de pais das crianças e adolescentes da catequese para acolhida desses casais;

- Procurar fazer uso sempre da linguagem que mostra o que eles podem em vez de ficar insistindo no que eles não podem.

- Quando? (calendarização)

- A partir de 2009.

- Onde? (local)

- Nas paróquias.

- Quem? (responsáveis)

- Integrantes do setor casos especiais.

2ª PRIORIDADE: ORGANIZAÇÃO DAS PARÓQUIAS EM REDES DE CEBs E OUTRAS PEQUENAS COMUNIDADES

"A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que sejam uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão... Levando em consideração as dimensões de nossas paróquias, é aconselhável a setorização em unidades

territoriais menores, com equipes próprias de animação e coordenação que permitam maior proximidade com as pessoas e grupos que vivem na região. É recomendável que os agentes missionários promovam a criação de comunidades de famílias que fomentem a colocação em comum de sua fé cristã e das respostas aos problemas." (Documento de Aparecida, 2007, n. 172 e 372, p. 87 e 170).

"Em vista disso, torna-se indispensável valorizar as diversas formas associativas e comunitárias, nas quais seja possível experimentar a gratuidade dos relacionamentos e o compromisso missionário. Fruto de longa experiência em muitas regiões do Brasil, as CEBs 'permitiram ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos'. 'Junto com as CEBs, existem outras formas válidas de pequenas comunidades, e inclusive redes de comunidades, de movimentos, de grupos de vida, de oração e de reflexão da Palavra de Deus'. Em cada uma dessas formas de vida comunitária, 'podemos ver a multiforme presença e ação santificadora do Espírito'." (CNBB, 2008, n. 158, p. 117).

- O que é preciso fazer?

- Organizar a paróquia em pequenas comunidades, setores, capelas, descentralizando a ação evangelizadora da matriz. É importante que a paróquia passe a ser vista como o conjunto das comunidades e não como igreja matriz.

- Que estratégias adotar?

- Seguir o critério geográfico da proximidade e, a partir dele, estabelecer com o CPP, os limites de cada comunidade. Esses limites não podem ser absolutos, de modo que se uma pessoa mora numa comunidade e quer se engajar na outra, possa fazê-lo sem problemas. Importante lembrar que no contexto urbano a "minha" paróquia é aquela da qual participo e não necessariamente onde moro;

- Organizar os grupos de catequese infantil, de adolescentes, de jovens, de reflexão, equipes de liturgia, canto, MECE, pastoral do dízimo e tudo o que puder, por comunidade;

- Organizar uma assembléia desses grupos de cada comunidade e escolher pelo menos uma coordenação mínima para cada comunidade;

- Tentar realizar uma missa mensal em cada comunidade;

- Com o tempo, deixar a comunidade escolher um nome para si.

PROJETO 1: CARTILHA EXPLICATIVA SOBRE O QUE SÃO AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE (CEBs) E OUTRAS PEQUENAS COMUNIDADES

“Na experiência eclesial de algumas Igrejas da América Latina e do Caribe, as Comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como o testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus membros. Elas abraçam a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (At 2,42-47).” (Documento de Aparecida, 2007, n. 178, p. 90).

- O quê? (objetivo)

- Elaboração de uma Cartilha sobre CEBs e outras pequenas comunidades para todos os coordenadores ou líderes de todas as comunidades, grupos, pastorais, movimentos e serviços.

- Por quê? (justificativas)

- Porque foi uma sugestão manifestada na assembléia arquidiocesana;
- Porque falta entendimento do que são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs);

- Porque falta clareza para diferenciar as CEBs dos grupos de reflexão, setores, capelas e outras pequenas comunidades;

- Por que esse jeito de ser Igreja com paróquias organizadas em redes de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) traz uma nova mística à Igreja, conforme experiências passadas e reconhecidas pelos documentos da Igreja, e precisam ser conhecidas para serem assumidas com maior adesão;

- Por que a Arquidiocese de Maringá precisa ter um material de consulta sobre as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que seja comum para todos;

- Para se ter uma linguagem comum sobre o que se entende por CEBs e outras pequenas comunidades.

- Como? (meios, instrumentos)

- Montagem de uma equipe de padres, religiosos e leigos para elaborar a cartilha;

- Uso de linguagem popular, acessível a toda a liderança;

- Conteúdos sobre: surgimento das CEBs, dinâmica fé e vida nas

CEBs, eclesialidade das CEBs, ponto de partida de uma CEB, pedagogia de uma CEB, o que é uma CEB, passos para uma CEB etc.;

- Cada paróquia adquire exemplares da cartilha para suas lideranças e se organiza para estudá-la e fazer chegar até o povo.

- Para quem? (destinatários)

- Para todas as lideranças: padres, diáconos, religiosos(as), MECs, catequistas, coordenadores(as) de pastorais e movimentos, coordenadores(as) das CEBs, capelas, setores e dos grupos de reflexão.

- Quando? (calendarização)

- Elaboração da cartilha em 2009;

- Lançamento no III Encontro Arquidiocesano das CEBs e outras pequenas comunidades (2º semestre de 2009);

- Estudo da cartilha nas paróquias a partir de outubro de 2009.

- Quem? (responsáveis)

- Elaboração da cartilha: Comissão da 2ª prioridade;

- Distribuição e estudo nas paróquias: Conselhos Paroquiais de Pastoral.

- Custo? (recursos financeiros)

- Os custos com os exemplares da cartilha serão assumidos por cada paróquia, conforme o número de cartilhas solicitadas.

PROJETO 2: FORTALECIMENTO DOS GRUPOS DE REFLEXÃO ATRAVÉS DA CATEQUESE DE INICIAÇÃO CRISTÃ DE ADULTOS

“Temos alta porcentagem de católicos sem a consciência de sua missão de ser sal e fermento no mundo, com identidade cristã fraca e vulnerável. Isso constitui grande desafio que questiona a fundo a maneira como estamos educando na fé e como estamos alimentando a experiência cristã; desafio que devemos encarar com decisão, coragem e criatividade, visto que em muitas partes a iniciação cristã tem sido pobre ou fragmentada. Ou educamos na fé, colocando as pessoas realmente em contato com Jesus Cristo e convidando-as a segui-lo, ou não cumprimos nossa missão evangelizadora. Impõe-se a tarefa irrenunciável de oferecer modalidade de iniciação cristã, que além de marcar o quê, também dê elementos para o quem, o como e o onde se realiza. Dessa forma,

assumiremos o desafio de uma nova evangelização, à qual temos sido reiteradamente convocados. A iniciação cristã, que inclui o querigma, é a maneira prática de colocar alguém em contato com Jesus Cristo e inicia-lo no discipulado. Dá-nos, também, a oportunidade de fortalecer a unidade dos três sacramentos da iniciação, e aprofundar o rico sentido deles. A iniciação cristã, propriamente falando, refere-se à primeira iniciação nos mistérios da fé, seja na forma do catecumenato batismal para os não batizados, seja **na forma do catecumenato pós-batismal para os batizados não suficientemente catequizados**. Esse catecumenato está intimamente unido aos sacramentos da iniciação: batismo, confirmação e eucaristia, celebrados solenemente na Vigília Pascal. Teríamos que distingui-la, portanto, de outros processos catequéticos e formativos que podem ter a iniciação cristã como base." (Documento de Aparecida, 2007, n. 286-288, p. 134-135).

"A situação do mundo atual levou a Igreja no Vaticano II a propor a **restauração do catecumenato**. O batismo de crianças, que as introduz na vida da graça, exige uma continuação, uma iniciação vivencial nos mistérios da fé (a pessoa de Jesus, a Igreja, a liturgia, os sacramentos) através da catequese. **Este processo catequético possibilita também aos já batizados (adultos, jovens, crianças) assumir conscientemente a própria vida cristã**. Para os não-batizados, a catequese se apresenta como processo catecumenal para a vida cristã." (CNBB, 2006, n. 36, p. 52).

- O quê? (objetivo)

- Proporcionar a todos os grupos de reflexão o processo de iniciação à vida cristã a partir do esquema proposto pelo RICA (Ritual de Iniciação Cristã de Adultos).

- Por quê? (justificativas)

- Porque muitos membros desses grupos não completaram seu processo de iniciação à vida cristã ou o fizeram de forma muito fragmentada, não atingindo por isso a maturidade cristã;

- Porque os grupos de reflexão estão em certa crise, com sinais de enfraquecimento e desânimo;

- Porque os grupos de reflexão são o "carro-chefe" da arquidiocese com mais de 20 mil pessoas que participam freqüentemente;

- Porque os grupos de reflexão são o esteio das CEBs e outras pequenas comunidades, setores e capelas e, ainda, são celeiro de vocações para os ministérios leigos: catequese, liturgia, MECE, dízimo, pastorais, movimentos e outros serviços.

- Como? (meios, instrumentos)

- Da páscoa de 2010 até a Páscoa de 2011, os grupos de reflexão vão se tornar como que grupos de catequese com adultos para a iniciação cristã, a partir do esquema proposto pelo RICA (Ritual de Iniciação Cristã de Adultos);

- Em 2009, já no 1º semestre, a paróquia deverá organizar através da coordenação paroquial dos Grupos de Reflexão, para que cada grupo tenha um número de pessoas suficiente (entre 8 e 15). Pode ser que alguns pequenos grupos tenham de se juntar. Se o grupo é pequeno demais, desanima com facilidade;

- Cada grupo deverá ter o seu coordenador, mas também um catequista, que pode ser a mesma pessoa. Há grupos que não têm pessoas com condições de dar catequese, já outros têm duas ou mais. Será preciso partilhar. Pode ser que a paróquia decida que os catequistas sejam sempre pessoas de outros grupos, o que poderia favorecer o espírito missionário;

- No 2º semestre de 2009, a arquidiocese vai oferecer cursos de formação para os líderes e os catequistas e todos terão que participar;

- Para a catequese poderão ser aproveitados os catequistas de adultos que a paróquia já tem, uma vez que em 2010, os adultos sem sacramentos poderão fazer a preparação nos próprios grupos de reflexão;

- O conteúdo será desenvolvido no "Ninguém Cresce Sozinho".

- Quando? (calendarização)

- Formação de coordenadores: durante o ano de 2009;

- Catequese de iniciação cristã: da páscoa de 2010 à páscoa de 2011.

- Para quem? (destinatários)

- Para todos os grupos de reflexão que já existem e outros que venham a ser formados.

- Quem? (responsáveis)

- Formação de coordenadores e catequistas: coordenação arquidiocesana dos Grupos de Reflexão e da Catequese com Adultos;

- Catequese de iniciação cristã nos grupos: coordenadores dos grupos e catequistas para cada grupo.

- Quanto custa? (recursos financeiros)

- Os cursos de formação e o material terão suas despesas custeadas por cada paróquia, a partir do número de pessoas e de material.

3ª PRIORIDADE: PROMOÇÃO DA VIDA E AÇÃO SOCIAL

*“As condições de vida de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, contradizem a esse projeto do Pai e desafiam os cristãos a maior compromisso a favor da cultura da vida. O Reino de vida que Cristo veio trazer é incompatível com essas situações desumanas. Se pretendemos fechar os olhos diante dessas realidades, não somos defensores da vida do Reino e nos situamos no caminho da morte: ‘Nós sabemos que passamos da morte para a vida porque amamos os irmãos. Aquele que não ama, permanece na morte’ (1Jo 3,14). É necessário sublinhar ‘a inseparável relação entre o amor a Deus e o amor ao próximo’, que convida todos a **suprimir as graves desigualdades sociais e as enormes diferenças no acesso aos bens**’. Tanto a preocupação por desenvolver estruturas mais justas como por transmitir os valores sociais do Evangelho situam-se neste contexto de serviço fraterno à vida digna... A Igreja necessita de forte comoção que a impeça de se instalar na comodidade, no estancamento e na indiferença, à margem do sofrimento dos pobres do continente. Necessitamos que cada comunidade cristã se transforme num poderoso centro de irradiação da vida em Cristo. Esperamos um novo Pentecostes que nos livre do cansaço, da desilusão, da acomodação ao ambiente; esperamos uma vinda do Espírito que renove nossa alegria e nossa esperança.”* (Documento de Aparecida, 2007, n. 358 e 362, p. 165 e 166).

*“A opção pelos pobres não pode ficar restrita a um plano teórico e emotivo. Precisa solidamente manifestar-se em gestos visíveis, principalmente na **defesa da vida, desde a concepção até a morte natural, e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos, bem como no permanente acompanhamento em seus esforços de serem sujeitos de mudança e de transformação social.** A Igreja precisa continuar sendo, com afincamento ainda maior, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, de solidariedade e de justiça entre nossos povos. A **figura do bom samaritano, aquele que movido de compaixão, correu imediatamente em socorro do ferido, é modelo para toda a Igreja, convocada por Cristo a ser cada vez mais uma Igreja Samaritana.**”* (CNBB, 2008, n. 177, p. 131).

- O que é preciso fazer?

- Perceber na paróquia as situações de desrespeito à vida mais presentes e, através da ação evangelizadora, tentar transformá-las.

- Que estratégias adotar?

- Cabe aqui todo o apoio às pastorais sociais (da saúde, da criança, da pessoa idosa, da promoção humana etc.) e aos movimentos voltados à assistência e promoção social (vicentinos, cristina etc.);

- É importante fazer parcerias com movimentos populares, ONGs, sindicatos, associações de bairro e de classe e outros.

PROJETO 1: IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PASTORAL DA SAÚDE EM TODAS AS PARÓQUIAS

*“O combate à enfermidade tem como finalidade conseguir a harmonia física, psíquica, social e espiritual para o cumprimento da missão recebida. A **Pastoral da Saúde é a resposta às grandes interrogações da vida, como o sofrimento e a morte, à luz da morte e ressurreição do Senhor... Deve-se, portanto, estimular nas Igrejas particulares a Pastoral da Saúde que inclua diferentes campos de atenção.**”* (Documento de Aparecida, 2007, n. 418 e 421, p. 187-188).

- O quê? (objetivo)

- Implantar onde não existe e implementar onde já existe a Pastoral da Saúde a partir das seguintes dimensões: solidária (cuidados com os doentes), educativo-comunitária (prevenção das doenças) e político-institucional (presença nos órgãos públicos de saúde: conselhos municipais, postos, hospitais, secretarias de saúde).

- Por quê? (justificativas)

- Porque a saúde é área prioritária para que todos tenham uma vida melhor;

- Porque é uma área de extrema sensibilidade das pessoas, ou seja, todos os que estão doentes sentem a necessidade de ajuda e solidariedade;

- Porque as políticas públicas em relação à saúde estão muito aquém das necessidades da população;

- Porque muitas doenças podem ser prevenidas através da educação;

- Porque só um povo consciente e organizado consegue fazer valer seus direitos.

- Como? (meios, instrumentos)

- Sensibilizar as paróquias para a importância da Pastoral da Saúde, a fim de despertar voluntários para o trabalho;
- Convidar pessoas formadas na área da saúde para fazer parte da equipe, principalmente para ajudar na formação que se refere à prevenção de doenças;
- Integrar também a pastoral da criança, da pessoa idosa, vicentinos e outros para um trabalho conjunto;
- Sensibilizar os Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística para serem membros efetivos da Pastoral da Saúde;
- Promover encontros de formação de agentes em nível arquidiocesano, de região pastoral e paroquial;
- Promover contato com profissionais da saúde e com cursos de graduação na área da saúde, a fim de realizar parcerias.

- Quando? (calendarização)

- A partir de 2009.

- Para quem? (destinatários)

- Serviço da Pastoral da Saúde: para todos, especialmente os já doentes e os mais vulneráveis;
- Formação: para as equipes que visitam os doentes, MECE, profissionais da saúde, estudantes de cursos na área da saúde, membros dos conselhos municipais da saúde etc.

- Quem? (responsáveis)

- Coordenação arquidiocesana da Pastoral da Saúde, equipes paroquiais de visitas aos enfermos e coordenação dos MECE.

PROJETO 2: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: NASCENTES, RIOS E MATAS CILIARES

"A riqueza natural da América Latina e do Caribe experimenta hoje uma exploração irracional que vai deixando um rastro de dilapidação, inclusive de morte por toda a nossa região. Em todo esse processo, tem enorme responsabilidade o atual modelo econômico, que privilegia o desmedido afã pela riqueza, acima da vida das pessoas e dos povos e do respeito racional pela natureza..."

Não podemos deixar de mencionar os problemas que uma **industrialização selvagem e descontrolada** causa em nossas cidades e no campo, e que vai **contaminando o ambiente com todo tipo de dejetos orgânicos e químicos**. Da mesma forma é preciso **alertar a respeito das indústrias extrativas de recursos** que, quando procedem de maneira a controlar e neutralizar seus efeitos danosos sobre o ambiente circundante, **produzem a eliminação de florestas, a contaminação da água** e transformam as regiões exploradas em imensos desertos." (Documento de Aparecida, 2007, n. 473, p. 212).

"Educar para a preservação do meio ambiente, através de atitudes que respeitem e evitem a destruição da natureza, tanto no meio urbano quanto no rural. Entre essas atitudes, destaca-se a preservação da água, patrimônio da humanidade, evitando sua privatização. O esforço por maior crescimento econômico deve ser orientado para o desenvolvimento sustentável. Em tudo isso, incentivem-se iniciativas de educação ambiental e solidária, que levem a população a cuidar da água e da vegetação, preservando-as." (CNBB, 2008, n. 181k, p. 136).

- O quê? (objetivo)

- Promover maior envolvimento, responsabilização e capacitação de nossas comunidades na recuperação de áreas de preservação permanentes: nascentes, rios e matas ciliares por meio de formações, ações e vigilância na recuperação de áreas degradadas e preservação das minas de águas existentes nas paróquias.

- Por quê? (justificativas)

- A degradação do meio ambiente é uma ameaça não só ao ecossistema, mas também à vida e saúde das pessoas;
- A degradação de nascentes, rios e matas ciliares é uma ameaça à flora, fauna e, principalmente, à disponibilidade de água;
- A consciência ecológica entre os cristãos é baixa e não raro vemos membros de nossas comunidades degradando o meio ambiente, não cumprindo a legislação vigente;
- A Igreja iluminada por sua fé no Deus Criador que fez do homem corresponsável da criação tem grande força e dever em conscientizar e levar seus membros a preservar o meio ambiente.

- Como? (meios, instrumentos)

- Estabelecer uma equipe arquidiocesana de educação ambiental e for-

mação a respeito do cuidado com o meio ambiente;

- Implantar na entidade *"Recanto da Fraternidade Plantando Vidas"* um projeto ambiental de recuperação e conservação das nascentes ali existentes que servirá de projeto piloto para toda arquidiocese de Maringá;

- Identificar e capacitar nas comunidades pessoas que serão multiplicadores ambientais, conscientizando e organizando suas comunidades no devido respeito ao meio ambiente;

- Mapear nascentes, rios e bacias hidrográficas na área da arquidiocese;

- Envolver órgãos públicos e outras entidades de preservação ambiental e seus técnicos na orientação e execução dos projetos ambientais;

- Escolher em cada paróquia o grupo que vai cuidar de cada nascente: pode ser uma comunidade, um grupo de reflexão ou de jovens, grupo da catequese infantil ou pastoral de adolescentes, uma escola ou entidade que abrace o projeto.

- Quando? (calendarização)

- Implantação do projeto piloto, constituição e formação da equipe arquidiocesana e o mapeamento das áreas de conservação: durante o ano de 2009;

- Duração do projeto: permanente.

- Para quem? (destinatários)

- Para todos os membros das comunidades, grupos e setores da Arquidiocese de Maringá;

- De maneira especial, para os que têm em suas propriedades minas e rios.

- Quem? (responsáveis)

- Arquidiocesano: ARAS e Coordenação da ação evangelizadora;

- Paróquias e comunidades: CPP;

- Projeto Piloto: Recanto da Fraternidade Plantando Vidas e parceiros.

- Quanto custa? (recursos financeiros)

- Haverá gastos com assessorias técnicas, cursos e materiais;

- Fonte de recursos: fundos de preservação ambiental e paróquias.

4ª PRIORIDADE: JUVENTUDE

"Os jovens e adolescentes constituem a grande maioria da população da América Latina e do Caribe. Representam enorme potencial para o presente e o futuro da Igreja e de nossos povos, como discípulos e missionários do Senhor Jesus... Como discípulos missionários, as novas gerações são chamadas a transmitir a seus irmãos jovens, sem distinção alguma, a corrente de vida que procede de Cristo e compartilhará-la em comunidade, construindo a Igreja e a sociedade." (Documento de Aparecida, 2007, n. 443, p. 198).

"... A juventude mora no coração da Igreja e é fonte de renovação da sociedade. Os jovens de todos os tempos e lugares buscam a felicidade. A Igreja continua olhando com amor para os jovens, mostrando-lhes o verdadeiro Mestre – Caminho, Verdade e Vida – que os convida a viver com Ele. Nós, pastores, consideramos urgente e importante o tema da evangelização da juventude para refleti-lo à luz da Palavra de Deus e de tantas riquezas e desafios deste momento histórico-cultural em que vivemos." (CNBB, 2007, n. 01, p. 09).

- O que é preciso fazer?

- Abrir todos os espaços possíveis da Igreja para acolher os jovens e valorizar a sua participação, sua linguagem, sua cultura e sua mística.

- Que estratégias adotar?

- Valorizar todas as experiências de evangelização de jovens, seja das pastorais, dos movimentos e outras;

- Criar na paróquia uma espécie de Setor Juventude e acompanhar com reuniões mensais;

- Valorizar experiências integradas com arte (música, teatro, dança) e esporte;

- Valorizar os pequenos grupos e proporcionar momentos ocasionais de atividades de massa;

- Investir financeiramente em atividades com os jovens;

- Marcar presença nas escolas de ensino médio e universidades;

- Valorizar a ajuda e assessoria de pessoas experientes como suporte para os grupos e atividades dos jovens, uma vez que a instabilidade é uma característica da fase.

PROJETO 1 - ESCOLA MISSIONÁRIA DE JUVENTUDE

“Privilegiar na Pastoral da Juventude processos de educação e amadurecimento na fé como resposta de sentido e orientação de vida, e garantia de compromisso missionário.” (Documento de Aparecida, 2007, n. 446 d, p. 200).

“Na evangelização da juventude deve-se estar atento ao conjunto da população jovem e não se restringir apenas àqueles que já são atingidos pela ação pastoral da Igreja. Frequentemente os grupos de jovens e suas coordenações se fecham dentro de um pequeno círculo de amigos e conhecidos. Os jovens organizados na Igreja são uma pequena parcela da população jovem. É preciso estimular em todos o espírito missionário para que saiam em missão para levar os outros jovens a um encontro pessoal com Jesus Cristo e o projeto de vida proposta por Ele. Esta é a tarefa de toda a comunidade eclesial”. (CNBB, 2007, n. 175, p. 92).

- O quê? (objetivo)

- Capacitar lideranças para o trabalho com jovens na comunidade paroquial, através do aprofundamento de temas teológico-pastorais, a fim de promover uma missão jovem arquidiocesana.

- Por quê? (justificativas)

- É urgente formar uma nova geração de lideranças juvenis. A nossa arquidiocese carece de jovens capacitados para o trabalho de base. É necessário investir na formação teológico-pastoral das futuras gerações;

- Os temas propostos tratam de realidades eclesiais concretas e muito próximas da vida do jovem na paróquia. Uma porcentagem boa de jovens dedica-se à catequese, e, por conseguinte manuseiam a Bíblia, colaboram com as equipes de liturgia. Ademais, têm sensibilidade para os problemas sociais da atualidade. Não se pode esquivar de capacitar esta força juvenil presente nas comunidades paroquiais;

- No espírito do documento de Aparecida, queremos formar uma escola juvenil com carisma para a missão. A missionariedade precisa, necessariamente, ser um tema transversal na exposição e reflexão dos conteúdos estudados;

- A escola da juventude é uma oportunidade de aproximar as lideranças da base com os projetos propostos pelo Setor Juventude. Estes encontros inter-paroquiais, além de promover a troca de experiências, querem entusiasmar as lideranças e promover a unidade arquidiocesana;

- As diversas juventudes exigem da Igreja uma atuação que possibilite

o acompanhamento sistemático no processo de educação da fé dos jovens. Esta escola se propõe a ser este espaço permanente de acompanhamento da juventude na arquidiocese.

- Como? (meios, instrumentos)

- 1ª etapa - paróquia:

- Promover encontro de 1º anúncio com a juventude participante da paróquia.
- Nestes encontros, detectar jovens com potencial de liderança cristã e encaminhá-los à 2ª etapa do projeto. No mínimo, dez jovens por paróquia.
- Periodicidade: janeiro a junho/2009.
- Responsabilidade: pároco e coordenação de juventude paroquial.
- Investimento financeiro: paróquia.

- 2ª etapa: região pastoral:

- Participar de um programa de estudo sistemático de temas teológico-pastorais em seis fases. Cada etapa iniciará no sábado após o almoço e terminará no domingo ao final da tarde.
- Temas: fenomenologia juvenil, bíblia, catequese, liturgia, doutrina social da Igreja e missão.
- Periodicidade: agosto/2009 a março/2010.
- Responsabilidade: setor juventude da arquidiocese e equipe de juventude da região pastoral.

- 3ª etapa: arquidiocese:

- Organizar uma missão jovem a fim de formar novos grupos juvenis nas paróquias.
- A missão jovem consistirá em: visitar grupos de jovens, escolas, asilos, famílias, doentes etc.; promover encontros de formação para lideranças nas paróquias; promover atividades interativas com a comunidade: gincanas com a catequese, laboratórios de liturgia para jovens, visitas aos poderes públicos (câmara municipal, prefeitura, fórum etc.).
- Periodicidade: um mês – outubro/2010 (mês missionário)
- Responsabilidade: Coordenação Arquidiocesana da Ação Evangelizadora e Setor Juventude.

- Quando? (calendarização)

- Periodicidade: dois anos – execução de todas as etapas.

- Para quem? (destinatários)

- Jovens engajados na vida eclesial oriundos dos diversos segmentos juvenis – pastoral da juventude, movimentos eclesiais, congregações religiosas, colégios católicos, etc.

- Quem? (responsáveis)

- Coordenação arquidiocesana da ação evangelizadora e Setor Juventude.

PROJETO 2 - CARTA PASTORAL SOBRE A JUVENTUDE

*“Incentivar a **sistematização de experiências**, como instrumento de memória, partilha e motivador de novas experiências”. (CNBB, 2007, n. 166, p. 90).*

- O quê? (objetivo)

- Orientar a ação evangelizadora da juventude através de uma carta temática do arcebispo a toda Igreja Particular de Maringá, a fim de propor reflexões, dados, experiências positivas e pistas concretas para a evangelização da juventude.

- Por quê? (justificativas)

- Há uma diversidade de iniciativas de evangelização juvenil em nossa arquidiocese. Contudo, muitas estão isoladas, outras frágeis, ou mesmo sem orientação eclesial. É imprescindível recolher estas experiências e dar respaldo e apoio;

- Sendo um documento redigido pelo arcebispo, gozará de maior credibilidade, e terá maior possibilidade de aceitação daqueles setores da arquidiocese que não estão bem sintonizados com a orientação pastoral;

- Esta é uma maneira de realizar a comunhão de carismas na arquidiocese, promovendo a unidade na diversidade;

- O sujeito da evangelização não estará centrado no Setor Juventude (estruturas eclesiais), mas, necessariamente, nos grupos (na base) que trabalham com a juventude;

- Também é uma forma de dar visibilidade a toda a sociedade da pro-

posta de evangelização da arquidiocese aos jovens. Desta poderão surgir parcerias, apoio, credibilidade.

- Como? (meios, instrumentos)

- Estabelecer anualmente uma temática específica deste projeto, a fim de promover o envolvimento direto daquelas organizações afins;

- Recolher as diversas iniciativas existentes de evangelização de jovens nas paróquias, colégios, congregações, pastorais, movimentos eclesiais e outros, e propô-las em todos os setores de alcance da Igreja.

- Quando? (calendarização)

- Periodicidade: anualmente.

- Para quem? (destinatários)

- Para toda a arquidiocese, em especial aos grupos de jovens, lideranças das pastorais, movimentos eclesiais, congregações religiosas, colégios católicos etc.

- Quem? (responsáveis)

- Arcebispo Metropolitano, Coordenação da Ação Evangelizadora e Setor Juventude.

PROJETO 3 - PÓS-CRISMA – GRUPOS DE VIVÊNCIA

*“Merece especial atenção a etapa da adolescência. Os adolescentes não são crianças nem são jovens. Estão na idade da procura da própria identidade, de independência frente aos pais, de descoberta do grupo. Nessa idade, facilmente podem ser vítimas de falsos líderes constituindo grupos. **É necessário estimular a pastoral dos adolescentes, com suas próprias características, que garanta sua perseverança e o crescimento na fé.** O adolescente procura uma experiência de amizade com Jesus.” (Documento de Aparecida, 2007, n. 442, p. 198).*

*“Encaminhar com urgência” (“urgente” tanto porque se verifica na realidade dos grupos das Igrejas um fenômeno bastante comum da **“adolescência dos grupos de jovens”**, como porque é importante garantir uma evangelização que esteja adaptada ao mundo especificamente juvenil que desejamos destacar) **a sistematização de uma Pastoral de Adolescentes que desemboque, processualmente, numa evangelização da juventude tomando em conta as realida-***

des psicológicas, biológicas, pedagógicas, teológicas e sociais de uma pessoa dos 12 aos 17 anos." (CNBB, 2007, n. 171, p. 91).

- O quê? (objetivo)

- Criação de uma etapa de evangelização ou catequese para os adolescentes que foram crismados, a fim de ajudá-los na elaboração de um projeto pessoal de vida. Adolescentes são considerados os que têm entre 12 e 17 anos. Na nossa arquidiocese, o costume é ser crismado por volta dos 15 e entrar no grupo de jovens. A intenção é criar uma nova etapa que acolha os adolescentes crismados ou entre 15 e 17 anos. Assim, só iriam para o grupo de jovens os que completassem 18 anos.

- Por quê? (justificativas)

- É imprescindível eliminar o vazio que há entre o término da catequese da crisma e o início da juventude. Neste período a maioria dos adolescentes se afasta da comunidade cristã, e conseqüentemente, não se engaja em grupos juvenis;

- Ajudar os adolescentes após a crisma a elaborar um Projeto de Vida, a partir de grupos de vivências, com temáticas vocacionais, a fim de oferecer-lhes condições de construir um programa de vida integral que atenda todas as dimensões da pessoa humana;

- Criar, junto com os crismados, um espaço que atenda às suas necessidades de partilha, crescimento e amadurecimento. Isto será importantíssimo na formação espiritual e humana deles;

- Fazer a experiência de Grupos de Vivência dará a eles a possibilidade de se auto-conhecerem enquanto pessoas humanas, sujeitos na construção de si próprios e das estruturas sociais;

- Dar a conhecer as vocações específicas – matrimônio, laicato, sacerdócio e vida consagrada – colaborará na tomada de decisão desses adolescentes para o futuro.

- Como? (meios, instrumentos)

- Formar Grupos de Vivência, de no máximo 15 adolescentes, que concluam a etapa de formação para o sacramento da crisma;

- A temática dessa etapa terá um tom bastante vocacional: um ano e meio sobre matrimônio e vida familiar; um ano sobre vocação cristã específica:

laicato, sacerdócio, vida consagrada; seis meses sobre a escolha da profissão;

- Concluir o ciclo formativo com o esboço de um Projeto de Vida;

- Promover atividades variadas: acampamentos, passeios, visitas a entidades e outros organismos, gincanas, atividades esportivas e artísticas etc.

- Quando? (calendarização)

- Periodicidade: 3 anos;

- Em 2009, as paróquias deverão se preparar escolhendo pessoas que coordenem esses grupos. Em 2010, começar a 1ª etapa.

- Para quem? (destinatários)

- Adolescentes crismados ou entre 15 e 17 anos.

- Quem? (responsáveis)

- SAV – Serviço de Animação Vocacional, Setor Juventude e Coordenação Arquidiocesana da Ação Evangelizadora.

Conclusão

O ambiente em que foi realizada a nossa 22ª Assembléia Arquidiocesana revelou alegria, entusiasmo, criatividade, sonhos, projetos, fé, embora ninguém estivesse alienado a respeito dos desafios e problemas que temos que enfrentar. Este clima de confiança e alegria, com certeza, é já a ação do Espírito Santo animando as lideranças de nossa Arquidiocese. É feliz uma Igreja que tem tantas lideranças assim, com as quais pode contar. É o bispo, são os padres, os religiosos e, principalmente, muitos fiéis leigos, que estão dando suas vidas na ação evangelizadora. Que continuem assim e que entusiasmem os desanimados e cansados.

Agora é preciso evitar a pressa de quem quer fazer tudo de uma vez. Temos um prazo de 4 anos para ir colocando em prática estes projetos. O primeiro ano deve ser dedicado à conscientização e sensibilização, principalmente das pessoas engajadas. Daí a importância da participação nos encontros de formação e nos conselhos das regiões pastorais. Já a partir do segundo ano, é preciso começar a executar cada projeto na paróquia. O papel dos Conselhos Paroquiais de Pastoral é fundamental. Vale um empenho maior naquilo que é mais fraco em cada paróquia. É preciso evitar também a morosidade e até um comodismo daqueles que vão prorrogando indefinidamente as coisas, até com desculpas injustificáveis. Fazer sem tanta pressa, mas, de fato, se comprometer com as prioridades e projetos.

Outra tentação de alguns é ficar questionando os projetos sem colocá-los em prática. A fase de questionamentos para definir as prioridades e projetos já passou. Fizemos isso ao longo de um bom tempo. Agora é preciso começar a trabalhar em conjunto e organicamente. Em cada reunião de conselho em todos os níveis, as prioridades e projetos estão sendo avaliados e, com certeza, vão sendo melhorados. Porém, sem tentar executar, não é possível fazer críticas pertinentes e construtivas.

É claro que tudo só trará crescimento se for vivido com espiritualidade, com “alma”. As prioridades e projetos se esvaziam e não ajudarão a edificar o Reino de Deus se ficarem apenas na organização e planejamento.

“Recobremos, portanto, o ‘fervor espiritual’. Conservemos a doce e confortadora alegria de evangelizar, inclusive quando é necessário semear

entre lágrimas. Façamo-lo, como João Batista, como Pedro e Paulo, como os demais apóstolos, como essa multidão de admiráveis evangelizadores que se sucederam ao longo da história da Igreja, façamos tudo isso com ímpeto interior que ninguém e nada seja capaz de extinguir. Seja essa a maior alegria de nossas vidas dedicadas. E oxalá o mundo atual – que o procura às vezes com angústia, às vezes com esperança – possa assim receber a Boa Nova, não através de evangelizadores tristes e desalentados, impacientes ou ansiosos, mas através de ministros do Evangelho, cuja vida irradia o fervor de quem recebeu, antes de tudo em si mesmos, a alegria de Cristo e aceitam consagrar sua vida à tarefa de anunciar o Reino de Deus e de implantar a Igreja no mundo. Recuperemos o valor e a audácia apostólicos.” (DA, 2007, n. 522, p. 246).

Vamos acolher este Plano de Ação Evangelizadora com uma “recepção criativa”. Façamos as devidas adaptações para nossas paróquias. Usemos de todos os dons que recebemos para fazer com que a Arquidiocese de Maringá seja de fato “uma Igreja a serviço da vida”. Que diante de tantos pobres, sofredores, abandonados, marginalizados, excluídos e descartados, sejamos como o Bom Samaritano que “... viu, aproximou-se, sentiu compaixão e curou-lhe as feridas”.

Que nossa mãe e padroeira, Nossa Senhora da Glória, interceda por nós, a fim de que fixemos nossos olhares em seu Filho Jesus Cristo e tenhamos a certeza de que Ele sempre estará conosco. Que a Senhora da Glória nos ajude a estar a serviço do Reino de Deus aqui na terra para que um dia também alcancemos a glória do céu.

Referências

ARQUIDIOCESE DE MARINGÁ. **Plano de Ação Evangelizadora: 2003-2006**. Volume I – Diretrizes. Maringá, 2003

Atlas do Desenvolvimento Humano, 2003.

CELAM. **Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. Brasília: Edições CNBB, São Paulo: Paulinas e Paulus, 2007.

CELAM. **Conclusões da Conferência de Puebla: texto oficial**. 3ª ed., São Paulo: Paulinas, 1979.

PADIN, Dom Cândido. GUTIÉRREZ, Gustavo. CATÃO, Francisco. **Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: texto oficial. Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** São Paulo: Paulinas, 1998.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2008-2010**. Coleção Documentos da cnbb, n. 87, São Paulo: Paulinas, 2008.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2003-2006**. Coleção documentos da cnbb, n. 71, São Paulo: Paulinas, 2003.

CNBB. **Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais**. Coleção documentos da cnbb, n. 85, São Paulo: Paulinas, 2007.

CNBB. **Diretório Nacional de Catequese**. Coleção documentos da cnbb, n. 84, São Paulo: Paulinas, 2006.

CNBB. **Diretório da Pastoral Familiar**. Coleção documentos da cnbb, n. 79, São Paulo: Paulinas, 2005.

http://www.ipardes.gov.br/anuario_2006/index.html.